Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Mabel Pereira Romero

Coparentalidade: desafios para o casamento contemporâneo

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Março de 2015

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Mabel Pereira Romero

Coparentalidade: desafios para o casamento contemporâneo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Andrea Seixas Magalhães
Orientadora
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Terezinha Féres-Carneiro
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Edna Lúcia Tinoco Ponciano
Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Denise Berruezo Portinari
Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Mabel Pereira Romero

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2005. Especializou-se em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ em 2008. Gestalt-terapeuta formada pelo Dialógico – Núcleo de Gestalt-terapia, onde atualmente faz parte do corpo técnico e docente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Ficha Catalográfica

Romero, Mabel Pereira

Coparentalidade: desafios para casamento contemporâneo / Mabel Pereira Romero ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2015.

113 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2015.

Inclui bibliografia

CDD: 150

Agradecimentos

À professora Andrea Seixas Magalhães por suas orientações sempre atenciosas e delicadas e por seu interesse e confiança no meu trabalho, que possibilitaram a realização desse projeto.

Ao meu marido Matias, pela compreensão e pelo suporte nos momentos que o trabalho mais me requisitou.

Ao meu filho Antonio pelo seu amor incondicional e por, mesmo com sua pouca idade, compreender minhas ausências.

Aos meus pais, por serem meus primeiros e grandes incentivadores.

Às amigas de vida acadêmica Elisa Guahyba e Mariana Matos, pelo apoio e exemplo de dedicação e competência.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e contribuição fundamentais para realização dessa pesquisa.

Ao CNPq, pelo incentivo financeiro desde o início desse trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Resumo

Romero, Mabel Pereira; Magalhães, Andrea Seixas (Orientadora). **Coparentalidade: desafios para o casamento contemporâneo.** Rio de Janeiro, 2015. 113p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A coparentalidade pode ser compreendida como a articulação dos papéis parentais em torno dos cuidados globais e da responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança. O presente estudo teve como objetivo central desenvolver uma investigação sobre como os pais que se mantém casados vivenciam a coparentalidade nos dias atuais. Especificamente, buscou-se investigar como são realizadas a transmissão conjunta de valores e princípios educativos na família, a divisão das tarefas parentais e a articulação das opiniões divergentes do casal em torno do tema. Realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro homens e quatro mulheres pais de pelo menos um filho entre dois e seis anos, pertencentes aos segmentos médios da população carioca. As entrevistas foram analisadas por meio do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011) e do discurso dos sujeitos emergiram seis categorias de análise: *um pai mais presente, divisão de tarefas e cuidados com os filhos, semelhanças e diferenças na educação dos filhos, resolução de conflitos, influências da família de origem e suporte coparental.* A partir da análise do material coletado pode-se perceber que a partilha de responsabilidades e tarefas parentais entre os membros do casal é uma prática comum na atualidade. Os conflitos coparentais são percebidos como prejudiciais para a autoridade da díade parental e para o desenvolvimento saudável dos filhos sendo, portanto, evitados pelos casais. Há uma busca idealizada por uma relação coparental livre de conflitos e diferenças.

Palavras-chave

Coparentalidade; casamento; parentalidade; família; práticas educativas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Abstract

Romero, Mabel Pereira; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **Coparenting: challenges to the contemporary marriage.** Rio de Janeiro, 2015. 113p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Coparenting can be define as the articulation of parenting roles and the sharing responsibilities about a child. The main objective of this study was to develop an investigation about the coparental relationship. A qualitative analysis was carried out through semi-structured interviews with four men and four women. They were married, parents to at least one two-year-old to six-year-old child and belonged to segments of the middle class population of Rio de Janeiro. The interviews were analyzed through the content analysis method proposed by Bardin (2011) and from the subjects' speech, six categories emerged: *A more present father, Division of tasks and children's care, Resemblances and differences in raising practices, Conflict solving, Family of origin influence and coparental support*. It´s possible to notice the involvement of both parents on the childrearing tasks as a common practice. Coparental conflicts are seen as harmful to parent's authority and to children´s development, being avoided by couples. There is an idealized search for a coparental relationship free of conflicts and differences.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Keywords

Coparenting; marriage; parenting; family; educational practices.

Sumário

1.Introdução 8

2.Construção social dos valores da coparentalidade 12
2.1.Famílias comunitárias, hierárquicas e democráticas 13
2.2. Nova divisão de papéis na família 23
2.3.Transformações do papel parental 33

3.Entrelaçamento entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade 41
3.1. Sistema familiar, seus subsistemas e a coparentalidade 43
3.2. Coparentalidade: como, quando e onde ela acontece 50
3.3. Principais modelos de estudo da coparentalidade 60

4. Estudo de campo 67
4.1. Participantes 67
4.2. Instrumentos e procedimentos 69
4.3. Cuidados éticos 69
4.4. Análise e discussão dos resultados 69
4.4.1. Um pai mais presente 70
4.4.2. Divisão de tarefas de cuidado com os filhos 74
4.4.3. Semelhanças e diferenças na educação dos filhos 80
4.4.4. Resolução de conflitos 83
4.4.5. Influências da família de origem 87
4.4.6. Suporte coparental 93

5. Considerações finais 98

6. Referências Bibliográficas 105

Anexos
Anexo 1. Roteiro de entrevista 112
Anexo 2. Termo de consentimento livre e esclarecido 113

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

1
Introdução

A família pode ser considerada o primeiro e mais fundamental contexto de socialização dos indivíduos, consistindo em uma importante fonte de apoio, afeto e proteção no processo de desenvolvimento humano. É no ambiente familiar que acontecem as experiências relacionais mais elementares, tendo como cenário as expectativas, crenças, valores e metas que o compõem (Bem e Wagner, 2006; Wagner, Tronco, Gonçalves e Demarchi, 2012). A família possui, portanto, um papel essencial na formação e desenvolvimento de seus integrantes, ao mesmo tempo em que está sob influência do contexto histórico e social do qual faz parte.

Ao longo do tempo, diversas transformações ocorreram na família na sociedade ocidental. As funções de socialização e cuidado de seus membros ganham destaque a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia, quando a família se afasta da vivência comunitária e se volta para a intimidade do lar. Tem origem a configuração nuclear, composta pelo casal e seus filhos, que se tornou predominante durante toda a modernidade até a segunda metade do século XX (Ariés 1978; Lash 1977). Neste momento, o ocidente viveu profundas transformações na direção de uma ideologia igualitária, dentre elas o declínio do poder patriarcal e a emancipação das mulheres, defendida pelo movimento feminista, que exerceram uma forte influência nas relações familiares (Araújo, 2010).

Observa-se a partir dos anos 60 o crescimento do número de famílias monoparentais, famílias formadas a partir de recasamentos, famílias homoparentais, dentre outros arranjos. O surgimento de novas configurações familiares, não mais definidas apenas a partir de laços de consanguinidade e parentesco, torna mais complexa a tarefa de definir quem faz parte de cada grupo familiar. Além disso, na atualidade, os papéis parentais tornam-se cada vez mais indiferenciados, na medida em que homens e mulheres participam do sustento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

financeiro da casa e também dos cuidados e da criação dos filhos (Wagner e Levandowsky, 2008, Lyra, Lima, Targino, Crisóstomo e Santos, 2010; Palkovitz, Fagan e Hull, 2014).

Sob a influência de uma ideologia igualitária, homens, mulheres e crianças não são mais percebidos como intrinsecamente diferentes e buscam se relacionar a partir do respeito às diferenças individuaisde cada um (Figueira, 1986). Neste cenário, a educação dos filhos é um aspecto da dinâmica familiar que sofre profundas transformações. Segundo Sarti (2002), todas as questões envolvendo direitos e deveres familiares deixam de estar preestabelecidas e passam a ser solucionadas a partir de constantes negociações entre os membros da família. Os papéis parentais, antes discriminados com base nas diferenças de gênero, e as obrigações entre pais e filhos, que até esse momento se baseavam em uma divisão hierárquica de poder, agora se estabelecem de forma singular em cada família. As decisões e as regras familiares são, segundo esse modelo, construídas de forma mais democrática, visando a uma maior divisão de poder e tarefas entre o casal (Araújo, 2010). Dessa forma, as diferenças de pensamento existentes entre os pais tornam-se mais explícitas na partilha de tarefas e na tomada de decisões relacionadas à criação dos filhos (Wagner, 2003).

Estas diferenças estão presentes desde a constituição do casal, uma vez que cada um traz consigo experiências e valores distintos, oriundos de suas vivências anteriores. A conjugalidade impõe a constituição de uma identidade compartilhada, na qual os modelos parentais das famílias de origem de cada um articulam-se na construção de um projeto conjugal comum, tal como na formação do novo casal parental (Magalhães, 2009). Há a necessidade de um trabalho de modificação e reorganização interna, que possibilite a criação deste mundo compartilhado. Da mesma forma, tornar-se pai/mãe requer um confronto com a alteridade, colocando em ação um processo de mudanças psíquicas complexas. A construção da parentalidade também se dá por meio das trocas intersubjetivas, assim como a conjugalidade. Ao decidirem formar uma família com filhos, a realidade de ambos os parceiros é modificada e a colaboração passa a ocupar um lugar central em suas vidas.

Se, nas gerações anteriores, esta parceria se dava de forma estruturada e com papéis mais claramente definidos, na atualidade estes referenciais já não estão mais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tão presentes. Mesmo que uma divisão igualitária não seja uma realidade na maioria das famílias e ainda haja predominância das mulheres nas tarefas ligadas aos filhos, a participação dos homens nos assuntos relacionados às crianças é cada vez mais comum. Da mesma forma, as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho e torna-se cada vez mais frequente a sua participação nas despesas domésticas e na tomada de decisões sobre a família (Rocha-Coutinho, 2011; Jablonski, 2010). Assim, o trabalho de negociar tarefas e papéis e discutir sobre quais valores serão passados aos filhos torna-se mais um aspecto necessário na construção da parentalidade do casal nesse cenário contemporâneo.

O conceito de coparentalidade, segundo os principais autores sobre o tema, refere-se à articulação dos papéis parentais em torno dos cuidados globais de uma criança, quando dois ou mais adultos assumem a responsabilidade pelo bem-estar e educação da mesma. A coparentalidade abrange a divisão da liderança parental e o envolvimento conjunto na tomada de decisões sobre a vida da criança, pressupondo o apoio e o comprometimento de todos os adultos envolvidos no exercício da parentalidade, ainda que estes assumam papéis diferentes nesta relação. A dimensão coparental constitui um subsistema autônomo em relação aos subsistemas conjugal e parental. Ao mesmo tempo, evidencia a articulação entre estes dois subsistemas, e tem sido conceitualizada como um dos elementos essenciais para a saúde emocional da família, bem como fator influente na trajetória satisfatória do desenvolvimento infantil (Belsky, Crnic e Gable, 1995; Margolin, et. al., 2001; Van Egeren e Hawkins, 2004; Frizzo, et al., 2005; Grzybowsky e Wagner, 2010; Lamela, et al., 2010; McHale e Lindahl, 2011; Palkovitz et al. 2014).

O estudo da coparentalidade tem grande importância na ampliação da compreensão a respeito das interações familiares (Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins 2004; Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini e Bosa, 2005; Lamela et. al., 2010; Palkovitz et al., 2014). Ressalta-se que a qualidade da coparentalidade possui uma importância para o funcionamento da criança que vai além da relação conjugal e parental. A falta de apoio na relação coparental, segundo os autores, pode refletir em interações problemáticas dos filhos com crianças da mesma idade, sugerindo que estes aprendem com os pais como se relacionar com outras pessoas e como lidar com as situações de conflito e negociação. Diversos estudos já foram realizados sobre o exercício da coparentalidade em situações de divórcio (Maccoby,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Depner, e Mnookin, 1990; Feinberg, 2003; Grzybowsky e Wagner, 2010; Dush, Kotila e Schoppe-Sullivan, 2011; Lamela, Figueiredo e Bastos, 2013), porém essa dimensão constitui-se um desafio também importante para os pais que se mantêm casados.

Buscou-se no presente estudo desenvolver uma investigação sobre como os pais que se mantém casados vivenciam a coparentalidade nos dias atuais. Procurou-se compreender como se dá a transmissão conjunta de valores e princípios educacionais na família, como é feita a divisão das tarefas parentais e como os pais lidam com as opiniões divergentes do parceiro nas questões relacionadas aos filhos. Acredita-se que uma investigação sobre o modo como os casais partilham a tarefa de educar seus filhos e sobre os diversos aspectos que compõem a coparentalidade, pode contribuir para uma maior compreensão das relações e dos papéis familiares na atualidade, podendo auxiliar também no trabalho clínico com famílias.

No capítulo dois apresentam-se as principais transformações sofridas pela família desde a Idade Média até a contemporaneidade com um recorte específico nas mudanças ocorridas nas relações entre seus membros durante esse percurso e como estas influenciaram o desenvolvimento da ideia de coparentalidade tal como conhecemos nos dias de hoje. No capítulo três discutem-se os principais pressupostos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Minuchin (1982) a partir dos quais o conceito de coparentalidade foi posteriormente desenvolvido, assim como as proximidades e diferenças entre as dimensões conjugal, parental e coparental do relacionamento familiar. Em seguida, são apresentados os principais estudos e modelos teóricos desenvolvidos sobre a coparentalidade, destacando-se os aspectos mais importantes desse conceito. O quarto capítulo traz a apresentação do estudo de campo realizado com homens e mulheres casados sobre a percepção de cada um a respeito da constituição da dimensão coparental em sua família. Por fim, são expostas as considerações finais deste estudo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

2
Construção social dos valores da coparentalidade

A coparentalidade pode ser definida como a articulação dos papéis parentais nos cuidados e na negociação das responsabilidades em relação ao bem-estar e educação de uma criança. Abrange a divisão da liderança parental e o envolvimento conjunto nas decisões sobre a vida da criança, a partir do suporte e comprometimento dos adultos envolvidos no exercício da parentalidade em cada família (Belsky, Crnic e Gable, 1995; Margolin, et. al., 2001; Van Egeren e Hawkins, 2004; Frizzo, et al., 2005; Grzybowsky e Wagner, 2010; Lamela, et al., 2010; McHale e Lindahl, 2011; Palkovitz et al. 2014).

Trata-se de um conceito relativo às sociedades ocidentais contemporâneas, pois pressupõe um papel de destaque da família no desenvolvimento infantil e uma organização de seus membros na realização dessa tarefa que só é possível ser observada a partir da segunda metade do século XX. A coparentalidade, tal como definida acima, implica uma participação ativa do pai no cuidado e na educação dos filhos e aponta para uma indefinição prévia dos papéis parentais, envolvendo a partilha da liderança e a constante negociação da divisão de tarefas. Além disso, esse conceito evidencia a importância das relações familiares e a responsabilidade dos pais no desenvolvimento e no bem-estar da criança.

A observação da trajetória da instituição familiar ao longo da história aponta para diferentes formas de organização e relação entre seus membros. Na sociedade medieval, a família nuclear encontrava-se diluída em um convívio comunitário intenso, em que a criação e educação dos filhos não tinha grande importância e era partilhada por todo o grupo social (Ariés, 1978; Badinter, 1985). A partir do século XVIII, a família volta-se para a intimidade do lar e centra-se em torno da criança, de sua felicidade e de seu desenvolvimento saudável. Surge então a família nuclear

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tradicional, com uma divisão estruturada de papéis definidos por gênero e idade e relacionamentos familiares baseados na autoridade e na hierarquia (Figueira, 1986; Singly, 2007). Esse modelo começa a ser questionado nos anos 60, a partir de uma crescente valorização de uma ideologia igualitária. Na contemporaneidade, as relações familiares não são mais marcadas por papéis e obrigações claramente preestabelecidos e todas as questões da família são objetos de negociações (Sarti, 2002).

Na atualidade, o papel parental no desenvolvimento infantil é amplamente difundido pelos especialistas das áreas da saúde, educação e direito, e ambos os pais são convocados a participar da criação e da educação dos filhos. Nesse contexto, surge o conceito de coparentalidade, na tentativa de considerar o sistema familiar de forma mais ampla e de enfatizar a relevância das relações mais harmônicas entre pai e mãe nas tarefas educativas e seus efeitos no desenvolvimento da criança (Frizzo, et. al., 2005).

No presente capítulo, será realizada uma exploração das transformações sofridas pela organização familiar desde a Idade Média até os dias de hoje, destacando as relações entre homens/mulheres e adultos/crianças dentro da família ao longo deste período. Pretende-se discutir como os valores presentes no conceito de coparentalidade foram desenvolvidos ao longo da história da instituição familiar, dando ênfase às modificações ocorridas nas formas de organização da família e sua relevância para a sociedade ocidental, nos diferentes aspectos da divisão de papéis entre seus membros e nas mudanças sofridas pelas práticas educativas até o contexto atual. Para compreender como os papéis parentais são estabelecidos na contemporaneidade – e como estes se articulam na construção da coparentalidade – faz-se necessário a discussão sobre estas mudanças da família ao longo do tempo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

2.1
Famílias comunitárias, hierárquicas e democráticas

Até o século XVIII, não havia no ocidente a percepção da importância da família restrita e dos cuidados da infância tal como vistos na atualidade. A sociedade medieval organizava-se como um bloco único, em que pessoas de

diferentes gerações e classes sociais conviviam lado a lado, muitas vezes na mesma casa, todo o tempo. Apesar da existência de uma hierarquia clara e praticamente intransponível entre as classes sociais, os diferentes papéis sociais misturavam-se permanentemente, em espaços compartilhados (Ariés, 1978; Mizrahi, 2004).

As crianças também experimentavam esse convívio comunitário desde cedo, participando do dia a dia dos adultos, das festas e das atividades de trabalho. Não havia nessa época, nenhum sentimento da especificidade da infância. Badinter (1985) defende que, até o século XVII, além de não ter nenhum valor, a criança era vista como algo ameaçador ou como um estorvo, um fardo para os pais. Esses sentimentos relacionados aos filhos contribuíram para o afastamento das crianças do convívio familiar, sendo criadas inicialmente em casas de amas-de-leite e, depois do desmame, servindo de criadas nas casas de outras famílias. A educação formal não era uma preocupação dos adultos: as crianças aprendiam tudo o que necessitavam na prática, pois os limites entre profissão e vida particular também não eram claramente definidos. Desde cedo, elas perdiam a convivência com seus familiares, o que, segundo Ariés (1978), impossibilitava a família de alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos.

A vivência coletiva da sociedade medieval não dava espaço para a experiência da solidão e da intimidade. Conviviam todo o tempo familiares, vizinhos, amigos e parceiros de trabalho, em espaços que serviam simultaneamente para descanso, alimentação, lazer e trabalho. Neste contexto de indiferenciação entre o público e o privado, a família existia como realidade vivida, tinha como função a transmissão de vida, bens e de nomes, mas não possuía o sentimento e o valor que lhe é atribuído na modernidade (Ariés1978). Até a metade do século XVIII, o amor estava ausente como valor familiar e social. Badinter (1985) ressalta que este sentimento amoroso possuía um caráter negativo, associado à perda da razão e à efemeridade, o que impedia que ele constituísse prioritariamente o laço que unia os membros da família.

> O sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora da família, num ‘meio’ muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio (Ariés, 1978, p.11).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

A convivência próxima de pessoas de diferentes idades e grupos sociais não era sentida como ameaçadora na sociedade medieval, pois a firmeza das definições das classes sociais deixava clara a invariabilidade das relações. Com a ascensão da burguesia no século XVIII e, consequentemente, com a perspectiva de mobilidade social, a possibilidade de mistura entre pessoas de diferentes condições passou a ser considerada perigosa, já que os vínculos de obrigação se tornam menos definidos. Para compensar essa diminuição das distâncias hierárquicas, surge a valorização da intimidade e a separação da casa do restante da comunidade como forma de proteção. A família transforma-se em um refúgio e a privacidade ganha um status de espaço privilegiado (Lash, 1977; Mizrahi, 2004).

O casamento, anteriormente visto como um arranjo de interesses econômicos entre as famílias, no final do século XVIII adquire caráter de escolha pessoal e a realização amorosa passa a ser o principal elemento da união conjugal. Badinter (1985) afirma que, mesmo quando havia outros interesses na união de duas pessoas, buscava-se cada vez mais conciliá-los com a busca da felicidade e com os sentimentos dos noivos.

> Durante o século XIX, a formação dos laços matrimoniais, para a maior parte dos grupos na população, baseava-se em outras considerações além dos julgamentos de valor econômico. Ideias de amor romântico, antes de tudo exercendo a sua principal influência sobre os grupos burgueses, foram difundidas em grande parte pela ordem social (Giddens, 1993, p.15).

O novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Influenciados por este ideal romântico, os casais tornam-se colaboradores de um empreendimento afetivo conjunto e a família volta-se para dentro de casa, enxugando a quantidade de membros. Na medida em que os vínculos com pessoas não pertencentes ao núcleo familiar tornam-se mais enfraquecidos, fortalecem-se os laços afetivos no interior da família (Lash, 1977).Os filhos passam a ser considerados o principal fruto da união conjugal amorosa e a concretização natural do amor que os conjugues sentem um pelo outro. A família se centra em torno da criança e os laços emocionais entre pais e filhos se intensificam (Badinter, 1985).

O cuidado infantil ganha importância e a criança passa a ser considerada vulnerável e inocente, necessitando de um período de formação protegido e prolongado. Sua educação e criação transformam-se em algo mais exigente e a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

educação formal nas escolas torna-se cada vez mais comum. As crianças deixam de ser mandadas para a casa de outras famílias ou para internatos, passando a conviver diariamente com a família. A saúde da criança torna-se objeto de preocupação para os pais que se sentem responsáveis pelo seu desenvolvimento sadio. Para isso, recorrem à ajuda de profissionais e a figura do médico de família passa a ser cada vez mais presente na passagem do século XVIII para o século XIX.A mulher adquire uma função primordial na criação e na educação dos filhos e volta-se cada vez mais para o trabalho doméstico e para a maternidade.

> É, portanto um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para o 'interior', a 'intimidade' que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera (Badinter, 1985, p.213).

Essa mudança de mentalidade sobre a importância da criança e o lugar da mulher na família teve grande influência do Estado. O poder público começa a promover medidas para diminuir o índice de mortalidade infantil, como o incentivo ao aleitamento materno e o aumento dos cuidados à criança, interessado em aumentar seu contingente militar e de trabalhadores disponíveis (Badinter, 1985). Com a Revolução Industrial, a necessidade de mão de obra torna-se evidente e o desenvolvimento saudável das crianças passa a ser uma preocupação do Estado. Como aponta Mizrahi (2004), "a criança deixaria de se tornar um fardo de curto prazo para tornar-se um investimento" (*op. cit*. p.42).

A Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, modificou também a relação das pessoas com o trabalho, contribuindo para o movimento de recolhimento da família no espaço privado do lar. Até a Idade Média, o ofício era realizado em casa, de forma artesanal, e com a participação de toda a família. Não havia uma divisão clara do espaço privado e da vida profissional. Com o advento das indústrias, a produção foi retirada do âmbito doméstico e coletivizada nas fábricas. O local de trabalho diferenciou-se de onde se realizavam as demais atividades da vida cotidiana e o homem passou a trabalhar muito longe da sua moradia, submetido à disciplina, hierarquia e vigilância constantes.

A família tornou-se um refúgio (Lash, 1977), o domínio privado onde o homem se protege do olhar inquiridor da sociedade industrial. A vida do trabalhador

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

passa a ser dividida entre o polo do trabalho e o familiar, enquanto a vida daqueles que não trabalham – mulheres, crianças e idosos –é inteiramente absorvida pelo polo familiar. O espaço público, urbano, deixa de ser espaço de trocas, aprendizado e diversão. Essas funções passam a ser desempenhadas pelo casal e pela família, que se torna cada vez mais fechada em si mesma (Ariés, 1981).

No Brasil, o processo de constituição da família nuclear tradicional também teve a participação do Estado, através do movimento médico higienista do século XIX. Seu objetivo era modificar os hábitos coloniais e aproximar a população dos costumes da burguesia europeia, atendendo aos interesses estatais. A medicina higiênica levantou a bandeira da salubridade como justificativa para determinar normas e regras de funcionamento para a cidade e para a vida cotidiana da população. Visando combater as altíssimas taxas de mortalidade infantil, implantou-se a noção da importância dos cuidados com as crianças e fecundou o sentimento de amor familiar (Costa, 1979).

A família nuclear adquire uma grande importância na vida dos indivíduos em toda a sociedade ocidental, pois, à medida que a sociabilidade se retrai, cabe às relações familiares substituírem as antigas relações sociais. É na intimidade da vida familiar que todas as expectativas de aprendizagem, afetividade e felicidade devem ser atendidas. Cabe à família suprir seus membros de paixão, ternura e afeto, prepará-los para a vida e promover diversão. Esse excesso de atribuições que incide sobre a família é, segundo Ariés (1981), o responsável pela crise pela qual essa instituição passará a partir do século XX.

O modelo familiar composto por pai, mãe e filhos, ligados fortemente por relações de afeto e intimidade, predomina na sociedade ocidental do século XIX até os anos 1960. Nessa família, a divisão do trabalho entre homem e mulher é estrita e clara, e a criança, sua educação e sua saúde, ocupam uma posição de destaque (Singly, 2007). A noção da responsabilidade dos pais pela criação dos filhos e a preocupação com o bem-estar das crianças ganham importância nesse modelo de família nuclear moderna e acompanham a organização familiar a partir desse período até a contemporaneidade. Esses dois aspectos encontram-se presentes na constituição do conceito de coparentalidade, pois este pressupõe que os cuidados com a saúde e com a educação dos filhos são funções da família e ressalta a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

importância das relações e dos cuidados parentais no desenvolvimento saudável das crianças.

Por outro lado, ainda não está presente nessa organização familiar a necessidade de negociação na divisão de papéis parentais que caracteriza a coparentalidade. A família nuclear ainda marcada por valores tradicionais é organizada a partir da predefinição dos papéis familiares a partir do gênero e da idade. Homens, mulheres e crianças são percebidos como intrinsecamente diferentes e as relações são marcadas por essa diferenciação e pela desigualdade de poder (Figueira, 1986). As mulheres têm a responsabilidade sobre os cuidados dos filhos e detém o controle daquilo que acontece dentro de casa, limitando-se, porém, a este "governo doméstico" e submetendo-se às decisões do marido, cujo poder é reforçado pelo trabalho fora de casa (Badinter, 1985).

A relação dos pais com os filhos também é marcada por essas diferenças essenciais, os adultos são aqueles que detêm o saber e devem demonstrar sua superioridade em relação às crianças através da disciplina. A identidade de cada membro da família é, portanto, definida a partir da sua posição, sexo e idade e prevalecem as ideias de "certo" e "errado", com a existência de vários mecanismos para tentar controlar os possíveis desvios de comportamento (Figueira, 1986).

A partir dos anos 60, esse modelo sofre profundas mudanças, acompanhando as diversas transformações vividas pela sociedade ocidental no mesmo período. Dentre essas, aponta-se o crescimento do movimento feminista, que, através da crítica ao modelo da "mulher dona-de-casa", impulsiona a busca feminina pela igualdade de direitos e pelo trabalho remunerado (Araújo, 2010).

A busca por realização pessoal e autonomia levou as mulheres a questionarem seu papel na tradicional divisão de tarefas familiares, dando início a movimentos que criticaram essas antigas relações de poder, reivindicando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e transformando a vivência da sexualidade e da estrutura familiar de maneira mais ampla (Lyra, et al. 2010; Araújo, 2010). As mulheres buscaram maior participação nas decisões da família, melhor divisão das tarefas cotidianas e maior satisfação em outros aspectos de sua vida, como a realização profissional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Os avanços da medicina também merecem destaque nesse processo de transformação das relações familiares, pois possibilitaram o surgimento de métodos contraceptivos e técnicas de reprodução assistida que desvincularam o casamento da sexualidade e da procriação. Segundo Sarti (2007), a pílula anticoncepcional, o trabalho remunerado feminino, e, posteriormente, as novas tecnologias reprodutivas, abalaram os alicerces familiares e inauguraram um processo de mudanças substantivas na família. A dimensão da escolha pessoal passa a ser inserida em um universo até então "naturalizado" e as relações e papéis familiares passam a ser pensados como passíveis de questionamentos e indagações.

A sexualidade, não mais atrelada à reprodução, tornou-se maleável, podendo ser assumida de diversas maneiras e transformando-se em uma propriedade do indivíduo. Paralelamente à sexualidade mais fluida, observa-se o surgimento de uma modalidade de relação denominada por Giddens (1993) de "relacionamento puro". Trata-se de um relacionamento que se mantém apenas enquanto ambos os participantes conseguem extrair dele satisfação suficiente, onde a igualdade na doação e no recebimento emocional é necessária. O casamento heterossexual passa a ser considerado apenas uma modalidade de relação, dentre tantas possíveis, e os relacionamentos são vistos como contratos, abertos a negociações e deliberações de cada uma das partes. Dessa forma, surge a necessidade de conciliação entre as necessidades pessoais e a construção de projetos em comum do casal.

Há, na contemporaneidade, uma disseminação de uma ideologia igualitária, que promove a valorização da singularidade do ser humano como "eu" autêntico, possuidor da liberdade de poder buscar seus projetos e gerenciar a própria vida. Imersos em um sistema de valores que aprova essa autonomia e desvaloriza a herança material e simbólica e, apoiados pelas condições objetivas como a contracepção e o trabalho assalariado feminino, os sujeitos contemporâneos passam a ter maior domínio de seu destino individual e familiar (Singly2007).

A crescente valorização das relações enquanto possibilidade de satisfação pessoal é marca importante na organização familiar da contemporaneidade. O mais importante não é mais ter uma família feliz, mas sim atingir a felicidade individual de cada um. O principal problema desta visão seria, segundo Sarti (2002), compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. Ao mesmo tempo em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

que a família se torna um serviço à disposição dos indivíduos que querem viver juntos, a busca de um si mesmo autônomo demanda laços sistemáticos com os indivíduos mais próximos, dando à família um lugar de destaque na construção da identidade individualizada. (Singly, 2007).

> Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (Sarti, 2002, p.43).

Esse cenário contribui para a desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e às normas pré-estabelecidas. O casamento perde seu caráter "eterno", podendo ser desfeito caso não satisfaça qualquer um dos seus parceiros (Giddens 1993; Singly, 2007; Jablonski, 2010). As uniões conjugais revelam-se cada vez mais plurais e desconectadas da formalidade dos casamentos tradicionais, contribuindo para o aumento do número de divórcios, de recasamentos e o crescimento da coabitação fora do casamento. Assim, abre-se espaço para novas possibilidades de configurações familiares, com o esgarçamento dos laços e uma maior indefinição dos contornos que delimitam uma família.

O modelo de família nuclear– composta por pai, mãe e filhos – deixa de ser o único arranjo possível e na contemporaneidade torna-se cada vez mais comum a existência de outros, diferentes deste tradicional, como famílias recasadas, monoparentais e homoparentais, por exemplo. Com isso, as pesquisas da área ampliaram a definição de família e incluíram as diferentes configurações em seus estudos sobre o tema (Wagner e Levandowski, 2008; Jablonski, 2009 e 2010; Wagner, Tronco e Armani, 2011). Os estudos sobre coparentalidade surgem nesse contexto, através da necessidade de compreender as relações entre os responsáveis por uma criança após o divórcio, situação cada vez mais comum na sociedade ocidental a partir dos anos 60. Porém, após algum tempo, o foco para a articulação dos papéis parentais ampliou-se para todas as configurações familiares possíveis na contemporaneidade. Atualmente considera-se que a coparentalidade está presente em qualquer situação em que dois adultos dividem as responsabilidades e cuidados sobre uma criança (Margolin, Gordis e John, 2001; Frizzo, et. al., 2005; Lamela et al., 2010; McHale e Irace, 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Na contemporaneidade, a ideologia igualitária provocou forte impacto também nas relações familiares, pois fez com que os laços sociais não se restringissem mais aos papéis e aos lugares anteriormente definidos na família. Nas sociedades tradicionais esses papéis são predeterminados, porém este quadro se altera quando há espaço para o desenvolvimento da dimensão individual dos membros da família, exigindo um reposicionamento relacional de todos. Os papéis de gênero e as obrigações entre pais e filhos deixam de estar claramente estabelecidos, com isso todas as questões dos direitos e deveres na família passam a ser objetos de constantes negociações (Sarti, 2002). Há um enfraquecimento das fronteiras entre categorias sociais e a identidade passa a ser percebida como idiossincrática. As diferenças pessoais passam a ser mais importantes do que as diferenças sexuais, etárias e posicionais que até então regulavam as relações familiares.

> O exemplo mais comum é a des-diferenciação entre as categorias homem/mulher e adulto(pais)/criança(filhos): essas categorias deixam de ser percebidas como intrinsicamente diferentes através da ideia de 'indivíduo'. Isto é, homem, mulher, pais e filhos são todos indivíduos, que se relacionam a partir do ideal da igualdade e do respeito (Figueira, 1986, p.19).

Os marcadores da diferença deixam de ser os sinais estereotipados de gênero ou geração e passam a ser expressões do gosto pessoal de cada um. As noções de 'certo' e 'errado' perdem a delimitação rígida que possuíam, assim como a noção de desvio de comportamento. Instaura-se o reino da pluralidade de escolhas, limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro. Os princípios de hierarquia e de autoridade nos quais se baseava a família tradicional são colocados em questão (Figueira, 1986).

Neste novo modelo, denominado de família igualitária ou democrática, as relações buscam ser construídas pautadas no diálogo e no respeito às diferenças. As responsabilidades e os papéis são divididos de modo mais flexível, com decisões tomadas em conjunto, e a resolução de conflitos se dá baseada na argumentação, no exercício da liberdade e da individualidade. O poder e a autoridade são democratizados, sem supremacia de gênero.Com isso, a divisão de papéis parentais e os valores que norteiam a educação dos filhos deixam de ser preestabelecidos e constitui-se um novo desafio para as famílias contemporâneas conciliar os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

interesses e valores pessoais de cada membro com a construção de uma realidade comum (Figueira, 1986; Araújo, 2010).

A falta de padrões e normas prévios, que organizavam o funcionamento familiar tradicional, abre a dimensão da escolha para os indivíduos. Estas escolhas dizem respeito à formação da identidade de cada um, já que não há mais regras claras de como ser. Giddens (1993) aponta que a falta de hábitos preexistentes obriga o indivíduo a negociar constantemente opções de estilos de vida, que definem sua própria identidade. A abertura de possibilidades revela a alta reflexividade da sociedade contemporânea, onde a construção da própria identidade passa a ser um projeto reflexivo constante.

> Na ordem pós-tradicional da modernidade e, contra o pano de fundo de novas formas de experiência mediada, a auto identidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na sociedade moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio e, quanto mais a vida diária e reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções (Giddens, 2002, p.12).

Se antes o indivíduo não tinha tantas escolhas, também não precisava se revelar em cada uma de suas ações. A falta de possibilidades limitava sua existência, porém o poupava da angústia de ter que escolher, sentimento comum na atualidade. Diante deste "não saber", recorre-se cada vez mais ao saber especializado, que ocupa este espaço de fornecedor de respostas. Para Sarti (2002), a atualidade é ao mesmo tempo repleta de alternativas e extremamente normativa, uma vez que a sociedade está sempre formulando projetos ideológicos de como agir na esfera da família e da sexualidade.

Diversos autores ressaltam que estas mudanças em direção a relações familiares mais igualitárias ocorrem no plano do ideal e que a família contemporânea mostra-se na, prática, mais hesitante e ambígua, com a coexistência de antigos e novos valores (Figueira, 1986; Negreiros e Féres-Carneiro, 2004; Passos, 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011; Jablonski,2009, 2010; Araújo, 2010).Neste processo de transformação, o arcaico dá lugar ao moderno apenas aparentemente, mas continua presente, de modo mais ou menos consciente. Forma-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

se uma espécie de sobreposição desses ideais, identidades e normas contraditórias, nomeada por Figueira (1986) como "desmapeamento":

> O 'desmapeamento' então, ao contrário do que a metáfora parece sugerir de modo mais imediato, não é a perda ou simples ausência de 'mapas' para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito (Figueira, 1986, p.22).

A incorporação de valores e práticas democráticas no interior da família encontra, segundo Araújo (2010), muitas dificuldades para se concretizar. A busca da igualdade de gênero e a adoção de práticas educativas democráticas são áreas nas quais estes impasses tornam-se mais evidentes. Por entender que estas duas dimensões do relacionamento familiar (as relações de gênero e as relações parentais) encontram-se intrinsecamente ligadas à construção da coparentalidade – objeto de nosso estudo – analisaremos, a seguir, cada uma destes aspectos e discutiremos algumas das principais questões colocadas na atualidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

2. 2

Nova divisão de papéis na família

A concepção de que ambos os pais devem ser ativos e responsáveis na criação dos filhos, presente na construção do conceito de coparentalidade, é característica da organização familiar contemporânea. A forma como a sociedade concebe os papéis de gênero e a divisão das tarefas parentais modificou-se desde a Idade Média, passando pelo surgimento da família nuclear tradicional da modernidade – com papéis parentais definidos a partir da diferença sexual – até a atualidade, onde se observa a coexistência de diversos arranjos familiares e diferentes formas de divisão das funções parentais entre os membros de cada família.

Até o fim do século XVIII não havia uma divisão clara das tarefas realizadas por homens e mulheres, pois também não havia separação entre a família e o resto da comunidade e entre o trabalho e o restante das tarefas domésticas. A criação dos filhos não era considerada uma tarefa importante e específica da mãe, sendo delegada a amas ou a outros adultos. Da mesma forma, a responsabilidade pelo

provimento das necessidades da família não era exclusivamente masculina, tanto os homens quanto as mulheres dividiam as tarefas do trabalho (Ariés, 1978).

Somente após a ascensão da burguesia e a Revolução Industrial a família voltou-se para o âmbito doméstico e a divisão de tarefas entre os gêneros ficou mais clara. Homens e mulheres passaram a ocupar espaços distintos e a participação de um na área pertencente ao outro se tornou eventual (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004).

Com o advento das fábricas, o trabalho passou a ser realizado fora do espaço de moradia e coube aos homens buscar o sustento da família com o trabalho assalariado. A imagem masculina tornou-se cada vez mais associada ao trabalho, à virilidade e à proteção dos membros da família, distanciando-se dos assuntos domésticos e da criação dos filhos. Os textos da época, segundo Badinter (1985), justificam esse afastamento masculino do lar a partir do comprometimento crescente dos homens com o mundo do trabalho, com a competitividade que este passa a exigir, e com envolvimento com a política. A função do pai na família passou a ser de um colaborador eventual, que deve dar bons exemplos aos filhos e suprir a família financeiramente.

Enquanto o trabalho remunerado realizava-se prioritariamente por homens, no mundo público das fábricas e dos escritórios, foi designado às mulheres o espaço privado, considerado "não produtivo", da casa. Ocorreu uma centralização da família em torno da mulher-mãe que zelava pelo bem-estar das crianças e do marido, transformando-se na intermediária entre os membros da família (Badinter, 1985; Lash 1977; Rocha-Coutinho, 2005, 2009 e 2011). Coube à mulher, a partir desse momento, o papel de mãe dedicada e responsável pela harmonia familiar e pelo desenvolvimento saudável dos filhos. As funções da maternidade se estenderam para além dos cuidados de higiene e saúde, assegurando também a educação dos filhos, sua formação intelectual e sua felicidade (Badinter, 1985).

A abdicação das próprias necessidades e os sacrifícios pessoais são, nesse contexto, necessários para que as mulheres cumpram as funções que passam a ser delas exigidas a partir do final do século XVIII. Badinter (1985) aponta que as mulheres foram "enclausuradas" neste novo papel de mãe, pois as políticas públicas e o saber especializado da época determinavam claramente o sacrifício e a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

dedicação à família como atributos de uma "boa mãe". Para a autora, era muito difícil evitar a submissão a esses valores, sob a pena de uma condenação moral da sociedade:

> Fechadas nesse esquema por vozes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua 'natureza'? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam-se distanciar-se dele, e tinham que pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua 'anormalidade' (...) As mulheres submeteram-se, portanto, silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes (Badinter, 1985, p.238).

A polarização entre homens e mulheres e seus distintos espaços de atuação trouxe um desequilíbrio nas relações de poder, configurando uma relação de dominação e subordinação feminina nas decisões sociopolíticas e o distanciamento da figura masculina como fonte de cuidado (Badinter, 1985, Lyra et. al. 2010). Apesar da grande importância dada à família e ao cuidado com as crianças na sociedade tradicional, o domínio feminino do âmbito privado foi constantemente desvalorizado. Desta forma, a posição da mulher passa a ser permeada por ambiguidades.

> Ao mesmo tempo em que o ideal do casamento por amor e o papel importante que passa a desempenhar no cuidado infantil tenderem a valorizá-la, a retirada da produção da vida doméstica e a entrada das crianças na escola acabam diminuindo sua importância (...). Se a importância da função materna justificou uma preocupação com a educação feminina e por isso uma certa emancipação de sua condição, essa mudança entrava em choque com a redução real da presença feminina fora do lar. Não só a mulher, como também o espaço social que ela passa a ocupar – a privacidade – serão contraditoriamente valorizados e desvalorizados (Mizrahi, 2004, p.36).

As mulheres ocupavam-se dos cuidados com a casa e com a criação dos filhos, fazendo destas tarefas sua principal "profissão", sem, contudo, receber os benefícios econômicos que estavam relacionados ao trabalho fora de casa. Segundo Rocha-Coutinho (2005), este fato resultou em uma dependência econômica em relação a seus maridos e psicológica em relação a seus filhos. Assim, foram negadas às mulheres todas as capacidades socialmente valorizadas que garantiram por muito tempo a primazia dos homens na vida pública.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

A aparente contradição presente no papel destinado à mulher contribuiu para uma insatisfação que culminou no movimento feminista ocorrido na segunda metade do século XX. Para Araújo (2008), o feminismo teve uma influência fundamental na transformação de valores, crenças, costumes, relações, práticas sociais e familiares da sociedade ocidental, alterando a antiga identidade feminina e tornando possível a existência de outras escolhas para as mulheres.

As mulheres ultrapassaram os limites de suas casas e ocuparam universidades, tribunais e hospitais, mostrando que a independência e a ambição não eram atributos predominantemente masculinos. Questionaram o pensamento vigente que compreendia a maternidade como um dom natural a todas as mulheres e as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos como parte do domínio exclusivamente feminino. Badinter (1985) afirma que mesmo as mulheres que não se afastaram completamente dessas tarefas, mostraram pouco a pouco que desejavam cada vez mais compartilhá-las com seus companheiros.

Mudanças concretas no panorama social começam a ocorrer: observa-se uma diminuição do número de filhos em cada família, o aumento das oportunidades educacionais das mulheres e sua entrada progressiva no mercado de trabalho. Borges (2013) aponta que na contemporaneidade as mulheres vêm progressivamente se afastando do modelo tradicional de trajetória de vida baseado no padrão da mulher "rainha do lar" e se projetando na esfera pública, tendo o trabalho como um aspecto fundamental para sua realização pessoal.

Ter uma profissão e uma renda própria pode significar uma maior independência, autonomia e liberdade para as mulheres possibilitando que estas se coloquem no mundo de uma forma diferente (Borges, 2013). Ao auxiliar na economia familiar, por exemplo, a mulher aumenta seu poder de negociação e de decisão. Assim, pode exigir do marido dos uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e a maior participação na criação dos filhos (Negreiros e Féres-Carneiro 2004; Araújo, 2008). Além disso, esse novo cenário possibilita um reposicionamento das mulheres também na relação conjugal.

> O trabalho assalariado da mulher transforma, em parte, a natureza dos laços que a unem a seu parceiro. Ele permite ter a chave de casa. Esse ponto é tanto mais importante quanto o amplo lugar da afeição nas relações conjugais. A abertura de um segundo mercado para as mulheres (além do mercado matrimonial) lhes dá a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> possibilidade de só viver conjugalmente por motivos amorosos (Singly, 2007, p.152).

Bruschini (2007), em levantamento realizado sobre a atividade feminina remunerada na realidade brasileira entre 1993 e 2005, confirma este aumento do percentual de trabalhadoras no país, possibilitado pelo surgimento de novos valores acerca do papel da mulher e do homem na sociedade e na família. Para a autora, outros elementos contribuíram para este quadro, dentre eles fatores demográficos, como a queda da taxa de fecundidade, principalmente nas regiões metropolitanas, e a redução do tamanho das famílias. A expansão da escolaridade das mulheres e maior ingresso destas no ensino superior também foi um fator determinante no aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. Rocha-Coutinho (2011) também aponta o crescimento da porcentagem de brasileiras de classe média inseridas no mercado de trabalho, o que vem tornando cada vez maior o número de famílias onde ambos os cônjuges trabalham ou mesmo famílias chefiadas exclusivamente por mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle da reprodução e o crescimento da economia e da mobilidade social possibilitaram o surgimento de um novo modelo de família. Este modelo, mais igualitário, é marcado pelo individualismo, pela fluidez e permeabilidade das fronteiras de identidade entre os dois sexos e pela pluralidade de representações e papéis. A divisão hierárquica entre os sexos ou faixas etárias é substituída pelas características particulares de cada membro da família e pelas necessidades emergentes exigindo um reordenamento de papéis e das relações familiares. A educação dos filhos passa a ser concebida como uma tarefa de ambos os responsáveis, sem papéis predeterminados a partir do gênero, exigindo dos pais uma articulação e uma negociação nas funções parentais essenciais para o desempenho da coparentalidade. Segundo Singly (2007), a família da contemporaneidade suprime a referência à noção de "chefe de família", pois ambos os pais passam a serem responsáveis pela criança, provedores financeiros da casa e dividem a tomada das grandes decisões.

Nesse cenário, tornou-se necessária uma nova postura dos homens em relação à convivência com as mulheres no mercado de trabalho e na reavaliação de seus papéis dentro do lar. Os homens se viram obrigados a repensar as bases de sua identidade, questionando os limites de seus próprios direitos e obrigações e revendo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

suas necessidades individuais para além dos estereótipos instituídos pela lógica patriarcal (Wang, Jablonski e Magalhães, 2006). Para Jablonski (1999), é como se os conceitos de masculinidade e de função paterna estivessem se "desmanchando no ar".

> Assim, um conjunto de sentimentos, atitudes, cognições e padrões comportamentais fixados de longa data em torno do poder e da responsabilidade econômica e política da sociedade vem sendo questionado. Expectativas normativas solidamente incorporadas cultural e historicamente, que valorizam no homem a instrumentalidade, em detrimento da expressividade, parecem suspensas (e prestes a desabar) no ar rarefeito da pós-modernidade (Jablonski, 1998, p.56).

Cobra-se uma nova postura dos homens, mais sensíveis e disponíveis subjetivamente, reavaliando suas relações com o trabalho e construindo um novo tipo de relacionamento com a família. Pesquisas recentes apontam que, na atualidade, pode ser percebida uma maior aproximação do discurso dos homens em relação às tarefas domésticas e a educação e criação de seus filhos (Jablonski, 1998, 1999, 2009, 2010; Gomes e Resende, 2004; Wagner, Predebon, Mosmann e Verza, 2005; Rocha-Coutinho, 2005; Teycal e Rocha-Coutinho 2007; Sutter e Bucher-Maluschke, 2008; Lyra et al. 2010; Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano, 2013).

> O reflexo desse movimento já pode ser sentido, por exemplo, no desempenho masculino em tarefas ditas domésticas: limpar, lavar, passar, cozinhar, arrumar, organizar o dia-a-dia da casa, cuidar das crianças, incluindo suporte emocional, contribui para o bem-estar dos membros da família e para a manutenção do lar. Em comparação com os anos 1980, apesar de as mulheres ainda arcarem com a maior parte das tarefas domésticas, observa-se a tendência de, nos grandes centros urbanos, os homens participarem um pouco mais e as mulheres, um pouco menos (Wang, et al., 2006).

Surge um novo ideal de paternidade, com a emergência da figura de um pai mais ativo e não mais restrito à disciplina e ao suporte econômico familiar. Sutter e Bucher-Maluschke (2008) apontam a emergência de uma paternidade "participativa", com maior envolvimento na educação e nos cuidados com os filhos, estabelecendo com estes relações mais complexas, estreitas e "reais". O pai contemporâneo se dispõe a reconhecer seus sentimentos e estabelecer confronto com imposições do papel masculino que durante décadas foi associado à postura machista (Gomes e Resende, 2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Para Lyra et al. (2010), o poder social masculino estabelecido segundo a divisão tradicional de gêneros, ainda que seja fonte de privilégio e poderes individuais, traz alienação de sentimentos e afetos e limita o potencial para estabelecer relacionamentos de cuidado para com os filhos. Por outro lado, segundo a autora, o maior envolvimento masculino na paternidade observado na atualidade, pode ser fonte de grande satisfação para os homens. Em estudo sobre o envolvimento paterno na atualidade, Silva e Piccinini (2007) também encontraram relatos masculinos que apontam para a satisfação dos homens com a paternidade e sentimentos de proximidade afetiva com os filhos.

Cabe ressaltar que esse processo de reordenamento de papéis na família encontra-se marcado por ambiguidades e contradições. Castro, Carvalho, Cavalcanti, Costa, Franco, Menezes, Moreira, Petrini e Rabinovich (2010) ressaltam que enquanto o papel do pai na família sofreu mudanças significativas, o papel tradicional da mãe parece ter sido menos sujeito a alterações. Prevalece a concepção de que ela é maior responsável pelo cuidado com os filhos, apesar do aumento do emprego das mulheres fora de casa. Ainda que uma divisão rígida de papéis comece a ser questionada, as diferenças entre maternidade e paternidade ainda são atribuídas, em grande parte, a uma natureza diferente de homens e mulheres, (Rocha-Coutinho, 2005, 2009, 2011 e 2013).

A permanência de uma concepção tradicional da divisão de tarefas está relacionada, segundo Jablonski (2010), com uma profunda internalização das diferenças de atuação entre homem e mulher no casal, ancorada em vieses culturais solidamente enraizados que superam a influência mais individual relacionada aos cônjuges. A formação e a socialização das crianças continuam a encorajar o desenvolvimento de características essenciais para a manutenção dessa divisão estereotipada a partir das diferenças de gênero. Enquanto as meninas são incentivadas a terem atitudes de cuidado e ternura, os meninos são estimulados a realizar brincadeiras que exigem mais esforço físico, com grande competitividade e enfrentamento de riscos (Rocha-Coutinho, 2005; Wang, et. al., 2006; Lyra, et. al. 2010).

Novas e antigas visões sobre os papéis de gênero se sobrepõem, muitas vezes de forma contraditória. Diversos autores apontam que, na contemporaneidade, coexistem representações tradicionais e igualitárias dos papéis

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

atribuídos a homens e mulheres na divisão de tarefas familiares (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004; Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2007; Araújo, 2010; Rocha-Coutinho, 2011). Apesar da existência cada vez mais evidente de um discurso a favor da divisão igualitária das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, na prática ainda predominam comportamentos relacionados a uma organização familiar tradicionalmente dividida a partir das diferenças de gênero (Rocha-Coutinho, 2011). Isso implica na emergência de conflitos e contradições visíveis na reprodução dessas práticas desiguais no cotidiano familiar. Na relação coparental, a indefinição dos papéis parentais e a coexistência entre um discurso igualitário e uma prática tradicional na divisão das tarefas tornam o trabalho de negociação de funções e valores parentais ainda mais complexo.

O aumento da participação masculina nas tarefas domésticas e parentais é marcado por ambiguidades. Apesar das reconfigurações das expectativas sociais em torno do papel masculino e da paternidade, essas mudanças acontecem mais no discurso do que na atuação concreta dos homens no dia-a-dia da família (Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro, 2004). Há indícios de maior participação masculina no cuidado com os filhos, porém o mesmo não é tão comum na divisão das tarefas domésticas que continua sendo prioritariamente uma atribuição das mulheres, levando à constatação de que, na realidade brasileira, "os homens mudaram mais como pais do que como maridos" (Wang, et al., 2006). Da mesma forma, Jablonski (2010) e Sutter e Bucher-Maluschke (2008), em estudos sobre a participação dos pais nas famílias contemporâneas, observam um maior envolvimento paterno em relação aos afetos que permeiam a paternidade, sem que isso signifique uma apropriação da vida doméstica em si.

Além disso, mesmo quando os homens participam das práticas domésticas cotidianas, exercem uma função coadjuvante ou periférica, oferecendo seus serviços como uma "ajuda", bastante seletiva (Wagner et. al., 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011; Wang, et al., 2006; Singly, 2007; Jablonski, 2010; Castro, et. al. 2012).

> O homem pode manifestar, aparentemente, sua boa vontade aceitando participar das tarefas domésticas, mas conseguindo não fazer direito aquilo que lhe é solicitado. Ele assume o papel de um aprendiz que em geral tem muita dificuldade para aprender (...) Os homens continuam não querendo ser os 'machões' à moda

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> antiga. Eles atestam sua boa vontade elaborando tal ou tal tarefa, escolhida por eles porque parece menos penosa (Singly. 2007, p. 157).

Cabe ressaltar que o crescente interesse masculino em participar do cotidiano e do crescimento dos filhos e um envolvimento maior no cuidado destes não implica, segundo Jablonski (2007), em uma divisão igual das tarefas que envolvem as crianças. Para o autor, a natureza das atividades desempenhadas pelos pais para com os filhos é distinta daquelas realizadas pelas mães. Na maior parte das famílias, os pais se envolvem em tarefas como jogos, aprendizagem e desenvolvimento, enquanto as mulheres cuidam de tarefas menos qualificadas, como alimentação e cuidados de higiene (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008).

> Enquanto mães 'digladiam-se' com seus filhos na alimentação, banho, cuidados corporais e vestimenta, os pais aparecem mais na 'hora do recreio', em atividades ligadas ao brincar (...) Para as mulheres, ficam as tarefas rotineiras, repetitivas, pouco gratificantes ou reconhecidas, praticadas em isolamento e que se repetem infindavelmente (Jablonski, 1998, p.124).

Assim, ainda que novos discursos sobre a divisão das tarefas domésticas e sobre o surgimento de uma "nova paternidade" estejam muito presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, observa-se na prática uma associação muito forte entre o universo "do lar" e as mulheres. Assim como os homens, as mulheres assumem posições ambíguas no que diz respeito a esse novo lugar que ocupam. A conquista de um novo espaço no mundo do trabalho e a necessidade de uma maior divisão de tarefas no âmbito doméstico também é contraditória e permeada por conflitos para as mulheres

O investimento efetivo em uma carreira profissional vai de encontro com a concepção do papel materno como sendo "natural" e a solução encontrada por grande parte das mulheres é buscar – nem sempre com sucesso – realizar simultaneamente essas duas prioridades da sua vida. Muitas vezes, a tentativa de conciliação envolve sentimentos de culpa e ressentimento por parte das mulheres, que consideram insuficientes a atenção e o cuidado que estão dando aos filhos (Rocha-Coutinho, 2011). Amazonas, Vieira e Pinto (2011), em estudo sobre o tema, observam que na contemporaneidade as mulheres sentem-se divididas entre serem profissionais completas ou corresponderem ao que ainda se espera de uma mulher como dona-de-casa e mãe. Vivem em um momento no qual lhes é cobrado ocuparem a posição de sujeito autônomo e o trabalho constitui a possibilidade de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

afirmação deste lugar. Ao mesmo tempo, são exigidas a corresponderem ao papel de mulheres/ mães, esposas e donas-de-casa.

> Essas mulheres se situam em um tempo histórico no qual o modelo a ser seguido é o de um sujeito autônomo, independente, capaz de se autogovernar, de fazer escolhas e se responsabilizar por elas, mas que simultaneamente, se deparam com papéis femininos tradicionais, difundidos na sociedade e são pressionadas a assumi-los. Esses papéis definem seus comportamentos, seus modos de vestir, de se relacionar e de se portar e, muitas vezes se apresentam como regras contraditórias (Amazonas et al., 2011, p. 317).

Além disso, ao mesmo tempo em que as mulheres da contemporaneidade desejam dividir a sobrecarga de trabalho causada pelo acúmulo de funções entre o trabalho e a vida doméstica, sentem-se ameaçadas quando isso acontece. Desde o surgimento da família nuclear no século XVIII, o lugar que as mulheres passaram a ocupar na família, ao mesmo tempo em que foi fonte de aprisionamento e submissão, conferiu a elas um poder no âmbito doméstico. Badinter (1985) aponta que, ao aceitar incumbir-se da tarefa de cuidar da casa, dos filhos e do marido, a mulher torna-se a "rainha do lar", aumentando sua influência na família. Para Amazonas, et al. (2011), quando o homem divide as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, avança no espaço da mulher e ameaça um poder do qual usufrui e não quer abrir mão, decorrente da crença na essência ou na natureza feminina, que se revela principalmente no cuidado com os filhos, que apenas elas saberiam realizar.

Dessa forma, o sentimento das mulheres diante do acúmulo de tarefas e da sobrecarga de responsabilidades em casa e no trabalho se apresenta ambíguo. Ao mesmo tempo em que pesquisas apontam para a existência de conflitos e sentimentos de insatisfação diante desta divisão desigual de tarefas (Jablonski 1998 e 1999; Rocha-Coutinho, 2005), observa-se uma aceitação por parte dessas mulheres da situação desequilibrada e da predominância feminina no universo doméstico, coerente com as ideias mais tradicionais. Em estudos mais recentes, Jablonski (2010) observou que nem sempre há um sinal de inconformidade por parte das mulheres, indicando a manutenção de uma noção mais tradicional de que as tarefas domésticas não se prestam para serem divididas igualitariamente entre os sexos. Para o autor, ambas as posturas estão coerentes com o conceito de tradicionalização, segundo o qual homens e mulheres, após se tornarem pais/mães,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

adotam posturas mais tradicionais em relação a seus papéis parentais e a divisão do trabalho doméstico, apesar de possíveis atitudes igualitárias anteriores.

Por fim, é importante ressaltar que essas modificações não ocorrem de forma homogênea em todas as famílias da contemporaneidade. Coexistem modelos mais tradicionais e hierárquicos e outros mais igualitários, nos quais maridos e esposas dividem efetivamente as tarefas domésticas e educativas. Há ainda famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, acumulando o trabalho fora de casa, o serviço doméstico e a criação dos filhos (Wagner, et. al. 2005, Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2011).

Araújo (2010) aponta que a assimilação de ideais mais igualitários na família não ocorre da mesma maneira nas diferentes camadas sociais da população. Vários fatores interferem nessa dinâmica, entre eles o nível socioeconômico e a escolaridade. As modalidades alternativas de organização familiar, mais próximas da ideologia igualitária, ocorrem, segundo Romanelli (2002), com mais frequência entre os segmentos das camadas médias com maior nível de escolarização e mais abertos a inovações culturais. Rocha-Coutinho (2009) também observa essa tendência, ressaltando que o ideal de família igualitária se faz mais presente entre homens e mulheres pertencentes aos grandes centros urbanos e com grau universitário.

A formulação do projeto individualista da contemporaneidade pressupõe, como aponta Sarti (2002), condições sociais específicas de educação, valores e recursos simbólicos que muitas vezes estão ausentes nas famílias de baixa renda. Este grupo encontra-se subordinado à realidade social em que vive e a tradição mantém-se como referência fundamental de existência. A permanência dos valores tradicionais da família e da vivência comunitária, em detrimento da busca por autonomia e individualização, são formas de proteção contra as condições duras da realidade das populações de renda mais baixa (Singly, 2007).

2.3

Transformações do papel parental

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

As modificações sofridas pela família ao longo da história contribuíram para que esta ocupasse um papel cada vez mais central na socialização dos indivíduos. Após o surgimento da família nuclear moderna, o convívio comunitário tornou-se mais restrito e a inserção da criança na sociedade passou a ser feita a partir do convívio familiar e das práticas educativas. Dessa forma, os pais assumem a responsabilidade de ensinar aos seus filhos os principais valores, hábitos e regras de convívio pertencentes ao grupo do qual fazem parte. Segundo Lash (1977) a função da família nesse contexto vai além da instrução sobre as regras sociais predominantes. Cabe a ela assinalar, muitas vezes de forma não consciente, modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos.

> A união de amor e disciplina nas mesmas pessoas, mãe e pai, cria um ambiente fortemente carregado, no qual a criança aprende lições que nunca esquecerá – não necessariamente as lições explícitas que seus pais desejam que conheça. Desenvolve uma predisposição inconsciente para agir de determinada maneira e recriar mais tarde, em suas relações com seres queridos e autoridades, suas primeiras experiências (Lash, 1977, p.25).

A família tornou-se, portanto, o primeiro referencial para a constituição identitária dos filhos, trazendo ao mesmo tempo o sentido de pertencimento ao grupo e a noção de ser um sujeito em separado (Minuchin, 1982). Para Szymanski (2004), cada núcleo familiar possui uma cultura própria, impregnada de valores, hábitos, mitos, pressupostos, formas de sentir e interpretar o mundo e é nele que a criança encontra os primeiros "outros" e começa a constituir-se como sujeito. Porém, a forma como esses valores e hábitos são transmitidos no interior da família e a forma como os pais articulam suas próprias crenças sobre educação, cuidado e autonomia não são estanques, mas modificam-se com o passar do tempo, acompanhando as mudanças sofridas pela sociedade ocidental.

No modelo de família tradicional, os papéis familiares eram predeterminados e as práticas educativas baseavam-se na autoridade e na hierarquia. As diferenças entre os adultos e as crianças eram nitidamente marcadas, com os primeiros ocupando o lugar de detentores do saber e, por isso, autorizados a mostrar seu poder através da disciplina. Os papéis ocupados pelos membros da família eram determinados e as noções do que era "certo" e "errado" no comportamento de cada um eram bem delimitadas (Figueira, 1986; Sarti, 2002, Stengel, 2011). A necessidade de discussão e negociação acerca de quais valores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

seriam utilizados na educação dos filhos e de que forma isso seria feito não estava presente nesse contexto, tanto porque pai e mãe já conheciam seus papéis quanto porque esses valores já estavam previamente definidos.

O processo de modernização da família fez com que esse ideal de hierarquia fosse progressivamente abandonado em prol de uma ideologia "igualitária", disseminada através do discurso dos saberes especializados, com a influência dos meios de comunicação em massa. Nesse novo modelo de organização familiar, homens, mulheres e crianças deixam de ser percebidos como intrinsecamente diferentes e passam a ser considerados como indivíduos, diferentes em sua singularidade, relacionando-se através do ideal da igualdade e do respeito (Figueira, 1986). Com isso, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família não são mais predeterminados, mas sim objetos de constantes negociações (Sarti, 2002).

Guiados por essa tentativa de romper com os padrões hierárquicos das relações, os pais da contemporaneidade buscam uma educação em que todos os membros da família se percebem como sujeitos, com necessidades próprias e permissão para expressá-las e com respeito às diferenças individuais. Segundo Stengel (2011), nesse modelo igualitário, os pais saem do seu papel tradicional para serem amigos dos filhos, deixando uma lacuna no lugar da figura da autoridade. Há uma clara tentativa de não repetição das práticas educativas das gerações anteriores, sem que, no entanto, tenham novas estratégias e padrões de educação que se mostrem eficazes para essa substituição (Wagner, 2003).

> Na tentativa de educar os filhos de forma moderna, os pais tendem a descartar o antigo, tido como tradicional e hierárquico. Assim, na busca do novo, as experiências do passado, vivenciadas nas famílias de origem deixam de ser possíveis referências educativas para as gerações atuais. Observa-se que há um compromisso de reinventar a forma de educar os filhos, sem que seja permitida a busca de apoio nas experiências anteriores, já que elas são consideradas como algo que deve ser superado (Wagner, 2003, p.29).

A transmissão de questões transgeracionais relativas a valores, crenças e legados familiares faz parte da própria constituição do núcleo familiar e são um ponto de apoio dos progenitores na construção e no exercício dos valores, metas e estratégias educativas. Dessa forma, ao tentar se opor àquilo que vivenciaram em suas famílias de origem, assimilando muitas vezes de forma indiscriminada os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

valores contemporâneos, os pais acabam sem referências claras sobre o modo como devem se posicionar diante das situações educativas do dia-a-dia com os filhos. Encontram dificuldades para julgar deforma criteriosa decisões simples do cotidiano relacionadas, por exemplo, a comportamentos permitidos e proibidos. Ao não possuírem regras claras de educação, os pais tornam-se inconsistentes diante dos filhos (Barbosa e Wagner, 2014; Wagner 2003, 2007).

Observa-se, na contemporaneidade, uma fragilização dos papéis parentais. Segundo Zanetti e Gomes (2011), esse fenômeno relaciona-se a dificuldades que os pais possuem em educar seus filhos, devido à insegurança e às dúvidas no exercício de suas funções por não conseguirem se apropriar das mudanças da sociedade contemporânea de forma equilibrada. Diversos aspectos estão relacionados a essa dificuldade encontrada pelos pais na atualidade. Além da falta de referências educativas das gerações anteriores, destacam-se a maior vulnerabilidade dos pais às ideias difundidas sobre as novas teorias e alternativas de educação e o surgimento de novas demandas sociais.

A importância que a criança e sua educação adquiriram para a família e para a sociedade a partir do século XIX possibilitou o surgimento de diversas especialidades dedicadas a estudar e a divulgar as formas ideais de se relacionar e cuidar de um filho. Com base em pesquisas e estudos científicos, profissionais da saúde e da educação constroem novas teorias sobre desenvolvimento infantil e passam a apontar como os pais devem tratar, alimentar, educar e se relacionar com seus filhos (Zanetti e Gomes, 2011). Esse movimento de normatização do funcionamento familiar por parte do saber especializado não é exclusivo da contemporaneidade. No Brasil, desde o advento da medicina higienista, as famílias recorrem aos técnicos em saúde e educação para responderem aos dilemas da criação e educação dos filhos (Costa, 1979). Porém, as famílias tradicionais também se valiam de valores como hierarquia e autoridade para nortear suas condutas educativas. Na contemporaneidade, a valorização do saber científico, associada à falta de referências próprias de educação e à disseminação do pensamento igualitário e individualista, contribuíram para o enfraquecimento do poder da autoridade parental, tornando a tarefa educativa muito mais complexa.

A interferência dos especialistas, com suas teorias sobre infância e educação, pode favorecer uma desqualificação do saber natural dos pais em relação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

ao saber especializado, ao reforçar a existência de uma parentalidade e um funcionamento familiar idealizados (Lash, 1977; Costa, 1979; Wagner, 2003). Além disso, contribui para um aumento da responsabilização parental por todo o processo educativo dos filhos. Os pais não se sentem no direito de errar com a criança e nesta busca em se adequar ao "certo", acabam perdendo sua autenticidade (Zanetti 2009; Zanetti e Gomes, 2011).

Outro aspecto da contemporaneidade que contribui para o processo de fragilização dos papéis parentais é o surgimento de novas demandas sociais. Com o aumento da necessidade de bens de consumo e de um ensino cada vez mais sofisticados e o aumento da dificuldade na manutenção do status socioeconômico familiar, os chefes de família (homens e mulheres) se viram obrigados a se dedicarem mais ao trabalho. Diante desse aumento da demanda de trabalho, observa-se na sociedade brasileira um movimento de terceirização da missão educativa para escolas e babás, o que pode gerar um sentimento de culpa nos pais por passarem tanto tempo longe dos filhos (Wagner, 2003; Mizrahi, 2004). Essa culpabilização interfere na dinâmica das relações familiares, pois paralisa os pais diante do medo de frustrar os filhos e essa suposta "dívida" não permite que se coloquem como autoridade diante dos mesmos (Zanetti, 2009; Barbosa e Wagner, 2014).

> A culpa deve surgir quando se deparam com o fato de que os filhos passam mais tempo em escolas ou creches, diante da televisão, com suas professoras e babás do que com eles próprios, pois, imersos neste sistema, precisam trabalhar muito. Esse sentimento de culpa acaba, por sua vez, interferindo imensamente na dinâmica das relações paterno-filiais porque funciona como um paralisante, diante do medo de ressentimento dos filhos, ou mesmo dificultando que esses pais se coloquem como autoridade diante dos filhos por se sentirem em dívida com os mesmos (Zanetti e Gomes, 2011, p. 497).

A não hierarquização das relações passa a ser um ideal de relacionamento familiar, levando os pais da contemporaneidade a buscarem estratégias mais democráticas e cooperativas de lidar com filhos em vários âmbitos de sua relação, como por exemplo, na resolução de conflitos familiares (Wagner, 2005). Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano (2013) em estudo sobre o tema também apontam para uma tendência à evitação de conflitos entre os membros da família contemporânea, recorrendo ao diálogo como primeira opção para solucionar os impasses familiares, tendo os castigos e punições físicas apenas como alternativas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

secundárias. Porém, na prática, observa-se que os pais, sem referências, oscilam entre atitudes autoritárias e extremamente permissivas, adotando práticas educativas pouco consistentes (Araújo, 2010).

A tentativa de distanciar-se dos modelos educativos mais coercitivos em prol de estratégias mais democráticas de educação dos filhos gerou, segundo Sarti (2002), uma confusão entre os excessos da autoridade da família hierárquica tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade na família. Para a autora, esse processo culmina em uma maior permissividade que prejudica as crianças, que ficam sem limites estabelecidos. Zanetti e Gomes (2011) confirmam essa relação entre a fragilização dos papéis parentais e falta de limites na educação infantil, apontando a presença crescente de crianças pequenas que desafiam intensamente a autoridade dos pais e professores na contemporaneidade. A diminuição da hierarquia nas relações familiares, segundo as autoras, tem efeitos na formação das crianças e na sua capacidade de enquadrar-se em outras situações de autoridade.

> A dificuldade que a criança possui de se submeter à autoridade da professora na escola expressa a dificuldade dos pais de transmitirem essa forma de relacionamento à criança como um princípio claro, permitindo a esta crescer com uma liberdade maior do que a escola e a professora lhes proporcionam, prejudicando o contato da criança com o ambiente social (Zanetti, 2009, p.66).

Fragilizados em sua autoridade e afligidos pela culpa, os pais assumem posicionamentos ambivalentes e inconsistentes diante dos filhos, adotando esses novos valores e conhecimentos sobre educação da maneira que lhe for mais conveniente, dependendo do momento ou circunstância. Para Wagner (2003), a inconsistência se manifesta principalmente de duas formas: quando o mesmo comportamento é punido em um momento e recompensado em outro, e quando um dos pais pune um comportamento e o mesmo é recompensado pelo cônjuge, dificultando o exercício de uma coparentalidade saudável. A autora ressalta que o apagamento das diferenças hierárquicas e o maior igualitarismo nas relações familiares faz com que apareçam de forma mais explícita aos olhos dos filhos as diferenças de pensamento entre pai e mãe.

As discordâncias na forma de conceber a educação dos filhos entre os parceiros tornam-se ainda mais claras e a dificuldade em articular estas diferenças

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

pode ter consequências na transmissão para os filhos de valores familiares e da noção autoridade (Zanetti, 2009; Zanetti e Gomes, 2009 e 2011). Nesse contexto, emerge a necessidade de uma constante negociação entre pai e mãe a respeito do projeto educacional que desejam construir para seus filhos e da forma como escolhem realizá-lo. Não há mais um padrão preestabelecido que determine como se deve educar uma criança e qual a participação de cada um dos pais nesse trabalho. Ambos podem se sentir autorizados a colocar em prática sua forma particular de entender educação e cuidado e a busca de um projeto educacional em comum exigirá um trabalho de articulação entre o casal parental, tal como descrito no conceito de coparentalidade.

Muitas vezes, confunde-se afetividade e aprovação incondicional e os pais esquecem que ser afetivo e amoroso com os filhos não significa ausência de firmeza nas atitudes educativas. Para Araújo (2010), qualquer responsável pela educação de uma criança tem a obrigação de exercer sua autoridade parental e impor limites, sempre que necessário, com base na posição geracional que ocupa. A autora ressalta que a adoção de práticas educativas democráticas não implica o abandono de autoridade, muito menos ausência de conflitos. Ao contrário, a democracia supõe a existência de um espaço permanente de negociação de conflitos e respeito às diferenças (Araújo, 2008).

> A democracia, como se sabe, é uma forma política não só aberta aos conflitos, mas essencialmente definida pela capacidade de conviver com eles e de acolhê-los. Supõe a convivência com pontos de vista diferentes. O desejo de unidade é o maior engano que nos afasta da democracia (Araújo, 2008, p. 120).

Atualmente vivemos uma etapa de transição, na qual os valores que embasavam as práticas educativas foram questionados e novos modelos ainda não estão estabelecidos, portanto as novas formas de relacionamento entre pais e filhos são difíceis de serem assimiladas. O desafio da parentalidade nos dias de hoje é promover uma educação de forma não rígida e mais participativa, com relações mais compreensivas e próximas das crianças. Ao mesmo tempo, devem ser mantidas as relações hierárquicas no interior da família, respeitando os lugares e funções de cada um no grupo familiar, não confundindo autoridade com autoritarismo (Romanelli, 2002; Zanetti e Gomes, 2011).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

O exercício da coparentalidade encontra-se atravessado por todas essas questões contemporâneas. Aquilo que era definido e inquestionável na família – o papel do pai como provedor, da mãe como cuidadora exclusiva, dos filhos como submissos à autoridade e poder dos adultos – agora não está mais estabelecido como ideal de funcionamento familiar. Torna-se um desafio conciliar os papéis e as tarefas cotidianas nesse contexto onde não há definições prévias de como um casal deve se articular e quais valores deve utilizar para educar os filhos. Segundo Zanetti e Gomes (2011), para se tornarem consistentes e menos ambivalentes, as práticas educativas precisam ser construídas com autenticidade e segurança por ambos os cônjuges, valorizando as qualidades e experiências pessoais de cada um em primeiro lugar, tendo como pano de fundo o saber dos especialistas e as características da sociedade contemporânea.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

3

Entrelaçamento entre conjugalidade, parentalidade e coparentalidade

O conceito de coparentalidade é utilizado para explicar as interligações entre relações conjugais e o exercício dos papéis parentais e por isso encontra-se intimamente ligado aos conceitos de conjugalidade e parentalidade. Para salientar a diferença entre esses três conceitos e, ao mesmo tempo, compreender como eles se relacionam, utilizam-se como base os principais pontos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Salvador Minuchin (1982), pois seus princípios teóricos formam a base do conceito de coparentalidade e até hoje norteiam os principais estudos sobre o tema (Frizzo et. al., 2005, Lamela et. al., 2010, McHale e Lindahl, 2011, McHale e Irace, 2011; Palkovitz et al., 2014). Ainda que o conceito de coparentalidade não seja abordado diretamente nas formulações do autor, é a teoria de Minuchin (1982) que enquadra os atuais modelos desenvolvidos em estudos sobre as relações coparentais.

A teoria estrutural da família, desenvolvida a partir da segunda metade do século XX, traz a ideia de que qualquer sistema é organizado como um todo e os elementos do sistema são inerentemente interdependentes. Para Minuchin (1982), o homem faz parte de vários sistemas e sua experiência depende da interação com o ambiente, atuando ativa e reativamente nos grupos sociais do qual faz parte. O sistema familiar, nesse caso, seria a principal rede relacional dos indivíduos e sua organização e estrutura qualificariam as experiências de seus membros. Dessa forma, o objeto de estudo e observação para a teoria estrutural deixa de ser a pessoa isolada e passa a ser o conjunto das relações nas quais ela está envolvida.

As formulações teóricas das principais teorias sistêmicas foram inicialmente concebidas tomando-se como referência o modelo moderno de família nucelar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Segundo Ponciano (2002), a construção teórica de Minuchin (1982) é realizada em torno de um modelo que privilegia a família fundada no biológico, pela união heterossexual e pela procriação. Pode-se observar na obra do autor uma concepção moderna de família, considerada como a melhor maneira de criar os indivíduos diante de um mundo em constantes transformações. Por outro lado, Minuchin (1982) também concebe a importância da família ampla, ou seja, de uma organização familiar cujas funções são compartilhadas pela família extensa, principalmente em situações de precariedade. Os autores contemporâneos, ao conceituarem a coparentalidade, utilizam-se da teoria estrutural dos sistemas familiares, levando em conta esse olhar ampliado, que inclui outros adultos cumprindo funções parentais, nas mais diversas configurações familiares possíveis. Dessa forma, a coparentalidade passa a ser compreendida como qualquer situação na qual dois ou mais adultos compartilham a parentalidade em relação a uma criança (Margolin, et. al. 2001; Van Egeren e Hawkins 2004; McHale e Lindahl, 2011; Mangelsdorf, Laxman e Jessee, 2011).

A compreensão da criança como parte de um sistema de relações familiares, que é simultaneamente cuidada e socializada por várias figuras parentais, é o cerne da teoria e das pesquisas sobre a coparentalidade. Segundo McHale e Lindahl (2011), os estudos sobre coparentalidade não visam substituir ou reduzir a importância da influência individual da mãe ou do pai no desenvolvimento infantil, mas sim chamar atenção para a existência desse sistema relacional triangular que tem regras próprias de funcionamento. Nesse contexto, surgem os estudos sobre coparentalidade, buscando delimitar a área de atuação conjunta dos pais em relação a seus filhos (Frizzo, et. al. 2005).

No início do presente capítulo, são destacados os principais pressupostos da teoria estrutural da família presentes na conceituação da coparentalidade e são discutidas as articulações e diferenças fundamentais entre as dimensões conjugal, parental e coparental. Em seguida, são revisados os estudos mais recentes sobre o tema e os principais modelos teóricos de compreensão da coparentalidade são apresentados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

3.1

Sistema familiar, seus subsistemas e a coparentalidade

A família, segundo a teoria estrutural de Minuchin (1982), organiza-se em torno do apoio, de regulamentação, de proteção e de socialização de seus membros. Ao mesmo tempo, relaciona-se diretamente com o contexto social do qual faz parte, adaptando-se a transformações e transmitindo a cultura para seus integrantes. Trata-se de um sistema em constante movimento, pois ao mesmo tempo em que muda e se adapta às circunstâncias externas, também necessita acomodar-se frente às diferentes exigências de seus próprios estágios de desenvolvimento. As mudanças na família requerem acomodação contínua e devem apoiar e encorajar o crescimento de todos os seus membros.

O conjunto de elementos que compõem o núcleo familiar forma a configuração de uma determinada família. Na atualidade, observa-se um número cada vez maior de arranjos familiares diferentes daquele que predominava na modernidade, formado por um casal e seus filhos, tornando cada vez mais complexa a tarefa de delimitar a configuração de cada família (Wagner e Levandowski, 2008; Wagner, et al., 2011; Jablonski, 2010). Porém, todas as famílias, mesmo aquelas que se configuram de uma forma muito distinta da tradicional, funcionam a partir de uma estrutura própria. Estrutura familiar, segundo Minuchin (1982) é o conjunto de exigências e regras que governam as transações da família, formando os padrões de interação de seus membros.

Diversos subsistemas formam o sistema familiar e é através destes que a família se diferencia e realiza suas funções. Os subsistemas consistem em reagrupamentos de membros do sistema geral no qual é estabelecida uma intercomunicação diferente daquela utilizada no sistema principal. Cada membro da família participa de vários subsistemas – como conjugal, parental, fraterno-filial – onde experimenta níveis de poder e habilidades diferentes. Um subsistema é delimitado pela existência de fronteiras e regras próprias que definem quem participa dele e como o faz, com funções próprias e exigências específicas a seus integrantes. Essas fronteiras devem ser nítidas e definidas suficientemente bem para permitir que os membros do subsistema levem a cabo suas funções sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros do subsistema

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

e outros (Minuchin, 1982; Wagner, et. al., 2011; Palkovitz et al., 2014). Lamela et. al. (2010) apontam que a coparentalidade também pode ser considerada como um subsistema autônomo, com mecanismos e características próprias e diferentes dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental.

A existência de limites apropriados entre os subsistemas influencia diretamente o desenvolvimento emocional de seus membros (Minuchin, 1892). Os sistemas familiares funcionais devem ser organizados hierarquicamente, com fronteiras claras entre os subsistemas e com os adultos parentais assumindo uma liderança definida através de papéis compartilhados. Para Wagner e Levandowsky (2008) a capacidade de preservar as fronteiras entre os membros e a hierarquia familiar são fundamentais para que a família atravesse situações de crise ou até mesmo de divórcio.

> Observa-se que, mesmo frente à ruptura do laço conjugal, as crises e dificuldades que possam haver em família, ainda assim aqueles núcleos que conseguem construir fronteiras nítidas entre os seus membros e manter uma hierarquia capaz de preservar a relação de cuidado, proteção e amor para com seus filhos, têm grande potencial para reorganizar-se de forma mais exitosa (Wagner e Levandowski, 2008, p.94).

Cabe aos pais a autoridade de tomar decisões em momentos importantes e fornecer uma estrutura de proteção que garanta a continuidade dos cuidados para as crianças ao longo do tempo e através de todas as mudanças pelas quais passa a família (Minuchin 1982). Essa concepção é a chave para a compreensão do conceito de coparentalidade, pois ressalta a importância da definição e de organização das funções de cada membro e do papel da cooperação entre os adultos parentais para o bom funcionamento familiar (Lamela, et. al. 2010; McHale e Lindahl, 2011).

O subsistema conjugal, segundo a teoria estrutural dos sistemas, é formado quando dois adultos se unem através de laços afetivos, com a finalidade de constituir seu próprio sistema familiar (Minuchin, 1982). Wagner, et. al. (2011) ressaltam que essa definição deve ser relativizada na atualidade, pois a constituição de um novo sistema familiar é apenas um motivo dentre outros que justificam uma união amorosa nos dias de hoje. Em famílias casadas, divorciadas ou recasadas com filhos, o estudo da conjugalidade e das questões envolvidas no processo de tornar-se casal é de grande importância para a compreensão da coparentalidade. Feinberg (2003) aponta que os padrões relacionais que o casal estabelece antes de ter filhos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

podem ter um papel preponderante na constituição do relacionamento coparental, embora a coparentalidade forme uma esfera diferenciada do relacionamento conjugal, pois se relaciona à preocupação e bem-estar da criança, enquanto a dinâmica conjugal envolve todas as questões relacionadas ao parceiro e à relação do casal em si (Frizzo, et. al., 2005).

As habilidades principais do subsistema conjugal são a complementariedade e a acomodação mútua, em que cada cônjuge apoia o outro e ambos aprendem a lidar com situações de conflito, desenvolvendo formas satisfatórias de expressá-lo. Uma das funções do subsistema conjugal é construir uma fronteira que permita o acesso aos outros subsistemas ao mesmo tempo em que o protege da interferência das exigências e necessidades de outros sistemas e exclui os demais membros da família das questões conjugais. Principalmente quando há crianças, torna-se fundamental a existência de um território próprio aos adultos, onde possam dar apoio emocional um ao outro (Minuchin, 1982; Frizzo, et. al., 2005).

A forma particular como cada casal define sua existência e determina seus limites vai constituir sua identidade própria. Segundo Féres-Carneiro (1998), conjugalidade é o termo que denomina essa identidade conjugal na literatura sobre casamento e terapia de casal. O conceito de conjugalidade descreve como duas pessoas de origens distintas se unem para formar uma nova identidade. Os modelos parentais das famílias de procedência de cada um formam a base da constituição desta identidade compartilhada, que se desenvolve no sentido de um projeto comum de tornar-se casal e, em muitos casos, uma família parental.

> A conjugalidade implica o entrelaçamento de dois "eus", duas subjetividades, na direção da constituição de um terceiro eu, uma identidade compartilhada. Na base desse entrelaçamento encontram-se os modelos parentais das famílias de origem dos parceiros, ou seja, o passado geracional da conjugalidade. Na direção da constituição da identidade compartilhada acena o ideal de um projeto conjugal, projeção do futuro familiar, marcado pelo mito de continuidade geracional (Magalhães, 2009).

Separar-se da família de origem constitui um desafio na constituição de um novo sistema familiar, pois muitas vezes cada membro do casal ainda espera que as novas relações estabelecidas assumam formas com as quais está familiarizado e busca moldar o cônjuge de acordo com suas expectativas. Para Minuchin (1982), cada membro do casal confirmará o parceiro em algumas situações e o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

desqualificará em outras, enquanto se acomodam e assimilam as preferências um do outro, para formar assim um novo sistema familiar.

A complexidade da dinâmica do casal vem do fato deste conter ao mesmo tempo duas individualidades e uma conjugalidade (Féres-Carneiro, 1998). Cada casal contém dois sujeitos, com desejos, histórias de vida, percepções de mundo e identidades próprias, convivendo em uma conjugalidade que implica na construção de um desejo comum, de uma história de vida conjugal, de um projeto de vida de casal e de uma identidade conjugal. Deve haver no casal uma complementariedade que permite a entrega de cada um em prol do pertencimento a uma identidade comum sem que, com isso, tenha-se a sensação de renúncia de si mesmo.

A aceitação da interdependência mútua pode ser prejudicada pela dificuldade dos cônjuges em abrir mão de seus direitos independentes. Na contemporaneidade, esse trabalho torna-se ainda mais complexo, pois os membros do casal são influenciados pelos valores do individualismo, que dão mais importância à autonomia e à satisfação pessoal de cada um do que aos laços de dependência entre os cônjuges (Singly, 2007). Porém, ao mesmo tempo, para constituir-se como casal há a necessidade de vivenciar a realidade compartilhada e a criação de uma zona comum de interação. Como afirma Féres-Carneiro (1998):

> O casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais (...). Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998, p.387)

Nesse contexto, caracterizado pelo confronto entre a conjugalidade e a individualidade dos membros do casal, as situações de conflito tonam-se comuns. Os conflitos ocorrem quando casal se encontra diante de situações de disputa ou discordância sobre as questões cotidianas da vida conjugal e se tornam particularmente frequentes após o casamento. Porém a discussão sobre essas questões do dia adia não possui necessariamente um aspecto negativo, o que determina se as situações de conflito conjugal são boas ou ruins é a maneira como são resolvidas (Mosmann, Zordan e Wagner, 2001; Mosmann e Falcke, 2011). Segundo Villas-Boas, Dessen e Melchiori (2010), o uso de estratégias adequadas na resolução de conflitos conjugais constitui um fator preponderante de satisfação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

entre os cônjuges, para a manutenção de situações duradouras e de relações familiares estáveis.

Estratégias construtivas de resolução de conflitos implicam na priorização do relacionamento em si, e não dos aspectos individuais de cônjuge, incluem atitudes de cooperação, intenção de resolver o problema, aceitar o ponto de vista do outro e estar aberto a conversar sobre o conflito. Por outro lado, estratégias destrutivas dizem respeito a comportamentos coercitivos por parte dos cônjuges, evitação e a tentativa de um sobrepor seu ponto de vista ao outro (Falcke, Wagner e Mosmann, 2013).

Os conflitos vividos pelo casal mudam ao longo do tempo, na medida em que este passa por diferentes fases no relacionamento. A todo momento surgem novas situações que requerem uma readaptação das regras anteriormente estabelecidas, tornando presente a necessidade de negociação das estruturas que formam o sistema conjugal. Nas diversas fases da evolução da família, novos subsistemas podem aparecer e novas linhas de diferenciação devem ser delineadas. Um dos momentos em que estes ajustes relativos à distribuição de tarefas, funções e poder requerem maior tempo e energia é quando o casal decide ter filhos (Willi, 1995).

O nascimento de um filho caracteriza uma transformação radical na organização familiar, com a mudança do funcionamento do sistema conjugal para satisfazer os requisitos da parentalidade. Com o surgimento do subsistema parental, as funções dos cônjuges devem se diferenciar para atender as necessidades da criança, inicialmente restritas ao cuidado e à alimentação e posteriormente relacionadas também à orientação e à socialização. Além disso, uma renegociação de limites deve ser realizada também com a família mais ampla e com o extrafamiliar (Minuchin, 1982; Lamela et. al., 2010).

> O nascimento do primeiro filho inicia uma nova etapa no ciclo de vida familiar, quando surge o subsistema parental. Assim, nesse momento, o subsistema parental deve se diferenciar para desempenhar a tarefa de socialização da criança, sem perder o apoio mútuo que deveria caracterizar o sistema conjugal. As principais funções do subsistema parental são a educação e socialização dos filhos. À medida que a criança cresce, suas exigências de desenvolvimento, de autonomia e de orientação, impõem demandas ao subsistema parental, que deve ser modificado para atendê-las (Frizzo et al., 2005, p.86)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

A parentalidade é uma dimensão central do projeto conjugal que mobiliza o reposicionamento do casal. Tornar-se pai/mãe não é apenas ser genitor de uma criança ou ser designado seu pai/mãe, mas é necessário um complexo processo mental denominado por Houzel (2004) de parentificação ou "processo de transição para a parentalidade". A parentificação, juntamente com o desejo pela criança, são aspectos da experiência subjetiva consciente e inconsciente de vir a ser pai/mãe e preencher papéis parentais. A parentalidade traz mudanças psíquicas complexas nos níveis consciente e inconsciente, e nesse processo o sujeito é confrontado com transformações profundas de sua identidade, com a revivência de conflitos antigos, por ocasião de uma nova fase evolutiva da personalidade.

Segundo Minuchin (1982), a criação de um filho oferece muitas oportunidades para o crescimento individual e para o fortalecimento do sistema familiar, mas, ao mesmo tempo, é um campo em que são travadas muitas batalhas. Para o autor, conflitos não resolvidos dos cônjuges podem ser carregados para dentro da área da educação dos filhos, apontando para uma dificuldade do casal em separar as funções parentais das funções conjugais. Da mesma maneira, Magalhães (2009) aponta que a forma como os pais lidam com as questões educacionais de seus filhos está intimamente ligada ao modo como estes se constituem enquanto casal, e que as dificuldades no exercício da parentalidade relacionam-se diretamente com a dimensão da conjugalidade. Conjugalidade e parentalidade são, dessa forma, aspectos da dinâmica familiar intrinsecamente articulados, ambos possuem um papel central nos processos de subjetivação e são dimensões interdependentes na configuração familiar.

A constituição de uma família é, portanto, um processo complexo que envolve modificações de ordem intrapsíquica e intersubjetiva. Ao mesmo tempo em que necessitam elaborar psiquicamente esta nova identidade de pai/mãe, os parceiros veem-se diante da tarefa de articular as concepções e valores de cada um na construção de um plano educacional familiar. Não se trata da extinção das divergências, ou da prevalência de uma única forma de criar os filhos, mas da aproximação destes pontos de vista e da convivência com as diferenças dentro de um projeto em comum.

No passado, estas diferenças não se tornavam tão aparentes, pois havia um modelo educacional tradicional e papéis delimitados para cada um na família. As

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

relações de autoridade definiam as posições hierárquicas e os direitos e deveres específicos de cada um. Atualmente, os papéis parentais estão pouco definidos e não há novos modos educacionais bem estabelecidos, trazendo à tona a necessidade de os pais construírem suas práticas de modo particular, já que a cultura não lhes oferece um modelo (Zanetti e Gomes, 2009). Nesse contexto, torna-se ainda mais evidente a necessidade de o casal articular suas diferentes formas de compreender o filho, suas expectativas parentais, assim como as regras educacionais e os valores que serão transmitidos na família em formação. Ainda que não pensem da mesma forma, os pais devem trabalhar juntos, dividindo tarefas e negociando papéis.

O exercício da parentalidade requer sempre o uso da autoridade, pois os pais não podem desempenhar suas funções executivas a menos que tenham o poder para fazê-lo. Minuchin (1982) reconhece, porém, que a autoridade indiscutível que caracterizava o modelo patriarcal do subsistema parental foi substituída na contemporaneidade por um conceito de autoridade flexível, racional.

As transformações sociais e econômicas vivenciadas pelas famílias no último século influenciaram mudanças nos papéis de gênero e, consequentemente, nos papéis parentais, contribuindo para o enfraquecimento da hegemonia do modelo tradicional da família nuclear patriarcal e tornando-o mais próximo de um modelo cada vez mais igualitário. Essas transformações contribuíram para que o sistema familiar se tornasse um terreno fluido no que tange à autoridade, à determinação e ao cumprimento e manutenção das regras (Romanelli, 2002; Stengel 2011; Barbosa e Wagner, 2014).

Nas famílias contemporâneas, a autoridade parental é contestada e os filhos são alçados a um novo lugar nessa dinâmica, ganhando espaço para colocar sua opinião, suas necessidades e desejos diante das regras parentais. Neste novo modelo de autoridade, espera-se que os pais compreendam as necessidades de desenvolvimento dos filhos e que expliquem as regras que impõem. Esses aspectos aumentam as dificuldades parentais e tornam a educação infantil uma tarefa ainda mais complexa. Na atualidade observam-se pais cada vez mais confusos e ambivalentes quanto a suas questões parentais (Zanetti e Gomes, 2011; Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano, 2013).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Outro aspecto importante do bom funcionamento do sistema familiar é a existência de uma complementariedade de funções, com os adultos parentais aceitando a interdependência e operando como uma equipe. Minuchin (1982) define o subsistema executivo como uma dimensão formada por esses adultos parentais e que tem como função tomar decisões, particularmente no que concerne à educação das crianças, garantindo assim que os filhos tenham experiências de crescimento dentro dos limites do permissível. Um sistema familiar saudável é hierarquicamente organizado com os adultos parentais claramente no comando desse sistema executivo (McHale e Irace, 2011). Para Schoppe-Sullivan, Mangelsdorf, Frosch e McHale (2004) e Lamela et. al. (2010), a definição de Minuchin (1982) de subsistema executivo é a que mais se aproxima da definição contemporânea da coparentalidade, compreendida como o relacionamento dos adultos parentais na tomada de decisões, divisão de responsabilidades e apoio mútuo nas tarefas de cuidado com a criança.

Ainda que separados para melhor compreensão, os subsistemas conjugal, parental, filial e coparental encontram-se intimamente ligados, em uma relação de interdependência constante. A relação entre essas dimensões e o desenvolvimento saudável das crianças não pode ser compreendida a partir de uma lógica causal e linear, mas sim sob a ótica do caráter dinâmico do desenvolvimento das relações familiares, que se apresentam constantemente em transformação (Lamela et. al., 2010, Palkovitz et al. 2014).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

3.2

Coparentalidade: como, quando e onde ela acontece

A coparentalidade é um conceito relativamente recente na literatura sobre família. Desde o início dos anos 50, nos primórdios do movimento da terapia de família, já havia descrições sobre problemas ocorridos quando os pais não conseguiam desenvolver papéis cooperativos na educação dos filhos, porém o termo coparentalidade começou a ser utilizado apenas no fim da década de 70. Nesse período, tornava-se cada vez mais comum nos Estados Unidos a existência de famílias divorciadas e crescia a preocupação sobre as consequências da

separação no desenvolvimento saudável das crianças. McHale e Lindahl (2011) apontam que estudos e pesquisas desenvolvidas na época tornavam clara a importância de um bom relacionamento coparental após a separação do casal, pois apontavam consequências negativas no comportamento das crianças da existência de objetivos opostos relacionados à criação dos filhos e de regras e expectativas inconsistentes entre os pais após o divórcio. Para os autores, essas evidências, combinadas com os conceitos desenvolvidos pelas teorias sistêmicas, forneceram a base empírica para a conceituação da coparentalidade. Frizzo et. al. (2005) destacam que a prevalência inicial de estudos sobre a coparentalidade em situações de divórcio ocorreu porque, nesse contexto, a relação coparental tornava-se evidente, muitas vezes como o único campo em que os pais continuam a se relacionar após a separação.

Somente mais tarde, a coparentalidade passou a ser estudada também em outros contextos além daqueles das famílias divorciadas. Em meados dos anos 90, o foco principal das pesquisas sobre coparentalidade eram os sistemas familiares nucleares com uma divisão de papeis tradicional, formados por casais heterossexuais, buscando compreender o funcionamento desse sistema triangular que unia a mãe, o pai e a criança. Segundo Lamela et al. (2010), apenas a partir dos anos 2000 o conceito de coparentalidade assume um estatuto universal e independente da configuração estrutural da família. Na atualidade, diversos autores reconhecem que a dinâmica coparental está presente em todos os sistemas familiares e que não existe uma configuração ou um número ideal de adultos para exercê-la de forma satisfatória. As estruturas coparentais podem ser saudáveis e funcionais em qualquer configuração, desde que os adultos que têm a responsabilidade sobre os cuidados com a criança estabeleçam fronteiras coparentais claras, em uma relação de apoio e cooperação (Van Egeren e Hawkins, 2004, McHale e Irace, 2011; McHale e Lindahl, 2011).

A demora no desenvolvimento de pesquisas sobre a coparentalidade no campo da saúde mental infantil pode estar relacionada à prevalência de um modelo diádico de análise das relações familiares neste campo, ao longo da história. Por muito tempo predominou um foco de estudo e intervenção no laço primário que a criança desenvolve com sua mãe. Posteriormente, a relação entre pai e filho também se tornou fonte de interesse nos estudos sobre família. Porém, em ambos os casos,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tratam-se de análises das relações familiares que se ocupam principalmente das interações entre um responsável e a criança. Diferentemente dessa análise diádica, as investigações sobre as relações coparentais necessitam de uma dimensão triádica ou mesmo poliádica de análise (McHale e Irace 2011).

Essa forma de compreender a família e suas interações vai ao encontro da visão da terapia sistêmica de Minuchin (1982), segundo a qual qualquer sistema é organizado como um todo e os elementos dentro do sistema são inerentemente interdependentes. Segundo esse ponto de vista, o indivíduo enquanto parte de um sistema familiar não pode ser compreendido isoladamente ou analisado a partir de relação com apenas um membro da família. Para Frizzo et. al. (2005), o estudo da coparentalidade oferece uma importante contribuição à pesquisa e à clínica na área de família, pois ao deslocar o foco das interações diádicas para relações triádicas ou poliádicas, amplia-se a compreensão a respeito das interações familiares.

> O modelo diádico separa em pequenas partes todo o sistema, perdendo o sentido total da relação, a complexidade interacional do sistema e entendendo-o como mera soma das partes que compõem as díades. Esta soma não explica a estrutura da relação existente no sistema, dos significados compartilhados que regulam as relações e de como esses significados se influenciam mutuamente. Com os estudos das famílias, a unidade de observação deixa de ser somente a pessoa e passa a ser o conjunto de relações no qual a pessoa está envolvida. Dessa forma, é dentro desse contexto que surgem os estudos sobre coparentalidade (Frizzo, et. al., 2005, p.89).

Os principais autores sobre o tema definem coparentalidade como a articulação dos papéis parentais, com a partilha de responsabilidades relacionadas aos cuidados, educação e bem-estar de uma criança (Belsky, Crnic e Gable, 1995; Margolin, et. al., 2001; Van Egeren e Hawkins, 2004; Frizzo, et al., 2005; Grzybowsky e Wagner, 2010; Lamela, et al., 2010; McHale e Lindahl, 2011; Palkovitz et al. 2014). Definir e delimitar a coparentalidade constitui uma tarefa complexa. Ao mesmo tempo que as novas configurações familiares tornam necessária a ampliação do conceito para além do modelo tradicional de família – incluindo outros adultos que podem exercer a função parental – faz-se necessário uma diferenciação entre os aspectos da relação coparental e o restante da dinâmica do sistema familiar. O subsistema coparental encontra-se interligado e interdependente em relação a outros sistemas familiares e seus aspectos podem ser confundidos com aqueles referentes à relação conjugal, ao relacionamento parental ou mesmo a todo o sistema familiar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Com o objetivo de contribuir para essa conceituação, Van Egeren e Hawkins (2004) propõem uma compreensão da dimensão coparental baseada nas estruturas externa e interna da mesma. Segundo os autores, a estrutura externa da coparentalidade refere-se a quem pode ser considerado como parte da relação coparental, quando e onde ocorrem essas interações. As pessoas que podem ser consideradas como parte da dinâmica coparental são aquelas que assumem a responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança, não necessariamente membros de um casal ou seus pais biológicos. A coparentalidade, portanto, é um subsistema presente em todas as famílias onde existam crianças, sempre que existam adultos que dividam as tarefas de criá-las e de educá-las. Porém nem todos os adultos que possuem uma ligação afetiva com a criança fazem parte do subsistema coparental. Muitas vezes, apesar de participar de algum aspecto importante da sua vida, não fazem parte do sistema familiar que providencia permanentemente seus cuidados e educação.

Segundo McHale e Irace (2011), para definir quem são os adultos coparentais de cada família deve-se levar em consideração duas dimensões igualmente importantes. A primeira diz respeito a quem tem o poder de decisão sobre os principais aspectos da vida da criança, como moradia, saúde e escolaridade. Outra consideração importante é perceber quem está realmente envolvido como cuidador e figura central de socialização e educação da criança. O que estabelece a coparentalidade em um sistema familiar é a conexão da criança com a pessoa, o compromisso permanente em ajudar a cuidar e protegê-la, o reconhecimento e o endosso da família à pessoa nesse papel. A forma e o grau de contribuição de cada pessoa são determinados pela família e o sucesso do sistema coparental em apoiar o desenvolvimento da criança baseia-se na qualidade da coordenação e da cooperação entre os adultos coparentais.

Os determinantes da aliança que caracteriza a relação coparental iniciam-se mesmo antes do nascimento da criança. Durante a gravidez, os membros do casal desenvolvem representações mentais de como irão exercer a parentalidade e, consequentemente, a coparentalidade também. Mesmo antes da concepção do bebê, quando um casal discute assuntos como a divisão das tarefas de cuidado infantil, a educação religiosa dos filhos, filosofias de educação infantil e as aspirações futuras para seus filhos, já começa o processo de coparentalidade (Feinberg, 2002,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Palkovitz et al. 2014). Segundo Van Egeren e Hawkins (2004), as discussões do casal e representações mentais que acontecem antes do nascimento do bebê são bons preditores de alguns aspectos da relação coparental. Porém, a coparentalidade enquanto dimensão explícita, só ocorre após o nascimento da criança, uma vez que decisões tomadas durante as discussões pré-natais podem ser mudadas após o nascimento do bebê.

Buscando determinar onde a relação coparental acontece, Van Egeren e Hawkins (2004) destacam que essa não se resume a situações de interação física entre os pais, mas inclui também atitudes e percepções a respeito da relação do casal coparental, que se formam independentemente da presença do parceiro. A coparentalidade não se esgota na partilha da responsabilidade da educação dos filhos, mas inclui uma cooperação e suporte às decisões do parceiro, com a absorção destas na sua própria relação individual com os filhos (Maccoby, Depner e Mnookin, 1990). Margolin et al. (2001) também aponta que a coparentalidade pode ocorrer quando ambos os pais estão com as crianças – denominada de coparentalidade explícita – ou quando um responsável está sozinho com a criança, mas se referindo ao outro componente do sistema coparental – em uma coparentalidade velada.

> Estas percepções e sentimentos, influenciadoras do comportamento coparental, formam-se e perduram independentemente da presença/ausência do outro. Por consequência, a coparentalidade não está limitada a um componente instrumental, não contém apenas as interações que requeiram a presença dos elementos da família, mas é constituída também por todas as ações, cognições e representações que possam promover ou minar a eficácia do outro adulto enquanto pai e membro da equipe coparental (Lamela et al., 2010, p.210)

A estrutura interna da coparentalidade é ainda mais complexa de ser definida, segundo Van Egeren e Hawkins (2004). Ela diz respeito aos sentimentos, atitudes, percepções, valores e comportamentos presentes na interação familiar relativos à dinâmica coparental. Buscando delimitar de forma teórica os aspectos do cotidiano que envolvem a estrutura interna da coparentalidade, os autores apontam que esses devem conter exclusivamente assuntos relacionados aos filhos e sempre ter como referência a existência e participação do parceiro. O que define a dimensão coparental de uma relação é a presença de responsabilidades socioeducativas, como a divisão dos cuidados, a transmissão de normas educativas e as expectativas em relação à criança.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

A coparentalidade abrange o envolvimento conjunto e recíproco nos cuidados, na educação, na formação e na tomada de decisões sobre a vida dos filhos, mas também inclui os valores, os ideais e as expectativas que estes adultos dirigem às crianças. Ela envolve tanto dimensões de cooperação quanto de antagonismo e possibilita compreender quanto os adultos coparentais se apoiam ou se opõem à intervenção do outro em relação à criança (Feinberg,2003; Lamela et al, 2010; Grzybowsky e Wagner, 2010). Na relação coparental há uma divisão da liderança e um compartilhamento das responsabilidades em torno da promoção do bem-estar dos filhos, incluindo o estabelecimento das funções parentais e as expectativas dos adultos no desempenho de seu papel parental.

Apesar de estar localizada entre a conjugalidade e a parentalidade, a relação coparental constitui um subsistema autônomo, com mecanismos próprios, distintos dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental. Coparentalidade e a conjugalidade são dimensões intimamente ligadas, porém distintas em suas características principais. O que distingue a conjugalidade da coparentalidade é que nesta última, cada troca ou ação envolve os filhos, implícita ou explicitamente e, portanto, os sistemas coparentais são sempre, no mínimo, triangulares.

A relação coparental não inclui os aspectos legais, românticos, sexuais, emocionais ou financeiros dos relacionamentos adultos que não estão relacionados aos cuidados sobre a criança (Feinberg, 2003). Os conflitos na dimensão coparental relacionam-se a divergências do casal sobre os filhos, principalmente em questões sobre a educação destes, e inclui a falta de suporte e reconhecimento dos esforços do parceiro na prática parental. Já os conflitos conjugais têm como conteúdo principal o relacionamento do casal e não as questões parentais (Margolin, et al. 2001; McHale e Irace, 2011).

> A maior diferença entre o conceito de coparentalidade e o de relacionamento conjugal é que o primeiro está associado e é motivado pela preocupação com o bem-estar da criança, enquanto que o relacionamento conjugal refere-se à intensa preocupação com o parceiro, por si e pela relação conjugal. Essencialmente, a coparentalidade envolve apoio e comprometimento mútuo no exercício da parentalidade. É através desta relação que os pais podem negociar seus papéis, responsabilidades e contribuições para a criança. A dinâmica conjugal, ainda que certamente influenciada por aspectos da parentalidade, normalmente tem sua origem anterior ao nascimento da criança e forma uma esfera separada de interação (Frizzo, et. al., 2005, p. 86).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Ainda que, para fins de estudo, possam ser definidos como subsistemas distintos, a conjugalidade, a parentalidade e a coparentalidade estão em constante articulação no funcionamento da dinâmica familiar. Schoppe-Sullivan, et. al. (2004) apontam que a coparentalidade e o relacionamento conjugal se tornam cada vez mais próximos e articulados ao longo dos anos de crescimento dos filhos. O conceito de *spillover*, introduzido por Erel e Burman (1995), aponta para a existência de uma relação de influência entre a qualidade da relação conjugal e o relacionamento entre pais e filhos. Segundo esse conceito, se as relações conjugais apresentam características negativas, seus efeitos transbordam para o sistema familiar e influenciando negativamente os filhos.

Estudos na área apontam que quando há conflitos conjugais, as relações parentais satisfatórias são menos prováveis (Erel e Burman, 1995; Villas-Boas et al. 2010; Mosmann et al., 2011). Isto significa que os desentendimentos entre os membros do casal ocasionam prejuízos para os filhos na medida em que provocam mudanças nas práticas parentais, pois um relacionamento conjugal com altos níveis de conflito levaria os pais a assumirem uma postura mais agressiva com os filhos. Margolin et al. (2001) também considera a influência da relação coparental nesse processo, uma vez que a maneira como os cônjuges se articulam em torno dos assuntos e das funções da parentalidade pode mediar a associação entre os relacionamentos conjugal e parental. Segundo o autor, conflitos no casamento podem transbordar e se refletirem na relação coparental que, por sua vez, afeta o nível de eficácia e a quantidade de estresse experienciado no relacionamento parental.

A coparentalidade está intimamente articulada com a relação conjugal e com o exercício da parentalidade. Segundo Belsky, et al (1995), é a coparentalidade que enreda as interligações causais entre as relações conjugais, as práticas e estilos parentais e o desenvolvimento saudável dos filhos. Da mesma maneira, Lamela et. al. (2010) considera a coparentalidade como a ponte conceitual entre a qualidade das interações do casal e o desenvolvimento dos filhos, pois ela especifica como e porque o funcionamento conjugal tem, em linha direta, impacto na parentalidade e, indiretamente, no ajustamento dos filhos.

Diversos estudos apontam que a forma como a coparentalidade vai se constituir em uma família está relacionada, dentre outros fatores, à qualidade da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

relação conjugal antes da gravidez. Um bom relacionamento coparental é diretamente afetado por boas relações conjugais, pois as decisões que dizem respeito aos filhos são tomadas a partir da díade conjugal (Van Egeren e Hawkins, 2004; Mangelsdorf et al., 2011; McHale e Irace, 2011). Por outro lado, a qualidade da relação coparental também tem efeitos importantes no desenvolvimento saudável dos filhos, pois a relação cooperativa entre os pais é compreendida um dos elementos essenciais para a um funcionamento familiar saudável. (Margolin, et. al., 2001; Frizzo, et. al., 2005; Lamela, et. al. 2010; Palkovitz et al. 2014) Mangelsdorf, et al., (2011) ressaltam que tanto a qualidade da relação conjugal quanto a qualidade da relação coparental são preditores distintos do desenvolvimento saudável dos filhos.

Vários fatores exercem influência na forma como a relação coparental se desenvolve em cada família. A qualidade conjugal é a variável mais relacionada à dinâmica coparental nos estudos sobre o tema (Mangelsdorf, et. al., 2011; StrighteBales, 2003; Margolin et al., 2001; Belsky et al., 1995). O nível de envolvimento paterno e a relação coparental exercem entre si uma influência recíproca. Por um lado, a maior participação masculina nos cuidados e responsabilidades com os filhos contribui para o aumento da qualidade da relação coparental. Por outro lado, a percepção mais satisfatória do relacionamento coparental possibilita que os homens se interessem e se envolvam mais com o cotidiano das crianças (Palkovitz et al., 2014).

As experiências vividas na família de origem também são apontadas como fatores de influência para a construção do relacionamento coparental. Segundo Mangelsdorf, et al. (2011), os adultos exercem a coparentalidade de uma maneira similar ao modo como viveram a coparentalidade com seus próprios pais. Essa afirmação é confirmada por Van Egeren e Hawkins (2004), ao relatarem em suas pesquisas que adultos que possuem a vivência de uma coparentalidade positiva em suas famílias de origem também experienciam uma coparentalidade satisfatória com seus próprios filhos.

A forma como cada um dos pais compreende a parentalidade também influencia a configuração da coparentalidade, assim como os valores e crenças relacionados à criação e à educação dos filhos e à divisão de tarefas de acordo com os gêneros. Schoppe-Sullivan e Mangelsdorf (2013) destacam que, quanto mais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

modernas e não tradicionais são as crenças sobre o envolvimento parental, maiores são as chances de o casal desenvolver uma coparentalidade satisfatória. Porém, quando existem crenças parentais contraditórias, os autores relatam que, muitas vezes, pode ocorrer um ajuste coparental menos satisfatório. Van Egeren e Hawkins (2004) apontam que, quando há grandes discrepâncias entre as crenças da mãe e do pai sobre questões educacionais – como o nível de permissividade e proteção, por exemplo – podem existir dificuldades na construção das práticas coparentais satisfatórias. Por outro lado, quando as crenças maternas e paternas são mais congruentes, a coparentalidade é mais satisfatória. Características individuais dos pais, como a autoestima e os níveis de ajustamento emocional, também são associadas ao desenvolvimento de uma relação coparental funcional (Stright e Bales, 2003; Mangelsdorf et al., 2011; Palkovitz et al. 2014)

Uma boa relação coparental não implica em uma igualdade nos papéis de autoridade e responsabilidade. Essa equivalência é determinada em cada caso, pelos próprios parceiros, influenciados pelo contexto social e cultural do qual fazem parte. Trata-se de uma interação de caráter bidirecional, pois segundo Van Egeren e Hawkins, (2004), quando um dos parceiros é respeitoso e solidário com o outro, há grande probabilidade do mesmo comportamento ser concedido a ele/ela. Da mesma forma, para os autores, quando há desrespeito a um parceiro, sentimentos e comportamentos negativos tendem a aumentar.

Para uma coparentalidade satisfatória, ou funcional, é necessário que os adultos sejam capazes de enxergar a criança como um indivíduo, com necessidades e sentimentos próprios, e encontrem maneiras de trabalhar juntos para criar uma estrutura para protegê-la e educá-la. Um relacionamento coparental satisfatório, ou funcional, não exclui a existência de conflitos, mas envolve outros importantes aspectos como uma boa comunicação entre os adultos, tentativa de coordenação dos esforços em prol da criança, sensibilidade à perspectiva do outro, compartilhamento na tomada das decisões e a capacidade de resolver as discordâncias que surgem inevitavelmente quando é necessário tomar decisões (McHale e Irace, 2011; Dush et. al., 2011). Uma coparentalidade funcional vai além do exercício satisfatório da parentalidade por cada parceiro, pois implica na formação de um subsistema unificado e deve prover à criança um sentimento de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

solidariedade e objetivos comuns. (Margolin, et. al., 2001; Mangelsdorf et al., 2011).

> A coparentalidade também se diferenciaria do conceito de boa parentalidade. O bom funcionamento da relação coparental engloba as tarefas da parentalidade, mas também provê à criança sentimentos de solidariedade e de objetivos comuns. Além disso, o pai/mãe pode ser excelente no manejo com a criança e ser muito responsivo, mas ainda assim pode denegrir o parceiro perante a criança, nesses processos de coparentalidade velada, possivelmente indicando conflito na relação coparental (Frizzo et al., 2005, p.87).

A coparentalidade é unicamente caracterizada pela conexão dos pais enquanto pais, uma conexão que pode permanecer mesmo quando o casamento termina (McHale e Irace, 2011). Em situações de divórcio, porém, a existência de um relacionamento coparental coloca-se em questão. Na definição do termo coparentalidade é necessária a presença de duas pessoas envolvidas e responsáveis pela educação dos filhos e após o divórcio, nem sempre o envolvimento paterno e materno se mantém. Em casos de dissolução do casal são grandes as dificuldades de manter um relacionamento coparental saudável. Isso acontece pois, além de todas as variáveis necessárias para uma coparentalidade satisfatória, outros fatores podem influenciá-la, como a existência de guarda compartilhada, processos de divórcio menos hostis, a satisfação com o apoio financeiro e a existência de baixos níveis de conflito entre os ex-cônjuges (Grzybowsky e Wagner, 2010; Dush, et. al., 2011). Lamela et. al. (2013) apontam que um bom relacionamento coparental durante o casamento pode contribuir para melhores ajustes emocionais dos pais e menores níveis de afetividade negativa após o divórcio.

A coparentalidade pode estar presente e ser realizada de forma satisfatória em qualquer configuração familiar. Sua definição tal como proposta por McHale e Irace (2011) – como uma atividade compartilhada pelos adultos responsáveis pelos cuidados e criação das crianças de uma família – aparenta ser simples, porém revela-se repleta de nuances ao examinarmos seus diversos aspectos. A complexidade desse conceito se dá, dentre outros fatores, pois o exercício da coparentalidade envolve, além das tarefas executadas em conjunto pelo casal, um grande número de práticas e crenças implícitas e explícitas que definem a capacidade dos adultos de trabalharem efetivamente juntos no cuidado e na criação da criança e de fornecerem um ao outro apoio nesse papel parental. Cada relação coparental é moldada em grande parte pelas crenças, valores, desejos e expectativas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

dos pais que, por sua vez, sofrem influência da cultura dominante e dos grupos sociais aos quais pertencem (Feinberg, 2003; McHale, 2004).

Os esforços na conceituação e na delimitação da coparentalidade tornam-se úteis nos estudos relacionados à família para uma maior compreensão do modo como as relações conjugais afetam as relações entre pais e filhos. Além disso, Frizzo et. al. (2005) apontam que a compreensão dessa articulação entre a coparentalidade e os demais subsistemas familiares promove uma compreensão mais complexa do sistema familiar, evidenciando a importância de relações mais harmônicas e seus efeitos no desenvolvimento das crianças.

3.3

Principais modelos de estudo da coparentalidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

As relações coparentais têm ganhado maior importância no estudo dos processos familiares, com um aumento da investigação empírica e de propostas teóricas sobre o tema nas últimas décadas (Lamela et.al., 2010). Com isso, diversos modelos de conceituação da coparentalidade foram desenvolvidos para buscar a compreensão dos diferentes padrões de relação coparental e os principais fatores que envolvem essa relação nas diversas configurações familiares. Os modelos de Maccoby, et. al. (1990), Margolin et. al. (2001), Feinberg (2003) e Van Egeren e Hawkins (2004) são os mais referenciados na literatura científica sobre o tema. Posteriormente, Lamela et. al. (2010) apresentam um estudo comparativo dos modelos anteriores e propõem uma nova forma de avaliação dos principais aspectos da coparentalidade, com base nas experiências individuais de cada pai no exercício da coparentalidade.

Maccoby, Depner e Mnookin (1990) realizaram no final da década de 80 e início da década de 90 uma das principais pesquisas sobre o tema. Neste estudo, 1000 famílias americanas foram acompanhadas durante o processo de divórcio, com o objetivo de identificar os padrões de relacionamento coparental presentes ao longo do tempo. Os autores justificam o interesse em compreender a coparentalidade em situações de separação pois, na época, tornavam-se cada vez mais comuns acordos de guarda compartilhada dos filhos, evidenciando uma

mudança no modelo tradicional de compreensão das relações familiares. Até então, as mães eram as principais detentoras da guarda em processos de divórcio, porém observava-se uma mudança nesse quadro, com novas possibilidades de decisões sobre a guarda dos filhos tendo como critério os interesses da criança. Tornava-se claro que, na maioria das vezes, o melhor para a criança era que ela continuasse a ter contato e conviver com ambos os pais após a separação.

Esse novo arranjo, onde os pais compartilhavam a guarda e as questões relacionadas à criação dos filhos, tinha como consequência a manutenção de um relacionamento mais frequente entre os membros do antigo casal. Esses precisam – por dividir a guarda – continuar a tratar de questões em comum, mesmo após a separação, como decisões sobre a criança e seus horários, por exemplo. Com isso, um bom relacionamento coparental torna-se ainda mais muito importante, pois sem ele as crianças podem ficar expostas a altos níveis de conflito entre os pais e grandes divergências de regras e valores de educação. Além disso, a falta de comunicação entre os adultos aumenta as chances das crianças colocarem um pai contra o outro (Maccoby, et al., 1990).

Deste estudo foram delimitados quatro padrões de relacionamento coparental após o divórcio: a coparentalidade cooperativa – com um bom nível de comunicação e baixos níveis de conflito – a coparentalidade conflituosa – caracterizada por uma frequente comunicação entre os pais, porém com elevados níveis de conflito – a coparentalidade desengajada – que evidencia a falta de um envolvimento conjunto dos pais na criação dos filhos, onde a parentalidade exercida por cada um acontece de forma paralela – e um padrão misto, onde as características dos modelos anteriores se misturam (Maccoby, et al., 1990). Segundo Lamela et. al. (2010), embora esse modelo tenha sido desenvolvido avaliando os padrões de interação coparental entre pais divorciados, essa classificação também pode ser aplicada em pais de famílias no primeiro casamento.

Uma década depois, Margolin, Gordis e John (2001) realizaram um importante estudo sobre a coparentalidade em famílias compostas por casais heterossexuais de primeiro casamento e seus filhos. O principal objetivo dessa pesquisa era evidenciar que a relação coparental poderia ser o link que explicaria a relação entre o funcionamento conjugal e a parentalidade. Para tanto, os autores buscaram acessar a percepção dos membros do casal sobre a coparentalidade em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

três dimensões: a cooperação no exercício da coparentalidade, o nível de conflito coparental e a triangulação, ou seja, a aliança feita com os filhos para excluir ou prejudicar a parentalidade do outro progenitor.

Com o objetivo de auxiliar na compreensão e definição do conceito de coparentalidade, Feinberg (2003) propõe um modelo multidimensional de compreensão da estrutura da relação coparental. Baseado em dados obtidos pela revisão da literatura disponível sobre o tema, o autor faz uma integração das propostas conceituais anteriores e destaca quatro principais dimensões que compõem a relação coparental. Essas dimensões se articulam de forma interdependente, contribuindo para a qualidade da relação entre os pais: a possibilidade de acordo nas práticas coparentais, a divisão das tarefas relacionadas à criança, o suporte coparental e gestão conjunta das relações familiares. A coparentalidade seria resultado da articulação desses componentes, na qual o peso dado a cada uma dessas dimensões estaria relacionado às características do casal e seu contexto familiar.

Outra contribuição importante de Feinberg (2003) foi apontar que a coparentalidade relaciona-se com outros aspectos que não se restringem ao relacionamento do casal na criação conjunta dos filhos. A relação coparental sofre influência de aspectos individuais, familiares e extrafamiliares. Por aspectos individuais, o autor destaca as características pessoais de cada pai (grau de escolaridade, saúde mental, valores, dentre outros) e as características pessoais dos filhos (idade e temperamento, por exemplo). A principal característica familiar que influencia a relação coparental é o relacionamento conjugal e seus padrões interacionais anteriores ao nascimento dos filhos. Por fim, a coparentalidade também é influenciada por características do ambiente extrafamiliar, como a situação financeira da família e a existência de uma rede de suporte familiar. Para Lamela et. al. (2010), o modelo de Feinberg (2003) é um marco no desenvolvimento do estudo teórico da coparentalidade, pois fornece uma visão contextualizada da coparentalidade, como um processo familiar que influencia e é influenciado por fatores externos à relação coparental.

Em 2004, Van Egeren e Hawkins apresentam uma conceitualização da coparentalidade a partir da análise de sua estrutura interna e externa, conforme discutido no tópico anterior do presente capítulo. Além disso, a partir de sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

investigação empírica e de uma revisão de um modelo anterior proposto pelos próprios autores e do modelo de Feinberg (2003), os autores compõem um quadro de quatro dimensões qualitativas da coparentalidade, onde uma análise interposta de todas elas auxiliaria na compreensão dos principais aspectos da relação coparental. As dimensões propostas por Van Egeren e Hawkins (2004) são: solidariedade coparental, suporte coparental, desmerecimento coparental e parentalidade partilhada. Os autores analisaram dados coletados de 62 casais com filhos entre 6 meses e 3 anos e constataram que as dimensões coparentais são, para a maior parte dos entrevistados, associadas entre si.

Em seu estudo sobre coparentalidade, Lamela, Nunes-Costa e Figueiredo (2010) elaboram uma revisão dos três modelos anteriores, suas similaridades e seus pontos de divergência. As diferenças encontradas pelos autores nos modelos propostos por Margolin et. al. (2001), Feinberg (2003) e Van Egeren e Hawkins (2004) se devem pelos métodos distintos de medição utilizados para investigar a coparentalidade, porém todos são ricos em descrever as características, funções e consequências do exercício da coparentalidade. Lamela et. al. (2010) ressaltam, porém, que estes não abrangem as experiências individuais de cada pai no exercício da coparentalidade e como esta experiência afeta as dimensões diádica e ecológica da relação coparental.

Propõe-se um novo eixo de análise que reflita as dimensões individuais deste processo, inserindo o estudo dos estilos psicológicos de cada um dos progenitores no exercício da coparentalidade. Dessa forma, considera-se a influência da dimensão comportamental, que inclui o repertório de comportamentos que o responsável utiliza na interação com as crianças e com o parceiro; a dimensão emocional, que consiste na forma como cada pai integra e gere emocionalmente suas interações; e a dimensão representacional, que corresponde à organização mental das regras, experiências, sistema de valores e crenças relativas à parentalidade e à coparentalidade (Lamela et. al., 2010).

Os estudos descritos anteriormente, apesar de serem desenvolvidos em épocas e a partir de metodologias diferentes, possuem pontos em comum quando evidenciam importantes aspectos da relação coparental. A forma como os responsáveis dividem as tarefas relacionadas aos filhos, a possibilidade de estes entrarem em acordo diante de suas diferenças, de cooperarem e apoiarem um ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

outro na função parental, a existência de atitudes que acarretem prejuízo ao parceiro no exercício da parentalidade, os níveis de conflito entre estes adultos e a existência de fronteiras claras entre os membros da família são algumas das dimensões da coparentalidade destacadas pelos autores acima.

A divisão das tarefas e das responsabilidades relativas à rotina diária dos cuidados com a criança inclui assuntos financeiros, médicos, legais dentre outros deveres relacionados aos filhos. Essa dimensão pode ser medida por meio da percepção de cada um dos pais sobre essa partilha, pela distribuição concreta de responsabilidades práticas relacionadas à criança, bem como pela existência ou não de um equilíbrio entre o do grau de envolvimento de cada responsável nos cuidados dos filhos (Van Egeren e Hawkins, 2004). Segundo Feinberg (2003), esse componente tem grande importância na percepção de satisfação com a relação coparental, principalmente para as mulheres. O autor aponta que, quando as expectativas quanto à divisão de tarefas não são atendidas, podem surgir sentimentos de injustiça e ressentimento que interferem não só na relação conjugal, mas também na interação com a criança.

Uma vez que as atitudes educativas dos pais são influenciadas por aquilo que vivenciaram em suas famílias de origem, Feinberg (2003) ressalta que a dificuldade de chegar a um acordo sobre estas questões é muito comum. Porém, a diferença de opiniões na educação dos filhos não é, necessariamente, um problema para a relação familiar. Alguns pais têm sucesso em respeitosamente negociar soluções para estas discordâncias. A possibilidade de acordo nas práticas parentais envolve a capacidade de entendimento diante das diferenças de opinião em questões relacionadas às crianças, incluindo valores morais, disciplina, decisões sobre a educação e sobre necessidades emocionais destas. Em uma coparentalidade satisfatória, os pais são capazes de discutir, negociar e aplicar visões aproximadas quanto à regulação comportamental e emocional da criança (Feinberg, 2003; Lamela et. al., 2010).

A cooperação entre os responsáveis, fornecendo suporte um ao outro na execução das práticas parentais e coparentais é apontada em todos os principais estudos como um elemento-chave para uma coparentalidade funcional. Maccoby et al. (1990) ressalta que em uma coparentalidade cooperativa, os pais se esforçam para funcionar como uma equipe, tanto do ponto de vista prático da execução de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tarefas quanto de um ponto de vista emocional, buscando ao máximo isolar seus conflitos conjugais de suas funções parentais e discutindo planos para os filhos buscando apoio mútuo. Aspectos emocionais estão relacionados ao suporte coparental, pois este implica na capacidade de pais e mães se apoiarem mutuamente, apreciando e respeitando um ao outro, bem como afirmando a competência e reconhecendo a contribuição e autoridade de cada um enquanto pai (Margolin et. al., 2001). Além disso, Feinberg (2003) aponta que esta dimensão traduz-se na expressão de afeto positivo entre os parceiros em situações de coparentalidade e na vivência de um sentimento de crescimento conjunto enquanto pais, formando um subsistema unificado. Engloba também os esforços dos responsáveis em promover um senso de uma forte díade coparental, mesmo na ausência do parceiro, ao falar do parceiro ausente com a criança de uma forma positiva (Lamela, et.al., 2010).

Por outro lado, a utilização de estratégias que visem impedir ou enfraquecer as tentativas do parceiro de exercer sua parentalidade ou o desrespeito das decisões deste enquanto pai também é citada pelos principais estudos sobre a coparentalidade como uma dimensão existente da relação coparental. Para Van Egeren e Hawkins (2004), o desmerecimento e a sabotagem coparental são sentidos como interferências negativas de um dos adultos coparentais nas interações saudáveis entre o parceiro e a criança. Ela consiste em estratégias e comportamentos que visam impedir ou enfraquecer as tentativas do parceiro de alcançar os objetivos parentais ou desrespeitar suas decisões enquanto pai. Essas ações podem ser diretamente hostis, como desaprovações e críticas, ou mais sutis, como uma frequente interrupção da fala de um dos pais em direção à criança, por exemplo. Elas também podem ocorrer quando um dos pais está ausente, através de comentários depreciativos sobre ele para a criança ou na tentativa de exclui-lo de alguma das tarefas conjuntas com a criança. O desmerecimento também pode incluir uma abordagem competitiva entre os pais pela autoridade ou pelo carinho das crianças (Feinberg, 2003).

A dimensão do conflito coparental inclui a quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos em torno dos assuntos da parentalidade, analisando o modo como os parceiros discutem sobre estes temas, destacando a presença ou não de hostilidade nessas discussões (Margolin, 2001, Feinberg, 2003). Para Lamela et. al. (2010), cada pai deve individualmente ser capaz de moldar a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tonalidade emocional de suas interações com o outro membro da díade coparental, evitando conteúdos verbais que demonstrem raiva, hostilidade, criticismo ou impaciência excessivos.

A triangulação diz respeito à distorção das fronteiras entre pais e filhos na tentativa de formar uma coalizão com a criança que enfraqueça ou exclua o outro parceiro (Margolin et al., 2001; Feinberg, 2003). O conceito de triangulação desenvolvido por Bowen (1991) refere-se a um sistema entre três pessoas envolvendo uma díade e um terceiro, convocado para aliviar os níveis de conflito e tensão entre as duas pessoas. Na coparentalidade, esse processo coloca a criança no meio dos conflitos do casal, através da pressão para que esta se posicione em um dos lados, contra o outro responsável. As coligações deformam os comportamentos coparentais, e o progenitor excluído da triangulação tem dificuldade em colocar em prática os seus princípios educativos, uma vez que o outro parceiro coparental participa e incentiva o desrespeito da sua autoridade por parte do filho. Segundo Lamela et. al. (2010), se cada pai consegue desenvolver e executar individualmente este comportamento de equipe perante os filhos, diminui a possibilidade de triangulações e alianças intergeracionais prejudiciais à saúde das crianças.

Todas estas dimensões da coparentalidade revelam seu caráter complexo e multifacetado. As dimensões do relacionamento coparental relacionadas nos principais estudos sobre o tema servem como base para a investigação sobre como os casais vivenciam essa articulação de papéis parentais nos dias atuais. Busca-se compreender como os diferentes aspectos da coparentalidade, tais como a divisão de tarefas, a transmissão de valores e de princípios educacionais e as divergências de opinião sobre questões educativas, se apresentam em casais que se mantém casados e buscam criar os filhos conjuntamente. Objetiva-se, dessa forma, contribuir para os estudos das relações e dos papéis familiares na atualidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4
Estudo de campo

Neste capítulo, apresentamos o estudo de campo realizado por meio de uma investigação qualitativa. Buscou-se compreender como os pais casados compartilham a educação e criação dos filhos na atualidade, particularmente no que diz respeito ao exercício conjunto da parentalidade, com a partilha de responsabilidades, tarefas e valores relacionados aos filhos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4.1
Participantes

A pesquisa foi realizada com quatro mulheres e quatro homens, sujeitos independentes, casados e pais de pelo menos um filho da relação atual. A opção por entrevistar pessoas que coabitam com seu cônjuge e os filhos ocorreu com a intenção de possibilitar o estudo da dinâmica do exercício da coparentalidade em pessoas casadas. Optou-se também por selecionar um número igual de homens e mulheres como participantes, pois assim conseguiríamos analisar as semelhanças e diferenças nas percepções de ambos os gêneros sobre a coparentalidade. Importante ressaltar que os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade dos mesmos.

Todos os participantes pertencem a segmentos médios da população e residem atualmente na cidade do Rio de Janeiro. A idade dos participantes variou entre 27 e 40 anos, com filhos entre 2 e 6 anos. A faixa etária dos filhos foi limitada com intuito de tornar mais homogêneo o grupo estudado, por enfrentarem questões semelhantes relacionadas à mesma fase do desenvolvimento infantil.

A escolha por esta faixa etária dos filhos se deu considerando que a partir dos dois anos a criança começa a desenvolver habilidades e a demostrar certo grau

de autonomia que exige dos pais um trabalho maior na colocação de limites. Por outro lado, até os seis anos as crianças ainda necessitam de muitos cuidados práticos que podem constituir em um desafio para a coparentalidade. Margolin (2001) aponta que crianças em idade pré-escolar ainda possuem grandes demandas de cuidados parentais, o que requer um maior nível de cooperação e trabalho em equipe na relação coparental.

Quadro ilustrativo

Participantes	**Idade**	**Formação**	**Profissão**	**Idade e profissão do cônjuge**	**No. de filhos**	**Idade dos filhos**
Renata	31	Biologia	Não trabalha	31 economista	2	5 e 9 anos
Beatriz	29	Psicologia	Psicóloga Clínica	40 advogado	1	3 anos
Cristina	40	Psicologia	Psicóloga Clínica	41 Militar	1	6 anos
Daniela	27	Pedagogia	Não trabalha	29 Músico	1	4 anos
Paulo	32	Comunicação	Com. em multinacional	35 advogada	2	4 anos 3meses
Tiago	37	Advogado	Funcionário Público	41 Dentista	1	3 anos
Estevão	36	Militar	Funcionário Marinha	38 Professora	1	3 anos
Rafael	35	Advogado	Escritório particular	37 N trabalha	2	2 anos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4.2
Instrumentos e Procedimentos

Os sujeitos foram selecionados a partir da rede de relacionamentos da pesquisadora, que realizou diretamente o contato com os entrevistados. As entrevistas foram feitas nos locais sugeridos pelos participantes, sendo quatro nas residências e as outras quatro nos locais de trabalho dos entrevistados.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro oculto previamente delineado (anexo 1). Alguns temas foram abordados como: a divisão das tarefas de cuidado com os filhos, a percepção individual da coparentalidade, as possibilidades de acordos na educação dos filhos, dentre outros. Os temas foram inseridos na entrevista sem interromper o discurso do participante para não perder a espontaneidade do processo. O material coletado foi gravado em áudio e posteriormente transcrito em sua íntegra pela pesquisadora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4.3
Cuidados éticos

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-Rio sob o número 2014-11 Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a confidencialidade das informações fornecidas e o sigilo com relação à identidade de cada um. As entrevistas foram gravadas mediante autorização previa dos participantes que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual confirmam o caráter voluntário de sua participação e o conhecimento da possibilidade de interromperem o processo quando desejassem (anexo 2).

4.4
Análise e discussão dos resultados

Após a realização e transcrição das entrevistas, todo o material coletado foi submetido ao método de análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2011).

Desta análise emergiram 6 categorias: um pai mais presente, divisão de tarefas e cuidados com os filhos, semelhanças e diferenças nas práticas educativas, resolução de conflitos, influências da família de origem e suporte coparental.

4.4.1
Um pai mais presente

A maior participação masculina no cotidiano dos cuidados com os filhos foi um ponto destacado em todos os relatos. As mulheres apontaram que seus maridos são pais extremamente participativos e, da mesma forma, os homens entrevistados se reconhecem como pais presentes e atuantes nas questões relacionadas às crianças.

> Ele é um pai dedicado, que quer ser presente na vida do filho (Beatriz).
>
> Ele tem prazer e reconhece a importância e valoriza muito o ser pai, ter uma filha, a relação deles (Daniela).
>
> Acho que sou um bom pai, tento ser o mais presente possível. Nos dias que estou em casa é 24 horas para elas, com minha esposa e com ela (Estevão).
>
> Dou muito carinho, é uma coisa natural minha, não preciso me esforçar. Dar beijos e brincar, mas também tenho que dar limites (Rafael).

Os entrevistados reconhecem a importância dessa presença mais participativa dos pais na criação dos filhos, tanto os homens quanto as mulheres defendem a ideia de que a educação das crianças é uma função de ambos os pais. Segundo Araújo (2010), essa concepção está presente na sociedade ocidental desde a segunda metade do século XX, quando mudanças históricas como o movimento feminista e os avanços nos métodos contraceptivos, possibilitaram transformações nas relações entre os gêneros e o surgimento de ideais mais democráticos e igualitários de relacionamento familiar (Jablonski, 2010). Esse pensamento também está de acordo com as bases do conceito de coparentalidade, pois a ideia de uma parentalidade compartilhada é o cerne da definição da relação coparental e, em famílias no primeiro casamento, essa partilha de responsabilidades parentais se dá entre os membros do casal (Frizzo, et. al., 2005).

Sutter e Bucher-Maluschke (2008) definem a paternidade participativa como uma tendência cada vez mais comum, onde homens mostram-se interessados em participar do cotidiano e do crescimento dos filhos, com um envolvimento emocional profundo com a paternidade. Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro (2004) apontam para o crescimento de discussões em torno da nova identidade masculina, com uma maior proximidade do contato entre pais e filhos, maiores demonstrações de afeto e uma participação mais ativa do homem durante o crescimento das crianças.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Na maior parte dos relatos, o desejo do homem de estar mais próximo dos filhos e de compartilhar com a esposa as funções da parentalidade é relacionado com uma vivência da ausência do pai na própria infância.

> Quando o pai saiu ele sentiu muito a falta e eu acho que isso com certeza ajuda na postura dele com a filha (Daniela).

> O que eu tento não herdar foi a ausência do meu pai. Meu pai era muito ausente e isso eu não quero de jeito nenhum (Rafael).

> Esse foi um dos grandes problemas meu com meu pai, ele para me ensinar dava porrada na mesa e me chamava de burro para baixo. Isso me massacrou muito e depois que eu fui me dar conta, e quando eu sento para explicar as coisas para ela eu me lembro disso. E sempre tento explicar da forma mais simples e mais carinhosa, se ela não entende, eu tento de novo com calma (Tiago).

Os homens adultos de hoje, que se ressentem da falta na infância de um pai mais próximo e caloroso, desejam na experiência da própria paternidade ter um maior envolvimento afetivo e com mais diálogo do que o que tiveram (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008). Os entrevistados almejam essa proximidade com os filhos e relatam essa experiência como extremamente prazerosa, confirmando a tendência, apontada por Lyra (2010), de "homens-pais" que desejam relações mais estreitas com seus filhos e encontram grande satisfação com isso. Schoppe-Sullivan (2008) destacam que crenças mais modernas e menos tradicionais sobre o envolvimento paterno aumentam a chance do desenvolvimento de uma coparentalidade satisfatória, pois os pais colocam-se mais disponíveis e responsáveis em relação aos filhos.

Porém, em dois relatos, foi destacada a percepção de que nem todos os homens na atualidade assumem essa posição de pai presente e participativo, o que demonstra a coexistência, na contemporaneidade, de percepções tradicionais e igualitárias dos papéis atribuídos aos homens na família (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2007, 2010).

> Participar é uma coisa que eu adoro fazer, eu acho importante isso. Tenho amigos que são pais mais afastados, eu já gosto de participar, eu que quis fazer o curso da maternidade e foi ótimo para mim, eu tinha medo de recém-nascido e tive que aprender, não teve jeito (Estevão)

> Eu sempre fiz questão de estar presente. Eu me comparo com meus amigos que tem filhos e tenho certeza que sou um cara muito mais presente e participativo do que a maioria deles. Sem dúvida (...). Sou muito orgulhoso pelo pai que me tornei, pela educação da (nome da filha) (Paulo).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

As mulheres entrevistadas mostram uma grande valorização dessa participação masculina, todas falam com orgulho da postura do marido em querer estar presente na vida das crianças. Em três relatos, o marido é caracterizado como um "paizão", algumas vezes comparado a outros homens que não assumem essa responsabilidade parental da mesma forma.

> Acho o (nome do marido) um paizão. Acho a educação que fazemos boa, embora fique mais comigo, a participação dele me ajuda muito. Ele é bem ativo como pai, ele gosta, ele sai do trabalho se tem alguma coisa, qualquer coisa, a prioridade dele é a família (Renata).

> Quando elogiam ele eu reforço 'ele é um paizão', ainda mais quando vejo meu pai falando que nunca fez isso comigo, nunca chegou perto de uma fralda. Ai, realmente, o (nome do marido) é um paizão, ele trocava muita fralda, ainda mais na época de recém-nascido, eu gostava de ter essa ajuda dele (Beatriz).

> Ele é um paizão, um pai-mãe também. Eu reconheço muito o valor dele ser um pai presente, um pai que ama muito a filha, que é muito feliz em ser pai e agir como pai. Tem muita gente que é pai, mas não é. Ele não, ele tem prazer e reconhece a importância e valoriza muito o ser pai, ter uma filha e a relação deles. E para mim isso é muito importante (Daniela).

Cristina também ressalta que a presença e o interesse do marido nas questões relacionadas à filha promovem uma parceria benéfica para toda a família.

> Isso que eu acho que é bom, que é a nossa potência. Eu acho que a criança vai percebendo isso, papai e mamãe foram juntos na escola! Acho que a perfeição não vai existir pois somos pessoas diferentes, mas é muito bom poder criar um filho juntos. Essa experiência de um casamento criando os filhos juntos é ótima, ele é a pessoa que está comigo, não gostaria de ficar sozinha para criar a (nome da filha). (Cristina).

Na coparentalidade, esse trabalho conjunto se expressa por um compartilhamento de responsabilidades e um comprometimento mútuo no exercício da parentalidade e é fundamental para uma relação coparental satisfatória. Além disso, essa parceria pode auxiliar na promoção de sentimentos de solidariedade e objetivos comuns para as crianças (Margolin et. al., 2001; McHale e Irace, 2011).

Em relação à tomada de decisões referentes à vida dos filhos, a participação masculina se torna evidente. Todos os entrevistados relataram que o casal costuma conversar sobre essas questões e ambos os cônjuges participam da elaboração das decisões relacionadas às crianças. Os pais fazem questão de tomar conhecimento e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

dar opinião sobre aspectos importantes da vida dos filhos, como a escolha do pediatra ou da escola, por exemplo.

> Tudo lá em casa referente a (nome da filha) é compartilhado, a gente sempre senta e conversa antes de dormir, ela me traz as situações. Normalmente é assim, eu e (nome da esposa) a gente sempre trata junto das coisas (Tiago).

> Essa coisa de pediatra a gente foi junto, ver cada um, chegamos a conhecer uns 3 ou 4. Escola a mesma coisa, babá também, sempre fizemos as entrevistas juntos. Quando tem reunião de pais eu sempre vou (Rafael).

> Qualquer decisão sobre a (nome da filha) nós tomamos juntos. Por exemplo, agora ela está em uma escola que ela vai ter que sair ano que vem. E aí eu só estou marcando as entrevistas no dia que ele está de folga pois ele mesmo pediu. E a gente foi junto. Isso eu acho legal, que a gente compartilha das mesmas coisas. Como foi bom nesse dia que a gente foi nas três escolas (Cristina).

Araújo (2008) aponta que, na contemporaneidade, as famílias buscam relações mais democráticas, com decisões tomadas em conjunto, de forma negociada, com o poder e a autoridade divididos entre homens e mulheres. Segundo McHale e Irace (2011) a participação nas decisões sobre os principais aspectos da vida da criança, como moradia, saúde e escolaridade, é um dos critérios utilizados para definir quem são os adultos coparentais de uma família.

Por outro lado, as mulheres entrevistadas apontam para uma outra dimensão dessa participação masculina na criação dos filhos. Ainda que benéfica, a presença constante do marido, com sua forma muitas vezes divergente de conceber a educação e o cuidado, traz mais situações de impasses, em que cada membro do casal tem uma opinião sobre determinada questão da vida das crianças.

> Quando eu coloco uma roupa no (nome do filho) ele diz 'coitado do meu filho, saindo como um mendigo'. Aí ele vai escolher a blusa maneira, o short maneiro. Ele escolhe, ele que compra, eu não compro. Aí eu falo: 'escolhe você a roupa'. Essa coisa da roupa é com ele, quem sente necessidade de cortar o cabelo do (nome do filho) é ele. Quando eu estava grávida e ele descobriu que era menino, ficava sonhando em comprar roupa igual. Para mim não precisa disso porque ele é criança, desde que não esteja sujo (Beatriz).

> Meu marido participou da decisão de colocá-la na escola, mas desde que ela entrou nessa escola ele teve muitas críticas. Achava que era tudo besteira minha, que tinha que colocar numa escola normal mesmo. Mas depois de um tempo ele foi se interessando justamente porque ele é músico e nessa escola tem muita música e muita arte (Daniela).

> Quando as crianças eram pequenas eu levava para cortar o cabelo e às vezes ele ficava chateado, tipo no verão que eu raspava a cabeça deles. A família toda ficava

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> chateada pois o cabelo deles era muito bonito, mas assim eles não precisavam lavar a areia em casa (Renata).

O envolvimento paterno é considerado como um fator importante na construção de uma relação coparental satisfatória, principalmente para as mulheres, que se sentem mais apoiadas na criação dos filhos quando o cônjuge demostra interesse e participa ativamente da parentalidade. Segundo Palkovitz et al. (2014) o nível do envolvimento paterno com as questões relacionadas às crianças está ligado à qualidade da relação coparental e ao comportamento das mulheres em possibilitar e incentivar a participação masculina. Porém, essa participação também pode ser fonte de conflitos, já que ambos os pais se sentem responsáveis e com o mesmo direito de opinar sobre assuntos relacionados aos filhos e, muitas vezes, trazem conceitos divergentes (Buckley e Schoppe-Sullivan, 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4.4.2
Divisão de tarefas de cuidado com os filhos

Em todas as entrevistas foi apontada a existência de uma partilha das tarefas relativas aos cuidados e educação dos filhos entre o casal. Tanto nas famílias nas quais ambos trabalham quanto naquelas em que o homem é o principal (ou mesmo o único) responsável pelo sustento da casa, há o relato do envolvimento de ambos os pais na rotina das crianças. A partilha dos deveres relacionados à criança é um componente importante da relação coparental e a forma como essa divisão de tarefas e responsabilidades é feita mostra-se particular em cada arranjo familiar.

Apesar de todos os entrevistados revelarem um discurso a favor da maior participação masculina nas tarefas parentais, foi observado que, na prática, essa partilha de funções e responsabilidades nem sempre ocorre de forma igualitária nas famílias dos participantes. A maior parte dos entrevistados ressaltou que vive uma divisão desigual das tarefas de cuidados com os filhos, confirmando a tendência das mulheres ainda serem vistas como mais sobrecarregadas com essas funções do que os homens.

> Eu faço tudo e às vezes ele ajuda. Mas ele trabalha, eu entendo, eu estou mais em casa. Mas se ele fica sozinho com os meninos e eu volto sem dúvidas a casa está uma bagunça, ele deixa qualquer coisa quando eles estão sozinhos (Renata).

> A divisão de tarefas é bem desigual. Eu praticamente não faço nada. A minha obrigação cotidiana com ela é deitar. Chego em casa e fico uma hora com ela, depois vou fazer minhas coisas, estudar (Tiago).

> Não é uma divisão equilibrada, a (nome da esposa) faz mais, com certeza. Eu ajudo bastante, mas não tem comparação, ela arruma a roupa, a bolsa da (nome da filha). Às vezes ela me pede para ajudar um pouco mais, para lembrar um pouco mais das coisas. (Estevão).

> Por mais que eu me esforce, eu não consigo ter a mesma memória sobre o que tem que fazer com eles (os filhos), ela tem isso muito mais memorizado. Eu acabo esquecendo, ela é tão competente nisso que eu fico mais relaxado (Rafael).

Os pais estão mais envolvidos e disponíveis para participar da vida dos filhos e os entrevistados reconhecem que as responsabilidades sobre as crianças devem ser divididas entre o casal. Na contemporaneidade, observa-se uma visão mais igualitária das atribuições dos pais em relação aos cuidados e à educação de seus filhos, com a concepção de que tanto a mãe quanto o pai devem ser responsáveis e participativos na criação dos mesmos, refletindo o exercício da coparentalidade (Jablonski, 1998, 1999, 2009, 2010; Wagner, Predebon, Mosmann e Versa, 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011 e 2013; Teycal e Rocha-Coutinho 2007; Wang, Jablonski e Magalhães, 2006; Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano, 2013).

Porém, essa presença masculina na vida dos filhos nem sempre se reflete em uma divisão prática das tarefas domésticas relacionadas às crianças (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008). Jablonski (1998) aponta que, embora haja um interesse crescente em participar cada vez mais da educação e dos cuidados com os filhos, essa divisão de tarefas parece utópica, como uma promessa que não é cumprida. Ainda que possam ser observadas na atualidade diversas mudanças nas visões e atitudes dos comportamentos masculinos, muitas contradições ainda se fazem presentes, pois novos e antigos papéis de homens e mulheres se sobrepõem. Muitas vezes prevalecem as antigas concepções de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, enquanto ao pai cabe o papel de provedor financeiro da família. (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Rocha-Coutinho, 2013).

Homens e mulheres relatam que os pais sabem realizar sozinhos quase todas as tarefas relacionadas aos filhos. Porém, nas seis entrevistas onde há um predomínio maior das mães nos cuidados parentais, as tarefas executadas pelos pais são pontuais, específicas e algumas vezes só acontecem porque a mãe está

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

impossibilitada de realizá-las por algum motivo, como problemas em seu estado de saúde ou compromissos fora de casa.

> Eu sempre fiz questão de fazer as coisas, de estar junto e presente. Eu levo a (nome da filha) no colégio e no inglês, dou banho nela e coloco para dormir. Durante a segunda gravidez da (nome da esposa), eu fazia tudo (Paulo).

> Na hora de dormir sou eu que deito para ler e colocar ela para dormir. Às vezes a (nome da esposa) vai sair e eu faço, faço tudo, sei fazer tudo. Mas normalmente ela fica o dia inteiro com a (nome da filha) e eu coloco para dormir e acordo de manhã (Tiago).

> É mais a (nome da esposa), eu participo mais dando comida, banho, levo para a creche, essas coisas. Mas tudo ela falando, dando as orientações. A divisão não é muito fixa. Às vezes ela me pede para dar uma olhada na (nome da filha), para que ela possa fazer alguma coisa. Não tem uma tarefa que seja especificamente minha, divide só quando eu estou em casa (Estevão).

Nesses casos, a participação masculina é vista como uma ¨ajuda¨, corroborando os estudos que indicam que os homens estão mais próximos do dia-a-dia das crianças, mas sua participação ainda é vista como um apoio secundário e periférico (Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Singly, 2007; Jablonski, 2010).

A diferença da atribuição de tarefas é relacionada por quatro entrevistados às diferenças de gênero. Paulo e Rafael apontam que, por razões biológicas e culturais, as mulheres são mais bem preparadas e mais próximas dos filhos. Beatriz e Cristina também perceberam expectativas de seus maridos para que elas assumissem mais responsabilidades pelos cuidados com os filhos, devido ao fato de serem mulheres. Enquanto os homens consideram essa desigualdade natural, as entrevistadas não concordam com essa divisão a partir do gênero, pois acreditam que as mulheres acabam ficando mais sobrecarregadas.

> Pode até ser um pensamento machista da minha parte, mas eu acho que a mãe acaba tendo um papel mais presente mesmo no início de vida do filho. Não tem como, ela amamentou, a criança ficou grudada quase como um acessório da mãe, pelo menos um ano. Não tem como a criança não exigir mais da mãe do que do pai, por mais que o pai participe. Não tem jeito. Acho que isso é natural (Paulo).

> Ela e mulher, tem mais sensibilidade, muito mais atenta do que eu, sem dúvidas. Acho que é mais da mulher isso, pelo menos na nossa cultura. Não existe uma divisão formal das tarefas, acabou que na prática, na rotina, ela acabou parando de trabalhar. Não só por isso, mas acho que também por essa coisa mais feminina, de ter uma ligação mais forte com os filhos, que carregou eles, toda cultura também incentiva isso. Ela é mais próxima (Rafael).

> Mas eu sinto por ser mulher, uma certa cobrança da parte dele, mas não que ele não faça. Eu sinto uma coisa meio velada, tipo tinha que ser você porque você é mulher.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> Não é alguma coisa falada, eu só sinto, quando ele faz e mostra: "Tá vendo o que fiz? ", mas não fala que é uma tarefa minha. Essa valorizada que eu sinto como uma certa cobrança tipo, essa era tarefa sua, porque você é mãe, mulher. Eu acho que ele tem que fazer mesmo, tudo bem que tem essa crença cultural de que mãe que tem que fazer tudo com o filho e o pai tem que prover a casa. Eu acho que não, que tem que ser pai também presente, ajudando, fazendo, brincando (Beatriz).

Tanto Cristina quanto Beatriz afirmam que o trabalho fora de casa, com a consequente diminuição de horas que teriam disponíveis para os filhos, as autorizaram a cobrar de seus maridos uma maior participação com os filhos.

> Nessa parte de alimentação, higiene, que teoricamente tem que ser a mãe, em um pensamento machista eu não acho que tem que ser a mãe, tem que ser os dois. Se eu ficasse em casa eu teria que fazer tudo, eu sinto que eu tenho que trabalhar. Se eu não trabalhasse, eu me cobraria mais, 'agora sim eu tenho que ficar', mas mesmo assim eu acho que ele por ser pai também tem que entrar nessa. (Beatriz).

> As tarefas de casa agora estão todas iguais. Isso foi bem legal, foi uma conquista. Como eu larguei o trabalho no banco para ficar mais disponível para a (nome da filha) ele entendeu que eu ia fazer tudo. Quando voltei para a psicologia foi difícil para ele perceber, tive que ir falando. Ele ficava muito no primeiro acordo. Eu falei 'presta atenção como a minha carreira andou desde que eu entrei para a psicologia. Então a gente vai precisar refazer esses acordos' (Cristina).

Ainda que uma divisão rígida de papéis comece a ser questionada, as diferenças entre maternidade e paternidade ainda são atribuídas, em grande parte, a uma naturalização das diferenças entre homens e mulheres (Rocha-Coutinho, 2013 e Castro et. al., 2012). O trabalho feminino fora de casa está intimamente ligado à possibilidade de uma transformação das relações de gênero na família. Embora pesquisas recentes apontem que a entrada da mulher no mercado de trabalho não seja decisiva para uma divisão prática igualitária das tarefas, a contribuição das mulheres para a renda familiar influenciou um movimento em direção a uma maior participação masculina nos cuidados com os filhos (Castro, et. al., 2010; Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2010). As mulheres têm convocado cada vez mais seus companheiros a assumir uma parte desses cuidados, mesmo que nem sempre consigam uma partilha dessas funções parentais por igual.

O descontentamento diante da divisão atual estabelecida pelo casal em relação aos cuidados com os filhos aparece em metade das entrevistas. Beatriz não está satisfeita com a forma como essas tarefas são divididas em sua casa e diz que cobra que o marido faça mais coisas, principalmente quando ela não está. Paulo, Estevão e Rafael também percebem o desagrado e a cobrança de suas esposas por estas ficarem com a maior parte das tarefas, ainda que se considerem presentes em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

relação aos cuidados com os filhos e não vejam problema nessa divisão atual. Esses relatos apontam para um ponto de conflito entre os casais, onde um dos cônjuges não está satisfeito com a forma como essa partilha é realizada.

> Ela sempre cobra um pouco, mas isso é coisa de mulher. O homem faz tudo que ela pede mas mesmo assim é pouco. Eu me comparo com meus amigos que tem filho e eu tenho certeza que eu sou um cara muito mais presente e participativo do que a maioria deles. Sem dúvida. Só que para a (nome da esposa) eu poderia ser mais participativo (Paulo).

> Eu tento. De vez em quando eu levo na escola também, ou busco. Quando tem reunião de pais eu sempre vou, mas eu reconheço que quem lembra de ver o que está anotado na agenda é ela. Minha esposa reclama, mas nos últimos tempos tem reclamado menos. Aí ela chama atenção e eu lembro e começo a fazer as coisas, vou na farmácia comprar, pergunto se está precisando de alguma coisa. Mas sem dúvida ainda ela impera (Rafael).

Segundo esses entrevistados, discordâncias sobre a forma como essa divisão de tarefas é feita pode gerar brigas e discussões entre o casal. Uma percepção satisfatória da partilha das tarefas relacionadas aos filhos é, segundo Feinberg (2003) um componente fundamental para a satisfação com coparentalidade, principalmente para as mulheres, e seria mais importante para a qualidade da relação coparental do que a divisão por igual das tarefas em si. Caso as expectativas em relação a esta divisão não sejam atendidas, ressentimentos e sentimentos de injustiça podem tornar-se presentes, afetando a qualidade da relação entre os pais (Jablonski, 2010).

Por outro lado, Daniela, Cristina e Renata afirmam estarem satisfeitas com a forma com que a partilha das funções parentais é realizada nas suas famílias. As duas primeiras relatam que vivem uma situação mais igualitária, na qual a criação dos filhos se dá em conjunto. Renata, por outro lado, assume a maior parte das tarefas relacionadas às crianças enquanto o marido fica responsável pelo sustento da casa, mas também aponta satisfação com essa forma de organização da sua família. Para as três entrevistadas, o critério da divisão das responsabilidades e cuidados com os filhos relaciona-se à disponibilidade e aos compromissos de cada um, e não a questões de gênero. Renata aponta que, por não estar trabalhando, considera natural que fique responsável pela casa e pelos filhos e acredita que, caso a situação se invertesse e o marido não trabalhasse, faria o mesmo que ela. Em uma situação em que ambos trabalhassem, considera que a divisão deveria ser igual entre os dois membros do casal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> Está bem dividido eu acho, não acho que fica muita coisa. Ele trabalha e eu fico em casa. Se os dois trabalham, realmente a divisão de tarefas tem que ser igual**.** Se alguém está mais em casa, tipo pode ser o pai para falar diferente, então ele fica mais com as crianças. O trabalho dele seria explicar para a mãe o que está acontecendo como ele tratou a situação e ela tem que dar suporte (Renata).

Da mesma maneira, Tadeu relata que não há conflito na sua casa com esse predomínio de sua esposa nas tarefas relacionadas à filha. Porém, em seu relato, ele aponta para uma queixa da companheira em relação ao cansaço com o acúmulo de tarefas.

> Às vezes a (nome da esposa) está visivelmente cansada, no dia que ela trabalha por exemplo, aí eu chego em casa e dou o jantar. Não tem muito conflito, quando ela está cansada ela me pede e acabou. Aí eu faço. Ela só reclama pelo cansaço, ela não reclama de mim (Tadeu).

Cada família se organiza em torno da divisão dos cuidados e da tomada de decisões relacionadas aos filhos de forma particular. Pode-se observar que os valores contemporâneos de igualdade e democracia nas relações familiares estão presentes em todos os relatos obtidos. A ideia de que ambos os pais são responsáveis pelos cuidados e criação de seus filhos já parece não ser mais questionada e, com isso, a coparentalidade se torna uma prática comum entre os casais. Em relação à partilha de tarefas práticas de cuidado dos filhos, observamos ainda o predomínio da participação feminina, o que já não acontece em relação à tomada de decisões relacionadas à educação dos filhos, onde ambos os pais parecem participar ativamente.

Na coparentalidade, a partilha de responsabilidades em torno dos filhos é um componente fundamental para a boa relação entre os membros do casal. Porém, mais importante do que uma divisão igualitária de tarefas entre os pais, é a percepção de cada um de que o arranjo que realizam é satisfatório (Schoppe-Sullivan, 2008). Feinberg (2003) aponta que a satisfação é o resultado da relação entre as expectativas e crenças de cada pai em relação à contribuição de ambos os membros do casal na criação dos filhos e a forma como essa negociação acontece. Quando as expectativas da participação dos pais no suporte com os cuidados com os filhos são muito divergentes entre os membros do casal pode haver, segundo o autor, um aumento do estresse que interfere na relação conjugal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

4.4.3
Semelhanças e diferenças na educação dos filhos

Em todos os relatos obtidos por meio das entrevistas foram mencionados desacordos entre os membros do casal em relação à educação das crianças e, em todos os casos, essas diferenças superaram o número de pontos de concordância. Todas as mulheres falaram abertamente da dificuldade em conciliar pontos de vista distintos entre o casal e assinalaram essa articulação das diferenças como uma tarefa complexa da coparentalidade. As entrevistadas identificaram diversos pontos de divergência, relacionados às práticas educativas de cada cônjuge.

> Eu às vezes fico falando para ele: 'não cede, ele está chorando, mas não cede'. Ele acha que ceder é dar aquilo que ele está pedindo, mas não, ceder é: 'você não pode sorvete porque está com a garganta inflamada' e quando ele se esgoela, chora, começa a fazer malcriação, pirraça e tal, deixar ele ficar com a pirraça, deixa ele chorar. Aí ele quer contornar: 'ah filho, toma então esse docinho, não chora não'. Eu fico falando com ele que o ceder não é exatamente você dar aquilo que ele está pedindo, mas é você tentar fazer ele parar de chorar com outra coisa, que acaba sendo outra coisa que ele quer. E o problema é a pirraça e não a tristeza. Eu sou a que, se ele está fazendo pirraça eu sou a que deixa ele fazendo pirraça e sem receber o que está pedindo por causa da pirraça. Eu não cedo (Beatriz).

> Mas às vezes isso gera muita briga. Outro dia a gente teve um impasse da vergonha, porque a (nome da filha) é muito tímida. Isso é um problema porque ele fica querendo que a menina seja diferente. E eu falo para ele: 'olha só, nós não somos as pessoas mais descoladas do mundo, eu não sou, eu era uma criança tímida, já melhorei muito. Você também fica vermelho... Então como que nós dois vamos ter um filho muito descolado?' (Cristina)

A eleição de determinadas formas de educar os filhos em detrimento de outras está relacionada, dentre outros aspectos, às experiências da família de origem e às características individuais de cada pai, incluindo seus valores, atitudes e crenças sobre o desenvolvimento e a educação de seus filhos (Wagner et. al., 2012). Em um casal, em decorrência de experiências e características pessoais distintas, a construção de uma educação em conjunto para os filhos torna-se um desafio, muitas vezes os pais possuem estilos diferentes para se relacionar com os filhos e, além disso, divergem em importantes aspectos de suas práticas educativas (Feinberg, 2003).

As mulheres costumam ser mais críticas e insatisfeitas com as divergências relacionadas às práticas educativas do casal. Féres-Carneiro et. al. (2014), em um estudo sobre a resolução de conflitos nas famílias da contemporaneidade, também observam que, ao serem questionadas sobre os conflitos familiares, as mulheres

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

apontam espontaneamente as discordâncias do casal em relação às práticas educativas adotadas por cada um. Van Egeren e Hawkins (2004) confirmam essa tendência ao destacarem que, em um relacionamento conjugal, os homens mostrarem-se mais satisfeitos com a relação coparental que possuem do que as mulheres.

No relato dos homens, apenas Paulo ressaltou as dificuldades relacionadas às diferenças existentes entre ele e a esposa na educação da filha. Afirma que as discussões estão relacionadas ao fato de nenhum dos dois querer ceder ou abrir mão do seu ponto de vista, diz que sempre foi muito "cabeça dura" e que a esposa também.

> É muito difícil duas pessoas que pensam igual estarem casadas e se encontrarem, na maioria das vezes você tem essa diferença. Acho que é por isso que a maioria dos casais que tem filho se separa porque é muito mais fácil separar do que tentar resolver os problemas e as diferenças. Quando a (nome da filha) nasceu eu e a (nome da esposa) tivemos um momento bem complicado (...) Cada um tem um certo e um errado e aí todas as diferenças e problemas eclodem em uma situação que pode levar a uma separação. A gente ficou mal, brigando, mas não pensou em se separar (Paulo).

Tiago, Estevão e Rafael, por outro lado, enfatizam que não há muitos conflitos entre eles e as esposas nas questões relacionadas aos filhos e justificam esse aspecto com o fato de terem modos de pensar semelhantes aos de suas parceiras. Os três entrevistados consideram que o casal possui uma boa relação coparental e que essas diferenças não são empecilhos na criação dos filhos em conjunto.

> Não temos nenhum impasse na educação da (nome da filha), sempre conversamos e chegamos a um consenso. Os dois mostram os pontos de vista e normalmente o resultado é um ponto de vista comum, incrível como a gente se parece (Tiago)

> Não dá muita briga entre a gente. Na maioria das vezes a gente concorda com as coisas (Estevão).

> Vejo como basilar para um casamento funcionar, ter uma cumplicidade. Você pode ter diferenças, mas não diferenças que sejam acachapantes. Um é assim e outro é assado, aí não dá. Até agora não teve nenhuma coisa que fosse cada um pensando de uma maneira e sem diálogo. Muito porque a gente se parece, temos visões de mundo parecidas (Rafael).

Porém, ao longo da entrevista, os três apontam diversos pontos de divergência entre eles e as esposas, mas afirmam que essas divergências não geram discussões sérias e hostis entre o casal. Reconhecem em suas famílias a adoção de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

práticas educativas distintas, como um dos pais colocar a criança de castigo, enquanto o outro prefere ter uma conversa com o filho, por exemplo.

> Tem horas que a gente acaba divergindo na frente dela. Uma coisa que me irrita profundamente é a televisão de manhã antes da escola que está atrasando ela todos os dias para chegar na aula. Aí eu converso com a (nome da esposa) que no dia seguinte vamos acordar mais cedo. Ela enrola para a escola e aí eu entro: 'Agora não dá mais! Vamos desligar a televisão, vamos nos arrumar, vamos sair' (Tiago).

> Uma coisa que a gente não concorda e porque muitas vezes a (nome da filha) dá um 'A' e a (nome da esposa) já vai lá. Isso eu converso. Ela chora, a (nome da esposa) pega no colo. A (nome da filha) já viu que chorando ela consegue as coisas. Isso eu falo: 'não faça isso', a gente discordava muito. Eu também fico com o coração partido, ver minha filha chorando, mas meu limite e um pouco maior do que o dela, que é automático. Ela diz que não consegue esperar (Estevão).

> O que às vezes acontece é eu achar que ela passou um pouco do ponto e ela achar que eu os protegi. Eu já tive momentos de achar ela rigorosa demais e dela achar que eu não dei importância a algo que tinha que dar, ou quando ela deu uma punição e foi mais severa e depois eu fui lá e dei carinho a eles. E ela vem dizer: 'poxa, não era para fazer isso, tem que deixar ele sentir' (Rafael)

Observa-se que nos três relatos as diferenças entre o casal são apontadas, mas há uma postura de um dos cônjuges de evitar discussões. Estevão e Rafael relatam que, na maioria das vezes, não levam a briga a diante, preferindo ceder à opinião da esposa. Tiago diz que quando ele estabelece uma regra ou um castigo para a filha sua esposa costuma ceder, ainda que ela tenha um modo de pensar diferente sobre a situação.

> Quando a gente não concorda, um tenta convencer o outro. Normalmente eu acabo sendo convencido mais fácil. Mas nunca deu briga. A (nome da esposa) que decide as coisas, o que a (nome da filha) veste, come. Quando eu dou banho já está tudo separadinho (Estevão).

> A (nome da esposa) cede muito mais do que eu, ela tem muito medo de afrontar a (nome da filha) e criar uma situação ruim. Por exemplo, o banho, tem que tomar banho para sair e ela não quer. Aí começa a chorar e a (nome da esposa) deixa sair sem banho e eu digo que não vai sair sem banho. Normalmente eu espero e digo que só vamos sair quando ela resolver tomar banho. A (nome da esposa) tende a ceder, mas quando eu faço isso, ela (esposa) vem para o meu lado, concorda comigo (Tiago).

Estes relatos sugerem que o temperamento dos responsáveis possui um importante papel na construção dos padrões do relacionamento coparental, apontando que as diferenças na personalidade e no temperamento individuais possuem uma relação direta com a qualidade da relação coparental (Belsky et. al., 1995; Stright e Bales, 2003; Mangelsdorf, Laxman e Jessee, 2011). O relato de um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

número menos frequente de situações conflituosas não parece estar relacionado a uma inexistência de diferenças entre os membros do casal, mas a uma postura de um dos cônjuges de evitação de conflitos.

Quatro entrevistados acreditam que a existência de diferenças nos pontos de vista sobre a parentalidade, não é necessariamente um impedimento para a construção em conjunto das regras e padrões educativos em suas famílias e afirmam que as diferenças de opiniões podem ser vistas como algo positivo nesse processo.

> Uma parceria, passar para o filho essa imagem de casal de pai e mãe parceiros e companheiros, complementares, sabe? Feminino, masculino. Eu acho que também essa questão de estar aprendendo sempre e um aprendendo com o outro. (Daniela).

> Acho que nosso sistema familiar com os meninos dá muito certo. Ele me acalma e eu puxo ele (Renata).

> O confronto é saudável e faz com que você perceba outro ponto de vista e escute outras opiniões (Paulo).

As diferenças na forma de compreender os filhos e o exercício da parentalidade não impossibilitam a busca de um entendimento do casal e o desenvolvimento de acordos a fim de chegar a uma forma de educar os filhos que seja única do casal (McHale e Irace, 2011). Apesar de alguns estudos correlacionarem a existência de crenças e valores muito distintos com dificuldades na construção de práticas coparentais mais satisfatórias e cooperativas no casal (Belsky, 1995; Van Egeren e Hawkins, 2004), observa-se que é possível um trabalho de negociação e articulação das diferenças. Feinberg (2003) aponta que as discordâncias nos temas relacionados à criação dos filhos nem sempre são prejudiciais à relação coparental, pois alguns casais são bem-sucedidos em "concordar em discordar" e podem manter altos níveis de apoio coparental, negociando as discordâncias de forma mais respeitosa e com menos hostilidade.

4.4.4
Resolução de conflitos

Os entrevistados afirmam que o diálogo é a melhor ferramenta para solucionar impasses com o parceiro em relação aos filhos e acreditam que o respeito é algo fundamental na relação coparental. Há, em todos os relatos, um destaque dos momentos de conversa entre o casal, nos quais cada um expõe sua opinião e aponta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

aquilo que não está de acordo no comportamento do outro, buscando encontrar a melhor forma de educar os filhos.

> Têm algumas questões que são impasses entre a gente, justamente tem a ver com a escolha que eu fiz da escola, mas com o tempo ele vai enxergando. Ele fala as coisas e eu também vou aceitando, a gente vai concordando (...) São muitos detalhes que a gente acaba se ajustando, criando a melhor forma de criar ela (Daniela).

> Sempre deve ter uma conversa entre os pais antes de tomar cada decisão. A palavra de ordem é o respeito, não só para a criança, mas principalmente nas tomadas de decisão do casal. Porque se há uma conversa, um entendimento, se se estabelece um acordo é muito mais fácil você saber como conduzir o resto (...) Eu acho importante que as pessoas não se furtem do diálogo, mesmo quando esse diálogo se torne um confronto. Porque o confronto não é ruim se você não transformá-lo em uma guerra (Paulo).

Essa forma de articular as diferenças, a partir do diálogo e da negociação dos pontos de vista de cada um, reflete um movimento das famílias da contemporaneidade de busca por relações mais igualitárias, baseadas no respeito às diferenças individuais e no exercício da liberdade. Nesse modelo de relações familiares, o poder e a autoridade não são mais centralizados, mas distribuídos democraticamente, com decisões tomadas em conjunto e resoluções de conflito baseadas na negociação e argumentação (Figueira, 1986; Araújo, 2010).

A valorização do diálogo e da negociação pode ser observada não só entre os casais, mas em todos as modalidades de relacionamentos familiares da contemporaneidade (Giddens, 1993). Segundo Féres-Carneiro et. al. (2013), pais e mães destacam o diálogo como primeira alternativa para lidar com conflitos que surgem tanto entre os membros do casal quanto destes com seus filhos.

Em todas as entrevistas, foi espontaneamente ressaltada a importância de que questões relativas à educação dos filhos não sejam discutidas diante das crianças. Os entrevistados reconhecem que os filhos são extremamente afetados quando presenciam situações de confronto e discussão entre os pais.

> A gente já brigou na frente dela, já discutiu. A (nome da esposa) consegue manter mais a calma, pois ela é muito melhor do que eu nisso, mas já aconteceram discussões. A última reação dela, da (nome da filha), eu vi que ela ficou muito triste. E isso me deu uma freada forte. Antes de começar a falar alguma coisa com a (esposa) eu penso e tento me policiar (Tiago).

> Tento evitar ao máximo essas brigas. Às vezes a gente briga na frente dela e teve uma vez que ela sentiu. Ela ficou sentida. Brigamos e depois voltamos logo a se falar. A gente viu que não é legal fazer isso, pois ela ficou mesmo tocada (Estevão).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

O principal motivo apontado para evitar as discussões em torno de questões educativas diante dos filhos foi a preocupação de que estas discordâncias tenham efeitos negativos na autoridade dos pais. Todos os entrevistados reconhecem que, quando um dos cônjuges discorda ou repreende o parceiro, há uma desautorização do mesmo diante dos filhos, o que é visto como prejudicial para o processo educativo. Apesar dessa consciência, a quase totalidade dos entrevistados aponta que, nem sempre, é possível evitar a presença da criança nessas discussões. Apenas Renata diz que essas discussões diante dos filhos não costumam acontecer na sua casa. Todos os outros reconhecem que no dia a dia situações de conflito e divergências acabam ocorrendo e, muitas vezes, não é possível evitar que a criança perceba o que está acontecendo.

> Isso é a regra ouro no nosso caso, nós somos o time. Nós concordamos, eu concordo com o pai, ele concorda com a mãe, você não pode separar os pais. Mesmo que a gente tenha que sair da situação e ir para o quarto para conversar sobre isso (Renata).

> Se ele vai e faz eu não falo com ele, falo depois. E ele me chama atenção, agora não faz mais porque eu já chamei atenção dele para não fazer isso na frente dele. E ele já me pegou chamando atenção na frente dele também. A gente fez um acordo, vamos tentar não fazer na frente dele (Beatriz).

> Eu fazia uma coisa horrorosa, que era às vezes falar na hora. Ele ficava muito irritado porque falava que isso tirava a autoridade. Ele estava lá falando e brigando com a (nome da filha) e eu na hora intervinha e tirava totalmente a autoridade dele. Aí isso deu muito problema. Até hoje isso para mim é muito difícil, me vem aquela coisa de mãe, ai meu Deus. Mas o que eu achar que não está bom aqui eu tenho que colocar depois. Agora eu tenho muita dificuldade, mas eu tento falar depois. Esses momentos que eu entrei na fala dele, ela faz uma cara de coitada e eu sinto que aí eu estou favorecendo ela se fazer de vítima e dar uma manipulada (Cristina).

> Mas tem momentos que a gente não concorda e eu sinto que atrapalha muito. Um está dando uma bronca e o outro tá achando errado e fala na hora na frente dela, aí o outro não gosta, aí vai misturando as coisas. De uma briga passa para a outra, que é uma briga de casal de como educar o filho. E envolve ela nisso, porque aí na frente dela e é horrível (Daniela).

A dimensão do conflito coparental deve ser avaliada a partir da quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos em torno dos assuntos da parentalidade, destacando a presença ou não de hostilidade nas discussões, a possibilidade de acordos e a presença da criança nessas situações de conflito (Margolin, 2001, Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins, 2004). Quando ocorrem com grande frequência e alto grau de hostilidade, os conflitos coparentais podem gerar efeitos negativos em todos os relacionamentos familiares, afetando não só o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

casal, mas as práticas educativas destes e o desenvolvimento sadio dos filhos (Margolin, 2001; Villas Boas, et. al., 2010; Mosmann e Falcke, 2011; Mosmann, et. al., 2011).

Maccoby (1990) aponta que, em uma coparentalidade cooperativa, os pais se esforçam para funcionar como uma equipe, buscando ao máximo isolar seus conflitos conjugais de suas funções parentais e do relacionamento com os filhos. Espera-se que cada pai seja individualmente capaz de moldar a tonalidade emocional de suas interações com o outro membro da díade coparental, evitando conteúdos verbais que demonstrem raiva, hostilidade, criticismo ou impaciência excessivos, principalmente diante dos filhos (Lamela, et.al., 2010).

A maior parte dos entrevistados avalia que uma resolução favorável das divergências em torno das regras e limites seria um consenso entre o casal para construir uma forma própria de criar os filhos, com práticas educativas comuns. Porém, nem sempre isso é possível e algumas vezes os pais preferem abrir mão dessa busca pelo consenso, a fim de evitar maiores brigas e discussões. Nos relatos de três entrevistados, os impasses em torno das opiniões divergentes do casal terminam com cada um adotando uma medida educativa diferente com o filho, muitas vezes contraditória àquilo que o cônjuge faz e acredita ser mais correto. Enquanto Cristina vê essa diferença como um problema a ser resolvido entre o casal, Estevão e Paulo afirmam que cada um dos pais ter uma postura diferente diante dos filhos, de acordo com aquilo que acredita ser o certo, é uma forma boa de evitar conflitos em casa.

> Na rotina a gente discorda dessa coisa do sono. Eu acho que deve fazer de um jeito e quando é a vez dele, ele deita com ela. Meu jeito é levar ela para o quarto e ir acostumando ela sozinha. Isso é uma coisa que não está bem resolvida. Eu estou fazendo de um jeito, ele está fazendo de outro e não cria uma independência para que ela deite lá e durma sozinha. Isso é uma coisa que a gente ainda discorda (Cristina).

> A (nome da filha) adora ficar de cabelo solto, mas a (nome da esposa) quer prender porque ela tem que estar bonita. Pelo amor de Deus, deixa a menina ficar com o cabelo solto! Não acho que é o cabelo solto ou preso que vai fazer dela uma pessoa melhor, ter mais amigos (...) Mas normalmente eu não mudo de opinião, só deixo de criar um problema. Eu falo o que eu acho, 'eu acho errado, você está fazendo com que sua filha fique triste, mas é uma relação sua com ela'. Eu sento e converso com a (nome da esposa): 'vamos combinar que quando você for arrumar a (nome da filha) você resolve e quando eu for arrumar ela eu resolvo'. Fica nisso, é mais difícil dar problema, mesmo você não concordando (Paulo).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> Quando tem que brigar a (nome da esposa) já coloca de castigo, e eu tiro a coisa dela (da filha) e converso. É assim que eu faço. Cada um tem um método e não se mete no método do outro. A (nome da esposa) coloca ela sentada para pensar. Eu assisto quieto. Ela vem para mim quando a mãe briga, mas eu não tiro ela do castigo (Estevão).

Os pais possuem uma percepção dos conflitos coparentais como um aspecto prejudicial para o relacionamento familiar e buscam ao máximo evitá-lo. Porém as relações mais igualitárias da família contemporânea permitem que se tornem mais explícitas aos olhos dos filhos as diferenças de pensamentos e atitudes entre pai e mãe e muitas vezes torna-se impossível encobri-las. Para que os filhos não assistam a situações de discussão que poderiam gerar prejuízos na autoridade parental, o casal prefere muitas vezes adotar práticas educativas divergentes e, por vezes incoerentes entre si. Paradoxalmente, essa postura de assumir diante dos filhos práticas educativas contraditórias pode contribuir, segundo Wagner (2003), para uma percepção de uma parentalidade inconsistente dos pais e contribuir para o enfraquecimento da autoridade dos mesmos.

O conflito é uma dimensão inerente à conjugalidade e o principal motivo de desentendimento entre o casal é a relação com os filhos e as questões relativas à criação dos mesmos (Mosmann e Falcke, 2011). O que determina a satisfação conjugal não é a ausência de conflito, mas a forma como essas discordâncias são solucionadas. Da mesma forma, não é possível compreender o relacionamento coparental sem a existência de situações de divergência e conflitos. É a forma como o casal resolve os conflitos surgidos no cotidiano da divisão de cuidados e da educação dos filhos que vai determinar seus efeitos na qualidade da relação coparental e não a existência ou ausência de conflitos em si.

4.4.5
Influências da família de origem

Dentre os participantes da pesquisa, observa-se uma divisão na forma como a experiência vivida na família de origem se apresenta na constituição das práticas educativas de cada um. Três entrevistados afirmam repetir os métodos educativos que vivenciaram na infância com seus próprios filhos, três relatam que tentam fazer o oposto do que receberam de seus pais, e um terceiro grupo, de quatro participantes, percebe tanto benefícios quanto desvantagens da educação que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

tiveram e tentam utilizar essas experiências para construir uma nova forma de criação dos filhos. Nesse caso, as recordações da educação que receberam não são avaliadas pelos entrevistados do terceiro grupo como totalmente positivas ou extremamente negativas, há um reconhecimento dos benefícios, porém com algum senso crítico sobre determinadas posturas e decisões dos próprios pais. Dessa forma, podem se utilizar com seus filhos apenas das práticas que consideraram como boas em suas experiências, evitando aquilo que consideram que não foi benéfico para sua vida enquanto criança.

> Mas a minha tentativa é essa, ter aprendido com os erros dos meus pais e fazer diferente no que eu acho que devo fazer diferente. Da minha mãe herdei uma certa doçura, e o que eu tento não herdar foi a ausência do meu pai. Quero que seja ao contrário, que eu possa ser um espelho para eles, que eu possa ser um exemplo e que eu possa me divertir com isso. Meu pai não se divertia de ser pai, minha mãe sim, isso eu peguei um pouco dela, talvez. Eu também quero que eles se divirtam comigo, que seja uma coisa bacana ser pai. E o que eu quero usar o exemplo do meu pai é essa coisa de lutar, ser guerreiro, não aceitar pouco da vida, tentar sempre dar o melhor. Se a prova vale 10, tentar tirar 10 (Rafael).

A criação que recebeu da família de origem tem uma forte influência na forma como cada pai constrói sua parentalidade e sua coparentalidade (Van Egeren e Hawkins, 2004; Mangelsdorf, Laxman e Jessee, 2011). Ela se faz presente nos valores que cada um privilegia para passar para seus filhos, nos métodos educativos que escolhe e nos padrões de relacionamento familiar que se estabelecem.

A transmissão de questões transgeracionais como valores, crenças, legados e mitos familiares são inevitáveis e fazem parte da própria estruturação da conjugalidade e, posteriormente, do subsistema parental (Magalhães, 2009). É comum ter seu próprio pai e/ou a mãe como exemplo de autoridade e afeto e tentar repetir essa vivência com seu filho. Porém, outras vezes, a experiência da própria infância não é lembrada como agradável ou benéfica e leva o adulto a querer construir uma forma diferente de ser pai/mãe daquela que vivenciou (Barbosa e Wagner, 2014; Wagner 2007 e 2009).

As críticas realizadas à criação vivenciada pelos entrevistados em suas famílias de origem trazem em comum queixas de um excesso de rigidez e autoritarismo e um relato da tentativa de educar seus próprios filhos com mais flexibilidade.

> Na minha criação, eu fui uma criança boazinha, sempre com a expectativa de ser certinha, eu sempre fui um parâmetro de comparação. Eu não podia fazer nada

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> errado e eu segui muito essa expectativa de não poder fazer nada errado. E com a minha filha eu pude enxergar o quanto mal isso me fez, e fazer diferente. A (nome da filha) teve mais essa flexibilidade (Cristina).

> Os limites na minha casa eram pesados, minha mãe sempre foi muito rigorosa e meu pai também. Eu acho que agora estou um pouco mais leve com minha filha do que pegaram comigo (Estevão).

A compreensão crítica das consequências negativas que uma determinada forma de educação vivida na própria infância nem sempre impede que os mesmos padrões de relacionamento sejam mantidos com os próprios filhos. Tiago, por exemplo, traz em seu relato um julgamento negativo sobre a forma como foi criado por seu pai, porém por vezes se percebe agindo de forma semelhante, sendo grosseiro e rígido com sua filha.

> Meu pai sempre muito grosso, eu tento não repetir, me policio para isso, mas as vezes eu não consigo, às vezes eu sou realmente muito grosso. Mas eu tento me policiar para não fazer pois é uma coisa que me desagradou, me trouxe más consequências. Coisas que eu vejo que ele fez totalmente errado. Eu tento fazer totalmente diferente do modelo que eu tive, fico preocupado em não reproduzir (Tiago).

Há na contemporaneidade uma tendência à "modernização" dos métodos educativos em que, na busca por formas mais democráticas e cooperativas de relação pais e filhos, a geração atual de progenitores condena a educação exercida nas gerações anteriores, vista como rígida e autoritária (Wagner et. al., 2005; Zanetti e Gomes, 2009). Porém, algumas vezes, ainda que os adultos reconheçam os prejuízos que uma educação rígida e excessivamente exigente trouxe para sua própria formação, essas experiências se mantêm presentes no cotidiano da relação com seus filhos. Falcke e Wagner (2005) apontam que a identidade do indivíduo se constitui a partir daquilo que ele recebe nos legados familiares e que este se insere em uma história preexistente como herdeiro e prisioneiro.

A ausência dos pais também foi relatada como um ponto negativo da criação recebida pelos entrevistados, que expressam a vontade de serem mais participativos na vida dos filhos do que seus pais foram. Jablonski (2010) afirma que, no discurso masculino sobre a paternidade na atualidade, surge o desejo estar mais presente na criação e educação dos filhos do que seus pais estiveram. No presente estudo, observa-se essa tendência tanto em homens quanto em mulheres, com relatos de entrevistados que tiveram mães também ausentes na educação dos filhos por compromissos de trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> Ela trabalhava o dia inteiro e só chegava à noite. Eu me lembro de pedindo, da minha expectativa de esperar ela chegar em casa sempre. Era muito importante para mim, ficava esperando para brincar com ela e ela chegava sempre muito cansada e não podia. Mas eu nunca faria isso com meus filhos, nunca vou fazer com a minha filha e nunca fiz até hoje e sou muito feliz por isso (Daniela).

> Minha mãe trabalhava o dia inteiro e meu pai também, e por isso que eu tento ser muito presente. Não que fosse largado, mas ela trabalhava e chegava em casa e ficava com a gente (Tiago).

> Meu pai era muito ausente e isso eu não quero de jeito nenhum. Eu e minha esposa tivemos pai ausente e mãe presente, então ela sabe como é isso (Rafael).

> Meu pai era afastadão, era mais a minha mãe. Eu já gosto de participar (Estevão).

Todos os entrevistados relataram observar essa relação entre a forma como cada membro do casal percebe a educação do filho e o modo como foram educados em suas famílias de origem. Enquanto alguns experimentaram formas muito distintas de criação em relação à dos seus cônjuges, outros apontam semelhanças na educação recebida, que hoje em dia facilitam a construção de um projeto educacional comum para seus filhos.

A vivência de limites foi um aspecto percebido pelos entrevistados como divergente entre o casal, relativo à experiência que cada um viveu quando criança. Cristina e Paulo queixam-se do excesso de rigidez e cobrança com que os respectivos esposos lidam com seus filhos e apontam que essas características se originaram na forma como cada um deles foi criado. Ambos apontam que essa diferença de criação se reflete até hoje trazendo desacordos entre o casal, nas questões relativas aos valores e às práticas educativas que exercem com seus filhos.

> Eu sou um cara muito mais liberal, até por criação, por educação, do que ela. Então eu sou uma pessoa muito mais leve no tratar da (nome da filha) na coisa da bronca, por exemplo. A (nome da esposa) é mais incisiva, quando (nome da filha) erra ela já vai em cima. A (nome da esposa) vem de uma educação e criação conservadora, tradicional. O pai dela é machista, gaúcho, tem que estar tudo sempre impecável, sempre tem muito julgamento, as verdades são sempre as verdades absolutas. Acaba tendo uma diferença grande de criação e do que é importante. Para meus pais o que sempre foi importante é o respeito, é o caráter. Não que isso não seja importante para a (nome da esposa) e para a família dela, pelo contrário, mas as perfumarias que existem em torno dessa criação que ela teve, dessa coisa muito conservadora, que o certo é o deles e tal (Paulo).

> Eu olho para uma coisa e meu marido olha para outra, por ele ser mais rígido, tem coisas que para mim ficam nítidas que vem da criação dele. Tipo ‘não pode botar o pé no sofá de sapato’, e aí às vezes há divergência. E eu tento mostrar ‘olha, você está passando uma rigidez para ela também’. Às vezes eu converso com ele, o que foi ruim dele ser ansioso, com medo de errar (...) A criação dele foi péssima, o pai

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> totalmente rígido, dessas coisas, não pode se sujar, não pode uma série de coisas. O pai dele é uma coisa para mim muito ruim, ele trazia brinquedos mais modernos e aquilo ficava encaixotado, não podia brincar porque não podia quebrar (Cristina).

Renata e Estevão também apontam que as diferenças no modo como eles e seus cônjuges lidam com as regras e os limites em relação aos filhos estão ligadas à forma como foram criados. Porém, ao contrário dos relatos anteriores, não trazem essa experiência de uma educação mais regrada como uma vivência negativa de rigidez. Renata afirma que a vivência de uma educação com regras e rotinas estabelecidas foi benéfica para ela e critica a forma como seu marido foi criado, com poucos limites e obrigações. Relata que o marido tem dificuldades em colocar regras, mas como ele percebe que isso é importante, fica satisfeito quando ela assume essa função. Estevão também aponta essa diferença e acredita que a forma como foi criado, com a mãe mais presente e com mais regras, foi mais benéfica do que a criação que sua esposa recebeu.

> A educação que fui criada é muito diferente, tem rotina. É muito ligado na rotina, dormem cedo, acordam cedo. Eu fui criada assim. Meu marido não é tão rígido, mas gosta que os meninos sejam certinhos, que não sejam crianças bagunceiras ou que encham o saco de todo mundo. Então deu super certo. Mas os pais dele não tinham nenhum limite, ele foi criado assim sem limites. Comigo, ele gosta do limite, mas ele não sustenta quando está sozinho (...) O (nome do marido) tenta ficar explicando, ele é mais flexível, mas gosta quando eu faço. É diferente, pois na minha casa as coisas foram 'preto no branco'. Se você está errado, fica no quarto, se estamos em algum lugar, fica lá fora. Eu fui criada assim, gosto desse jeito (Renata).

> Eu não me considero rígido. É tipo assim: 'não pode mexer ali', se mexer eu tiro. Eu faço como fui criado, com regras e seguindo as regras. Do clube ao play; A minha esposa não é tanto assim (...) Ela acha que eu sou muito protetor, no parquinho eu fico em cima e ela já deixa a menina mais solta. Minha mãe é igual a mim, quer dizer, eu sou igual à minha mãe (...) Eu sou muito preocupado com estudo, minha mãe era muito preocupada com o estudo, ficava atrás de mim. A (nome da esposa) não soube aproveitar as oportunidades de estudo que teve e depois viu que poderia estar melhor na vida (Estevão).

A vivência de experiências semelhantes às vividas por seus cônjuges na infância foi apontada por três entrevistados como benéfica para a construção das formas comuns de educar as crianças. Beatriz, por exemplo, teve o apoio do marido quando começou a ter dificuldades em dar limites para o filho. Ela avaliou que os castigos que estava colocando já não estavam sendo suficientes e resolveu ¨dar palmadas¨ nas situações mais críticas. Segundo seu relato, tanto ela quanto o marido

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

eram colocados de castigo ou apanhavam quando desobedeciam aos pais e, por isso, ambos consideram estes recursos educativos válidos na educação dos filhos.

> Quando eu era criança eu lembro de receber muito não e apanhava por que às vezes eu desobedecia (...) Eu já não estava dando conta de colocar ele (o filho) de castigo, eu achava que o castigo não estava funcionando com ele, a pirraça aumenta, parecia que não estava funcionando. E aí teve algumas vezes que eu cheguei a dar tapa na bunda. Meu marido também achava que não tinha problema bater porque ele apanhava muito também e não ficou traumatizado por ter apanhado (Beatriz).

Mesmo as recordações negativas da criação que receberam, quando semelhantes entre os cônjuges, auxiliam no exercício da coparentalidade, pois ambos percebem a necessidade de fazer diferente com seus filhos e sentem-se mais compreendidos e apoiados quando tomam decisões relacionadas à educação dos mesmos. Daniela, por exemplo, relata que tanto ela quanto o marido viveram uma experiência semelhante de abandono do pai e ausência da mãe pelo excesso de trabalho. Por isso, ambos concordaram com a decisão de Daniela parar de trabalhar para cuidar integralmente da filha. Daniela reconhece que o apoio do marido foi fundamental para que ela conseguisse colocar em prática esse ideal de criar a filha sem o auxílio de empregados.

> Nesse ponto eu acho que a parceria do casal é muito importante. Realmente uma pessoa sozinha criar um filho é muito difícil. Ele tem um remorso do pai, que ele já era mais velho quando os pais se separaram e o pai simplesmente sumiu. Quando o pai saiu ele sente muita falta, ele vê muito o lado da mãe que teve que ficar com os três filhos e correr atrás. Ele reconhece muito e sente muito essa falta. Eu acho que isso com certeza ajuda a postura dele com a filha (Daniela).

A transmissão de valores é um dos alicerces do processo educativo. A transmissão transgeracional não só dá identidade à família, como também explica as idiossincrasias que caracterizam o funcionamento da família na última geração (Falcke e Wagner, 2005). Em um casal, cada membro possui uma experiência própria vivida em sua família de origem, o que resulta muitas vezes em formas de pensar questões relativas à educação dos filhos muito divergentes.

Na coparentalidade, cada um dos responsáveis pela criança traz seus próprios valores e experiências das suas experiências infantis e, muitas vezes, estas experiências são distintas. Constitui-se um desafio a articulação desses diferentes legados das famílias de origem na construção de uma educação conjunta dos filhos. Feinberg (2003) aponta que, uma vez que as atitudes parentais são em parte baseadas nas experiências de origem vivenciadas por cada um, é comum que o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

acordo nos assuntos relacionados aos filhos – tais como valores morais, expectativas de comportamento e disciplina – seja uma área na qual o casal encontre dificuldades de exercer a coparentalidade.

4.4.6.
Suporte coparental

Todos os entrevistados mencionaram o valor do apoio do cônjuge no exercício da parentalidade, ressaltando a importância do casal funcionar como uma parceria nos assuntos relacionados à criança.

> O ideal seria a parceria, totalmente. Eu acho que a gente graças a Deus busca isso (Daniela).

> Essa parceria entre pai e mãe varia muito do pai e da mãe, acho que não dá para ter regra. Cada casal tem que encontrar a sua química. O ideal é que os dois participem. Basicamente isso. E tem que haver um diálogo (Rafael)

> A gente não vai concordar sempre, a gente vai brigar, mas assim a gente está junto. Mesmo tendo as divergências, é muito melhor ter meu marido do que eu ter que fazer tudo sozinha (Cristina).

Essa percepção do parceiro como um ponto de suporte à própria parentalidade relaciona-se a diferentes comportamentos vividos pelo casal, como o respeito às decisões e à autoridade do outro e o reconhecimento deste enquanto pai/mãe. A participação do outro cônjuge na divisão das tarefas práticas de cuidado com as crianças é um ponto importante do suporte coparental, que surge espontaneamente em todos os relatos dos entrevistados. Há, porém, uma diferença na forma como mulheres e homens dão destaque ao tema. Todas as mulheres apontaram que se sentem apoiadas com a participação do parceiro na criação dos filhos e que essa ajuda é muito importante para elas. Os homens, por outro lado, ressaltam que se preocupam em estar presentes nas tarefas cotidianas, pois dessa forma auxiliam suas esposas a cuidar das crianças. Em ambos os casos, a ênfase é dada ao suporte masculino à mulher na execução das tarefas parentais e nunca ao contrário, mesmo nos casos em que o entrevistado afirma viver uma divisão igualitária de funções em sua família.

> O mais difícil na criação dela é a alimentação. Ela não se interessa por comida, tem que empurrar. Meu marido me ajuda muito nessa questão, mas ele não é igual a mim. Até porque quem fica às tardes com ela sou eu. Às vezes, quando ele está ele

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> dá comida e aí ele vê como é. Eu digo: 'tá vendo, eu passo por isso todo dia' (Daniela).

> Participar é uma coisa que eu adoro fazer, pegar, dar banho, ficar com ela, levar na escola. Eu acho importante isso. A (nome da esposa) decide as coisas, como o que ela veste, o que ela come. Eu dou banho e quando saio já está tudo separado (Estevão).

Esse dado reforça a ideia de que essa dimensão da vida familiar ainda é vista, na maioria das vezes, como pertencente essencialmente às mulheres. A participação masculina, nesse caso, é tida como uma ajuda secundária e recebe uma valorização muito maior do que as tarefas cotidianas exercidas pelas mães (Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2011).

Uma outra forma de suporte citada nas entrevistas é o apoio às decisões do outro, referentes a questões parentais. Todos os entrevistados falam da importância dessa unidade entre as práticas educativas do casal, apontando prejuízos na autoridade dos pais quando estes tomam medidas e decisões divergentes com as crianças. Mesmo quando não concordam com a postura do parceiro, acreditam ser fundamental dar esse suporte ao outro e manter aquilo que já foi acordado com a criança.

> O ideal de um casal para educar os filhos é que nunca um contrarie o outro, quando discordar não fazer na frente da criança. O ideal é como se os dois fossem um só. Eu sempre pergunto: 'o que a sua mãe falou?', e mesmo assim ela já mentiu. O ideal é que os dois funcionassem como um só (Tiago).

> Temos uma combinação natural para nunca discordar na frente dos filhos sobre eles. Às vezes ficamos chateados e falamos, mas as regras nunca na frente deles. Quando eles perguntam, tipo, eu sei quando eles já perguntaram ao (nome do marido), dá para ver, eu digo: "o que o seu pai falou? Vamos ver com o seu pai". Eles tentam de vez em quando, e perguntam de novo, de novo, de novo. Eu peguei isso dos meus pais, meu pai sempre respondia, ¨pergunta a sua mãe¨, ¨sua mãe decide e eu concordo com ela¨. Meu pai sabia que se a gente fosse para ele, é por que minha mãe já tinha falado um não (Renata).

Apesar desse reconhecimento, seis participantes relatam momentos nos quais a regra estabelecida por eles ou pelos parceiros é questionada pelo outro cônjuge, ou mesmo não mantida diante da criança.

> A professora veio conversar comigo que a criança muito nova não é bom ver muitos filmes, pois já é uma realidade pronta e ela não cria as próprias histórias. Eu tirei os filmes que ela assistia e passei a brincar muito mais com ela, construir essa realidade que a professora falou. E aí, quando ele chega, acha que é tudo exagero, fora do mundo que a gente vive hoje. Ele não concorda muito que eu não possa colocar filmes para ela, então eu evito ao máximo e ele acha que não tem problema. Ele me respeita, mas coloca muito mais filme do que eu (Daniela).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

> Quando eu tomo uma decisão, ela não se mete. Ela pode até vir falar comigo depois. Quando eu não estou em casa, quando estou embarcado, algumas decisões que eu tomo ainda são mantidas por ela, outras não (Estevão).

> Quanto um coloca um limite ou castigo, a gente já se fala e avisa: "olha ela não vai ver desenho hoje, por isso, isso" e o outro vai até o fim. Eu tenho mais dificuldades, mas eu não passo por cima, se ele falou uma coisa. Às vezes eu não concordo da forma, aquela coisa do castigo, e falo: 'vamos rever isso daí. É muito tempo. Isso já está passando para o lado da sua raiva'. Eu tenho muita dificuldade, mas tento falar depois (Cristina).

O suporte à coparentalidade do parceiro não se esgota na partilha da responsabilidade da educação dos filhos, mas inclui uma cooperação e apoio às decisões do parceiro, com a absorção destas na sua própria relação individual com os filhos. A diferença de postura do parceiro pode ser vista como um enfraquecimento da parentalidade daquele que estabeleceu a regra, podendo ocasionar conflitos no casal (Maccoby et. al., 1990). Nas entrevistas, o apoio incondicional dado às decisões do cônjuge perante os filhos é sempre apontado como um modelo idealizado de funcionamento coparental, que nem sempre se revela possível de ser sempre mantido na prática.

Três entrevistados falam do suporte do cônjuge em situações de conflito com os filhos. A intervenção de um dos membros do casal a favor do parceiro em um conflito com a criança, buscando dar suporte àquele que já está desgastado com a discussão, é sentida como uma importante forma de apoio do cônjuge ao exercício de sua parentalidade.

> Às vezes se um ou outro está bem chateado, eu ou (nome do marido) entra na situação e fala "acho que agora você está um pouco fora de controle, você não está pensando racionalmente, eu vou cuidar". O outro entra para dar uma distância, um descanso. Isso funciona super bem também. Já chamei ele algumas vezes no trabalho: "olha, hoje nada está dando certo, você pode chegar em casa um pouco mais cedo para me dar uma força?" e ele vem. Isso é suporte 100% (Renata).

> Essa parceria é até para as brigas, às vezes um interfere a favor do outro. Quando ele vê que ela está difícil, ele interfere e fala: 'não é assim que fala com a sua mãe'. Ele coloca muito para ela e eu tento fazer o mesmo (Daniela).

> Quando a (nome da esposa) briga com a (nome da filha) eu converso com ela e explico porque a mãe brigou. A gente sempre pede que a (nome da filha) peça desculpas com o outro pelo que fez (Estevão).

O suporte parental inclui a busca de estratégias conjuntas para alcançar os objetivos traçados em relação à criação dos filhos além da percepção que cada um tem de ser apoiado em seus esforços enquanto pais, vivenciando sentimentos de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

solidariedade e de crescimento em conjunto em direção à formação de um subsistema executivo unificado (Feinberg, 2003; Palkovitz et al. 2014). A parceria entre os responsáveis, visando um suporte mútuo das práticas educativas, é apontada nos principais estudos sobre a coparentalidade como fundamental para um relacionamento coparental satisfatório (Margolin, 2001; Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins, 2004).

Todos os entrevistados afirmaram que, de alguma forma, sentem-se reconhecidos pelos parceiros como bons pais. O elogio direto ou a valorização das suas atitudes enquanto pai/mãe é uma das formas de reconhecimento apontadas no relato de quatro participantes. Uma outra forma, presente em duas entrevistas, seria através de elogios indiretos, feitos para outras pessoas como os filhos ou outros familiares.

> Eu acho que ele me reconhece, quando eu tenho minhas crises, minhas culpas, de que não estou fazendo isso bem... Sempre que eu tenho essas crises, ele vem e fala isso, fala um monte de coisas, elogia. Ontem mesmo estava muito mal, sem paciência para a (nome da filha). Ele fala 'relaxa, você é uma boa mãe, não fica assim' (Cristina).

> Ele fala muito, demonstra dizendo que não conseguiria fazer o que eu faço, ele entende e me dá valor (Renata).

> Eu me sinto reconhecido, não posso reclamar. Acho que a (nome da esposa) valoriza isso, me reconhece para a minha filha e isso é muito legal. Eu me sinto um bom pai porque elas fazem com que eu me sinta assim. A (nome da esposa) sempre fala com a (nome da filha) sobre isso, 'manda beijo para o papai', 'fala que você ama ele'. Sem a menor sombra de dúvida, para mim isso é um retorno fantástico (Paulo).

> Eu me sinto reconhecido como bom pai, ela fala. Fala para as outras pessoas (Estevão).

A capacidade dos membros do casal reconhecerem um ao outro enquanto bons pais é um outro aspecto importante relacionado a uma boa relação coparental. O suporte coparental vai além dos aspectos práticos de compartilhamento de responsabilidades nos cuidados parentais, incluindo os aspectos emocionais da relação, através da expressão de afeto positivo entre os parceiros em situações de coparentalidade e dos esforços em promover um senso de forte díade coparental na ausência do cônjuge através de referências ao parceiro para a criança de forma positiva (Van Egeren e Hawkins, 2004).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

A maior parte dos entrevistados não mencionou nenhuma experiência de críticas ou cobranças do parceiro em relação a sua prática parental, apenas Beatriz e Rafael relatam essas vivências negativas. Beatriz aponta o quanto as críticas do marido afetam a cooperação do casal na divisão dos cuidados do filho, pois ela abre mão de vesti-lo, deixando apenas que o marido o faça. Rafael, por outro lado, mostra que as cobranças e críticas da esposa afetam a sua sensação de ser reconhecido enquanto bom pai.

> Quando a gente não concorda, a gente discute. Por que geralmente vem em forma de crítica. Tipo 'ah, eu não concordo', não é assim, é: 'ai que roupa feia!', vem como crítica e me deixa com raiva e vira briga. No fim, não acho que acaba resolvido, acaba alguém cedendo com raiva, não resolvido. Como a roupa, se ele critica a roupa que eu coloquei, já não quero mais escolher. Já evito escolher, mas não porque está bem resolvido. Se ele fala isso, então ele que faça (Beatriz).

> Às vezes eu me sinto reconhecido na minha participação, às vezes não. Mulher é sempre insatisfeita, então é difícil ela sempre reconhecer. Em datas especiais ela vem e me reconhece ou às vezes tem alguma coisa que eu faço que ela fala que eu sou um bom pai. Mas sempre tem um estranhamento ai, pois ela sempre acha que eu poderia dar mais (Rafael).

As críticas e cobranças explicitam a contrapartida do suporte coparental, que consiste no desmerecimento do parceiro através de práticas que contribuem para o enfraquecimento do exercício da sua parentalidade. A desvalorização ou desmerecimento podem ser explícitas e hostis, como ofensas, críticas e abordagens competitivas relacionadas à criança, mas também acontecem de uma forma mais sutil, como interrupção constante da fala do parceiro dirigida à criança ou à falta de suporte em suas decisões (Belsky, et. al., 1995; Palkovitz et al. 2014). Schoppe-Sullivan e Mangelsdorf (2013) apontam que a vivência de situações frequentes de desmerecimento pode afetar não só o relacionamento coparental, mas também contribuir para o aumento de comportamentos desajustados nas crianças e comprometer a qualidade conjugal ao longo do tempo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

5

Considerações finais

A coparentalidade é uma dimensão do relacionamento familiar que só pode ser pensada e compreendida a partir de uma contextualização da sociedade e seus principais valores na contemporaneidade. A ideia central desse conceito, de que as responsabilidades e funções familiares são partilhadas por ambos os pais, encontra um fértil terreno na forma como a sociedade atual vê os papéis familiares.

Desde a década de 60, grandes mudanças sociais e importantes acontecimentos históricos, como o declínio do poder patriarcal e a luta por direito à igualdade entre homens e mulheres, contribuíram para que as concepções sobre maternidade, paternidade e relacionamento entre pais e filhos fossem sensivelmente alteradas. Observa-se, na atualidade, uma tendência à maior flexibilidade e indefinição dos papéis familiares, anteriormente determinados com rigidez e hierarquia. Homens e mulheres transitam mais livremente entre o mercado de trabalho e o ambiente doméstico, e há, na sociedade contemporânea, a expectativa de que ambos possam se ocupar tanto das questões financeiras quanto das responsabilidades parentais. Cabe ressaltar que esse modelo de funcionamento familiar ainda não reflete uma homogeneidade das práticas vivenciadas na maioria dos lares. Coexistem, nos dias de hoje, famílias que se aproximam de um modo de relacionamento igualitário e outras que ainda se constituem baseadas em padrões mais tradicionais.

A partir das entrevistas realizadas, pode-se observar que esses valores de igualdade e flexibilidade de papéis encontram-se presentes nas famílias de todos os participantes. Independentemente da forma como cada casal estabelece a divisão das despesas e das tarefas domésticas, predomina uma mentalidade a favor da diminuição das diferenças entre homens e mulheres no contexto familiar. Todos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

defendem a participação de ambos os pais na rotina dos filhos e reconhecem os benefícios dessa parceria para a criação das crianças. Pode ser observada uma grande mudança na percepção e nas expectativas sobre a atuação do pai na família. A figura do pai distante, limitado às funções de provimento financeiro e disciplina, já não reflete mais a realidade e o desejo dos homens contemporâneos. Esses se mostram mais envolvidos no cotidiano dos filhos, mais afetivos e preocupados com o bem-estar das crianças.

Tanto os homens quanto as mulheres participantes enfatizaram que em suas famílias há um intenso envolvimento dos pais na criação dos filhos e ressaltaram os aspectos positivos dessa interação. As mães falam com orgulho e contentamento do interesse de seus maridos em compartilhar as questões e tarefas parentais, apontando os benefícios dessa participação masculina tanto para elas quanto para toda a família. O maior envolvimento paterno, segundo essas mulheres, evita a sobrecarga feminina e promove para as crianças a percepção de parceria dos pais e de uma maior coesão da família. Os pais entrevistados também demostram grande satisfação ao descrever seu relacionamento com os filhos. Buscam proximidade física e emocional com as crianças, demonstram claramente sua afetividade e preocupam-se com os aspectos práticos da educação e do desenvolvimento dos filhos. Há relatos de homens que, quando crianças, vivenciaram a ausência de seus próprios pais e, por identificarem a falta que essa presença fez em suas vidas, buscam fazer diferente com seus filhos.

As decisões relacionadas aos filhos passam a ser, na atualidade, questões relativas a ambos os pais. Os casais costumam debater os assuntos relacionados à educação, valores, rotina e regras das crianças e as decisões importantes são tomadas em conjunto. Porém o mesmo não pode ser dito em relação à divisão das tarefas práticas relacionadas às crianças. Embora tanto homens quanto mulheres reconheçam que, de alguma forma, os homens da atualidade estão mais participativos no cotidiano dos filhos do que aqueles pertencentes às gerações anteriores, não pôde ser observado neste estudo um predomínio de uma divisão igualitária nas tarefas do cuidado infantil. Apenas uma pequena parte dos entrevistados afirma viver na prática uma partilha equivalente com o parceiro dos afazeres relacionados aos filhos, na maioria dos casos as mulheres ainda assumem a maior parte dessas funções. Questões biológicas e culturais são apontadas como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

as responsáveis pelo maior predomínio feminino nos cuidados parentais e o trabalho fora de casa é visto pelas mulheres como uma possibilidade de cobrar dos homens uma divisão mais equilibrada.

Cabe ressaltar que esse predomínio feminino nas funções parentais nem sempre se reflete em insatisfação. Embora a partilha de tarefas relacionadas aos filhos esteja fortemente ligada à dimensão coparental da relação, os cônjuges não necessitam dividir a parentalidade igualmente para ter um alto nível de satisfação na relação coparental. Mais importante do que a divisão por igual das tarefas em si seria a percepção satisfatória de como essa partilha é feita. Há relatos de mulheres que concordam com esse arranjo entre o casal e não se sentem sobrecarregadas ou injustiçadas por assumirem a maior parte dos cuidados com os filhos. A insatisfação acontece quando a divisão prática dessas funções não está de acordo com as expectativas de ambos os cônjuges ou com aquilo que foi previamente acordado entre os parceiros.

Outro aspecto importante desse aumento da presença masculina na criação dos filhos também está presente nos resultados deste estudo. O fato de ambos os pais serem interessados e ativos nas tarefas e responsabilidades com as crianças também torna mais frequente o aparecimento de diferenças na forma de pensar e agir dos membros do casal. Embora seja óbvia a relação entre o maior envolvimento paterno e um maior suporte no comportamento coparental, o aumento das discordâncias entre o casal também deve ser considerado como um importante efeito dessa participação masculina mais ativa percebida na atualidade. As mulheres, particularmente, dão grande ênfase às dificuldades encontradas nas tentativas de negociação com o parceiro sobre as questões relacionadas aos filhos e falam mais abertamente das discussões geradas a partir dessas divergências.

O trabalho de articulação das diferenças presentes no casal em relação à forma como cada membro percebe e atua na criação e educação dos filhos é considerada uma complexa tarefa para os casais contemporâneos. Os entrevistados reconhecem a importância de um relacionamento harmônico e coeso e buscam estratégias para solucionar e conciliar as divergências do casal. Há uma percepção de que o aparecimento das diferenças diante dos filhos pode ser extremamente prejudicial para a autoridade dos pais e para o cumprimento das regras estabelecidas na família. Eles compreendem que o casal deve funcionar como uma equipe

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

harmônica, passando para as crianças uma maior estabilidade e unidade familiar. Parece claro para os pais e mães entrevistados que uma coparentalidade funcional requer uma parceria na divisão de tarefas, apoio à parentalidade do parceiro, reconhecimento da autoridade e das contribuições do cônjuge e respeito quanto às decisões de cada um em relação aos filhos.

Uma das causas relacionadas à presença dessas diferenças da forma de pensar e atuar com os filhos são as influências das famílias de origem de ambos os cônjuges. Parece claro para todos os participantes que as diferenças na criação e nas experiências que cada um viveu com seus próprios pais tornam-se presentes no momento em que os parceiros se unem para formar uma nova família. Por outro lado, a semelhança entre as vivências familiares anteriores dos cônjuges parece facilitar a construção de uma prática educativa comum na relação com os filhos.

Embora as diferenças entre os pais pareçam estar sempre presentes na família, nem sempre estas são sinônimos de desentendimentos e brigas. Alguns entrevistados apontam uma menor frequência e intensidade de conflitos nas questões relacionadas à parentalidade e esse fato parece estar relacionado ao temperamento de um ou ambos os integrantes do casal. A capacidade de levar em consideração o ponto de vista do outro e ceder, abrindo mão algumas vezes da sua opinião em determinada questão, foi apontada como uma ferramenta eficiente para minimizar as brigas entre os membros do casal.

Foi percebida uma forte tendência a evitar conflitos e discussões hostis entre os cônjuges, tidos como prejudiciais para a harmonia familiar. O diálogo é a ferramenta mais utilizada por homens e mulheres para tentar negociar e articular as diferenças do casal. Parece claro para os pais e mães participantes deste estudo que as discussões em torno das regras e questões educativas devem ser evitadas ao máximo, principalmente diante dos filhos, sob pena de enfraquecer a autoridade da díade parental. Porém, todos reconhecem a dificuldade em manter essa postura coerente com o cônjuge todo o tempo e parece haver uma cobrança em torno desse funcionamento harmônico idealizado.

Quando o entendimento e a construção de uma forma comum de educar os filhos não parece possível, os cônjuges acabam adotando medidas e regras educativas distintas, coerentes com as concepções de educação de cada um. Porém,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

nem sempre isso é percebido como um problema a ser resolvido. Em algumas famílias há um acordo em manter essas diferenças irreconciliáveis e cada um dos pais atua com o filho da forma como considera mais correta, sem a interferência do parceiro, em prol da evitação de brigas e um desgaste entre os membros do casal. Importante destacar que, na tentativa de minimizar os conflitos coparentais e seus efeitos na harmonia familiar, algumas vezes os pais optam por estratégias educativas não consensuais – pai e mãe adotam estratégias diferentes entre si – e até mesmo contraditórias. Essa divergência das posturas de pai e mãe pode contribuir para a inconsistência das práticas educativas e consequentemente para o enfraquecimento da autoridade da díade parental.

Diante dessas e de outras dificuldades encontradas na educação dos filhos, o suporte do parceiro torna-se uma dimensão ainda mais importante do funcionamento coparental. Há um reconhecimento da necessidade de apoio mútuo entre os membros do casal para o exercício de uma parentalidade satisfatória. Esse suporte é percebido pelos participantes deste estudo através de diferentes aspectos do relacionamento coparental, como a partilha de tarefas de cuidado dos filhos, o apoio às decisões e à autoridade do parceiro, a busca de estratégias conjuntas de educação, o apoio mútuo em situações de maior desgaste e reconhecimento do outro enquanto pai/mãe.

O desmerecimento ou enfraquecimento da relação coparental pode estar presente em forma de críticas, cobranças, comunicação hostil entre os parceiros e tem como efeito um prejuízo no exercício da parentalidade do outro. Os participantes dessa pesquisa não mencionaram muitos episódios de enfraquecimento da coparentalidade, porém quando citados surgem juntamente com um sentimento de insegurança em relação ao próprio desempenho enquanto pai/mãe. Considera-se a possibilidade de que essa insegurança esteja associada, dentre outros aspectos, a uma cobrança de si mesmo em busca de um desempenho parental idealizado. Dessa forma, a crítica ou exigência do parceiro tende a ser muito mais valorizada e a criar grandes desentendimentos no casal.

A criação dos filhos na atualidade é considerada como um dos importantes aspectos de realização pessoal dos adultos. Os pais mostram-se muito preocupados em realizar a função parental da melhor forma possível e, para isso, buscam informações e orientações sobre como fazê-lo. Os resultados dessa pesquisa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

apontam para a busca pela harmonia e minimização dos conflitos coparentais, devido ao entendimento dos pais dos possíveis efeitos de um exercício da coparentalidade não satisfatória pode gerar nas relações familiares e no desenvolvimento dos filhos.

Os entrevistados demonstram grande conhecimento sobre concepções contemporâneas de educação e desenvolvimento infantil, fato que pode estar relacionado ao recorte feito na escolha dos participantes desse estudo. Todos pertencem à camada média da população de um grande centro urbano e, portanto, são pessoas com altos níveis de escolarização e acesso à informação. A interferência cada vez mais comum dos especialistas e suas teorias sobre infância e educação, pode contribuir para uma idealização excessiva da parentalidade e da coparentalidade e consequente perda da autenticidade dos pais no exercício de seus papéis. A busca frequente dos pais por mais informações para se sentirem mais seguros na educação de seus filhos também vem acompanhada por cobranças e inseguranças geradas pelo excesso de idealização que esse conhecimento traz aos casais. Novos estudos devem ser realizados a fim de investigar aspectos relacionados a essa coparentalidade idealizada e seus efeitos nos relacionamentos familiares da contemporaneidade.

A coparentalidade, segundo Margolin (2001), consiste na experiência mais significativa que dois adultos podem compartilhar. Trata-se de uma complexa tarefa, pois é por meio dela que os pais negociam seus respectivos papéis, responsabilidades e contribuições para seus filhos. No caso de pais que coabitam, a coparentalidade se estende para além da divisão de tarefas, incluindo outras áreas adicionais da relação, tais como o apoio mútuo nas responsabilidades parentais, o suporte à autoridade do outro e a criação de uma atmosfera de respeito e afetividade mútuos. A importância do desenvolvimento de estudos sobre a coparentalidade reside no fato de o relacionamento coparental ocupar uma posição central na vida familiar. Sua compreensão amplia o olhar sobre a família para além das díades mãe-filho e pai-filho, evidenciando a interligação entre seus membros e trazendo à tona uma complexa rede de influências entre os diversos sistemas familiares.

Compreender que a coparentalidade torna-se uma tarefa ainda mais desafiadora diante das exigências da contemporaneidade pode auxiliar na desconstrução desse padrão de funcionamento coparental idealizado que parece

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

estar presente nos casais da atualidade. A criação de um ambiente familiar consistente e seguro não está relacionada à ausência de conflitos, à simetria dos estilos parentais, a uma divisão de tarefas absolutamente equivalente ou a uma distribuição igual do tempo de cada um dos pais com as crianças.

Por se tratar de uma análise qualitativa, realizada com um pequeno número de participantes, os resultados obtidos neste estudo refletem a realidade de uma parcela limitada da população. Novos estudos nessa área devem ser promovidos a fim de desenvolver um entendimento mais amplo e claro acerca dos aspectos presentes na interação coparental. Os conhecimentos derivados de pesquisas podem contribuir para dar suporte aos pais na construção de uma coparentalidade emocionalmente saudável para todos os integrantes da família.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

6

Referências bibliográficas

AMAZONAS, M. C. L. A., VIEIRA L. L. F; PINTO, V. C. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia: ciência e profissão***,* v.31, n.2. p.314-327, 2011.

ARAÚJO, M. F. Família, democracia e subjetividade. **ORG & DEMO**, Marília, v.9, n.1/2, p.111-124, jan./dez., 2008.

_____ Gênero e família na construção de relações democráticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: permanências e rupturas***.* São Paulo: Casa do Psicólogo,2010.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de janeiro: Zahar Editora, 1978.

_____ A família e a cidade. In: FIGUEIRA, S. e VELHO G. (Orgs.) In: **Família, psicologia e sociedade***.* Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, P. V.; WAGNER, A. A construção e o reconhecimento das regras familiares: a perspectiva dos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 235-245, abr./jun., 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELSKY, J., CRNIC, K.; GABLE, S. The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. **Child Development**, v. 66, p.629–642, 1995.

BEM L. A.; WAGNER, A. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 11, n. 1, p. 63-71, jan./abr. 2006.

BORGES, C.C. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em estudo***,* Maringá, v.18, n.1, p.71-81, jan./mar. 2013.

BOWEN, M. **De La familia al individuo:**La diferenciación Del si mismo em el sistema familiar. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n.132. p.537-572, set./dez. 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

BUCKLEY, C e SCHOPPE-SULLIVAN S. J. Father involvement and coparenting behavior: Parents' nontraditional beliefs and family earner status as moderators. **Personal Relationships**, v.17, p.413–431, 2010.

CASTRO, M. G., CARVALHO, A. M. A.; CAVALCANTI, V. R. S., COSTA, L. A. F., FRANCO, A. L. S., MENEZES, J. E. X., MOREIRA, L. V. C., PETRINI, G. E RABINOVICH, E. P. Gênero e família em mudança: uma revisão com foco no cuidado parental. In: CASTRO, M. G., CARVALHO, A. M. A., MOREIRA, L. V. C. (Orgs.) **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos.** Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13-29

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DANTAS, C. JABLONSKI, B. e FÉRES-CARNEIRO, T. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia**, Rio de Janeiro, v.19, n.19, p.347-357, set./dez. 2004.

DUSH C., KOTILA L. e SCHOPPE-SULLIVAN S. Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. **Journal of Family Psychology**, v. 25, n. 3, p. 356–365, 2011.

FALKE, D. e WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. Em: WAGNER, A. (Org.) **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p.25-46.

FALKE, D.; WAGNER, A.; MOSMANN, C. Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e Família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 159-176

FEINBERG, M. The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. **Parent Sci Pract,** v.3, n.2, p.95–131, jan. 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e crítica**. Porto Alegre, v.11, n.2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T., ZIVIANI, C., MAGALHÃES, A.S., PONCIANO, E.L.T. Ser pai(mãe), ser filho(a): a resolução de conflitos em famílias contemporâneas casadas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p.73-98.

FIGUEIRA, S. A. O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.) **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p.11-30.

FRIZZO, G., KREUTZ, C., SCHMIDT, C., PICCININI, C. e BOSA, C. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.15, n. 3, p.84-94, 2005.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, 4 ed., São Paulo: UNESP, 1993.

_____**Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, A. J. S, RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v.20, n.2, p.119-125, mai./ago. 2004.

GRZYBOWSKY, L.S. & WAGNER A. Casa do pai, Casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 26, n.1, 77-87, jan./mar. 2010.

HOUZEL, D. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.) **Ser pai, ser mãe.** Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004, p. 47-52.

JABLONSKI, B. Paternidade hoje: uma metanálise. In: SILVEIRA, P. (Org.) **O exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 121-128.

_____ Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p.55-69.

_____ Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e Casal: Efeitos da contemporaneidade.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009, p.93-110.

_____ A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 30, n.2, p.262-275, 2010.

LAMELA, D.; FIGUEIREDO, B.; BASTOS, A. Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém divorciados: diferenças no ajustamento psicológico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.26, n.1, p. 19-28, 2013.

LAMELA, D.; NUNES-COSTA R.; FIGUEIREDO B. Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. **Psicologia e Estudo**, Maringá, v. 5, n.1, p. 205- 216, 2010.

LASH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (impressão 1991).

LYRA, J.; LEÃO, L. S.; LIMA, D. C.; TARGINO, P. CRISÓSTOMO; SANTOS, B. Homens e cuidados: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**.São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.79-91.

MACCOBY, E., DEPNER, C. e MNOOKIN, R. Coparenting in the second year after divorce. **Journal of Marriage and the Family**, v.52, p.141-155, 1990.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

MAGALHÃES, A. S. Conjugalidade e Parentalidade na clínica com famílias. In: FÉRES-CARNEIRO T. (Org.) **Casal e Família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.205-217.

MANGELSDORF, S. C.; LAXMAN, D. J.; JESSEE, A. Coparenting in two parenting nuclear families. In: McHALE, J. P. e LINDAHL, K. M. (Orgs.) **Coparenting: a conceptual and clinical examination of family systems**. Washington: American Psychological Association, 2011, p. 39-59.

MARGOLIN, G., GORDIS, E.; JOHN, R. Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two parent families. **Journal of Family Psychology**, v.15, n.1, p. 3-21, 2001.

McHALE J. P.; IRACE K. Coparenting in diverse family systems. In: McHALE, J. P. e LINDAHL, K. M. (Orgs.) **Coparenting: a conceptual and clinical examination of family systems**. Washington: American Psychological Association, 2011, p. 15-37.

McHALE J. P; LINDAHL, K. M. What is coparenting? In: McHALE, J. P. e LINDAHL, K. M. (Orgs.) **Coparenting: a conceptual and clinical examination of family systems**. Washington: American Psychological Association, 2011, p. 3-12.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: ArtMed, 1982.

MIZRAHI, B. G. **A relação pais e filhos hoje: a parentalidade e as transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro, Ed PUC-Rio, 2004.

MOSMANN, C. P. e FALCKE, D. Conflitos conjugais: motivos e frequência. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2011.

MOSMANN, C. P.; ZORDAN, E. P.; WAGNER, A. A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In: WAGNER, A. e cols. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisa e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.58-71.

NEGREIROS, T. C. G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.4, n.1, p. 34-47, jun. 2004.

PALKOVITZ R., FAGAN J.; HULL J. Coparenting and children´s well-being. In: Cabrera N. J, TAMIS-LEMONDA C. (Orgs.)**Handbook of father involvement**: multidisciplinary perspectives. Routledge, 2014, p. 202-217.

PASSOS, M. C. Nem tudo o que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FÉRES-CARNEIRO T. (Org.) **Casal e família: efeitos da contemporaneidade**. Rio de janeiro: Editora Puc-Rio, 2005, p.11-23.

PONCIANO, E. L. T. Família nuclear e terapia de família: conexão entre duas histórias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.2, n.2, p.25-37, 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

ROCHA-COUTINHO M. L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: efeitos da contemporaneidade***.* Rio de janeiro: Editora Puc-Rio, 2005, p.122-137.

_____ De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um 'novo' modelo de familia? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: permanências e rupturas***.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.219-235.

_____De volta ao lar: mulheres que abandonaram uma carreira profissional bem sucedida com o nascimento dos filhos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia***.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p.133-148.

_____ A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In: CARNEIRO, T. (Org.) **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p.13-33.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate***.* São Paulo: EDUC/Cortez, 2002, p. 73-88.

SARTI, C. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002, p 39-49.

_____ Famílias enredadas. Em: ACOSTA, A. R. & VITALE M. A. F. (Orgs.) **Família: Redes, laços e políticas públicas***.* São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 21-36.

SCHOPPE-SULLIVAN S. J., MANGELSDORF S. C., FROSCH C. A.; MCHALE J. L. Associations between Coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. **Journal of Family Psychology**, v. 18, n. 1, p.194–207, 2004.

SCHOPPE-SULLIVAN, S. J.; MANGELSDORF, S. C. Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood. **Social Development***,* v. 22, n.2, p. 363–383, 2013.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre paternidade e envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, n.4, p.561-573, out./dez. 2007.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea***.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

STENGEL, M. O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 502-521, dez. 2011.

STRIGHT A. D.; BALES S. S. Coparenting quality: contributions of child and parent characteristics. **Family Relations**, v. 52, n.3, p.232-240, 2003.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

SUTTER, C.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Pais que cuidam dos filhos: a vivência da masculinidade na paternidade participativa. **Psico**, v.39, n.2, p.74-82, jan./mar. 2008.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. **Rev. Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-16, mai./ago. 2004.

TEYCAL, C. M. e ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**, v.38, n.3, p.262-268, 2007.

VAN EGEREN, L.; HAWKINS, D. Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. **Journal of Adult Development**, 11, 165-178, 2004.

VILLAS-BOAS, A.C.V.B.; DESSEN, M.A.; MELCHIORI, L.E. Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.62, n.2, p. 91-102, 2010.

WAGNER, A. A Família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. PUC-Rio. Edições Loyola, 2003, p.201-214.

_____ A construção das metas e práticas educativas na família contemporânea: estudo de casos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.71-98.

_____ Família e educação: aspectos relativos a diferentes gerações. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2009, p.33-49.

WAGNER, A. PREDEBON, J., MOSMANN, C. P.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 21, n.2, pp.181-186, 2005.

WAGNER, A., TRONCO, C., ARMANI, A. B. Os novos desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: WAGNER, A. (Org.) **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: ArtMed, 2011, p.19-35.

WAGNER, A., TRONCO, C., GONÇALVES, J., DEMARCHI, K. Projetos para os filhos e estratégias de socialização: a perspectiva de pais e mães. **Psicologia & Sociedade**; v. 24, n.1, p. 122-129, 2012.

WAGNER, A., LEVANDOWSKI, D. C. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos & Contextos,** Porto Alegre, v. 7 n. 1 p. 88-97, jan./jun. 2008.

WANG, M. L., JABLONSKI, B.; MAGALHÃES, A. S. Identidades masculinas, limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**. v.2 n. 19, p.54-65, 2006.

WILLI, J.*A* construção diádica da realidade. In: ANDOLFI, C. ANGELO; SACCU, C. (Org.) **O casal em crise**. São Paulo: Summus, 1995.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

ZANETTI, S. A. S. Práticas educativas na contemporaneidade. In: GOMES, I. C. **A clínica psicanalítica de casal e família**. Santos: Santos Editora, 2009.

ZANETTI S. A. S; GOMES A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. **Psico**, v. 40, n.2, p.194-201, 2009.

_____ A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. **Temas em Psicologia**, v 19, n.2, p.491-502, 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Anexo 1

Roteiro de entrevista semiestruturada

1) Projeto educacional elaborado para seus filhos;

- O que esperam da educação que dão para os filhos, o que seria necessário para realizar este projeto.

2) Parceria na elaboração/execução do projeto;

- Como compartilham este projeto e como cada um dos pais contribui para sua execução.

3) Divisão das tarefas de cuidados com o filho;

- Como é realizada e se é satisfatória.

4) Percepção individual sobre a coparentalidade;

- Quais são as expectativas e crenças sobre a coparentalidade.

5) Grau de concordância e possibilidades de acordos na educação do filho;

- Existência de diferenças de opinião e o modo como estas são solucionadas.

6) Reconhecimento do papel de pai/mãe pelo parceiro;

- Sente-se reconhecido pelo outro, apoiado ou criticado em suas decisões enquanto pai/mãe.

7) Comportamentos e comunicação dos pais diante do filho;

- Como se comportam e como tratam os parceiros em situações cotidianas e nas situações em que há diferenças de opiniões e/ou conflitos.

8) Influências externas no relacionamento coparental;

- Se há fatores externos ao casal que podem contribuir positivamente ou negativamente para o exercício da coparentalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA

Anexo 2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Termo de consentimento livre e esclarecido (em duas vias)

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: "Coparentalidade: desafios para o casamento contemporâneo"

Pesquisadora: Mabel Pereira Romero

E-mail: mabelpereira@hotmail.com Telefone: 21 98448-4444

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães Telefone: 21 3527-1185

E-mail: andreasm@puc-rio.br

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa por meio da qual pretendemos compreender melhor a vivência da coparentalidade na contemporaneidade. O objetivo geral desta pesquisa é estudar como os pais compreendem a divisão de papéis e opiniões envolvidas na criação dos filhos nos dias atuais. Esta pesquisa será realizada por meio de uma entrevista gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial, portanto sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interromper a entrevista quando assim desejar; fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento. A participação nessa pesquisa não traz complicações, à exceção apenas, talvez, de certa timidez que algumas pessoas podem manifestar ao longo da entrevista. Em caso de constrangimento, a entrevista poderá ser interrompida por pedido do entrevistado.

Com sua adesão, você estará contribuindo para conhecermos mais sobre as experiências subjetivas desencadeadas pela parentalidade hoje. Assinando este termo de consentimento, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas na entrevista, sendo preservada sua identidade e a dos membros da sua família. Um exemplar deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado, ficará com o entrevistado e outro com a pesquisadora.

_____ _____

Assinatura da Pesquisadora
Mabel Pereira Romero

Assinatura do Entrevistado

Rio de Janeiro, _____/_____/_____

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1311608/CA